

VOLUME 13

EDNELSON MARIANO DOTA
ANDRÉ LUIZ NASCENTES COELHO
RENNAN MORAES RODRIGUES
MARCONE HENRIQUE FREITAS

Envelhecimento e migração no Espírito Santo:

dinâmica espacial e sociodemográfica
para políticas públicas





Esta obra foi selecionada para integrar a “Coleção Pesquisa Ufes”, a partir de Chamada Pública feita pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) aos programas de pós-graduação da universidade.

A seleção teve por base pareceres que consideraram critérios de inovação, relevância e impacto.

O financiamento da Coleção foi viabilizado por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e de recursos do Tesouro Nacional.



**Universidade Federal
do Espírito Santo**



Editora Universitária – Edufes

Filiada à Associação Brasileira
das Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus de Goiabeiras
Vitória – ES · Brasil
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852
edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor

Paulo Sergio de Paula Vargas

Vice-reitor

Roney Pignaton da Silva

Chefe de Gabinete

Zenólia Christina Campos Figueiredo

Diretor da Edufes

Wilberth Salgueiro

Conselho Editorial

Carlos Roberto Vallim, Eliana Zandonade,
Eneida Maria Souza Mendonça, Fátima Maria
Silva, Graziela Baptista Vidaurre, Isabella Vilhena
Freire Martins, José André Lourenço, Marcos
Vogel, Margarete Schat Góes, Rogério Borges
de Oliveira, Sandra Soares Della Fonte, Sérgio da
Fonseca Amaral

Secretaria do Conselho Editorial

Douglas Salomão

Administrativo

Josias Bravim
Washington Romão dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos

Fernanda Scopel, George Vianna,
Jussara Rodrigues, Roberta
Estefânia Soares

Seção de Design

Ana Elisa Poubel, Juliana Braga,
Samira Bolonha Gomes, Willi Piske Jr.

Seção de Livraria e Comercialização

Adriani Raimondi, Dominique Piazzarollo,
Marcos de Alarcão, Maria Augusta
Postinghel, Maria de Lourdes Zampier



Este trabalho atende às determinações do Repositório Institucional do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>.



Diretora da MC&G Editorial

Maria Clara Costa

Secretaria do Conselho Editorial

Helena Pires

Seção de Edição e Revisão de Textos

Carlos Otávio Flexa | Natalia Natalino |
Roberto Azul | Joyce Guimarães

Seção de Design

Glaucio Coelho | Victória Sacagami

Conselho Editorial

Alexandra Santos Pinheiro | UFGD | Brasil
Angélica Ferrarez de Almeida | UERJ | Brasil
Antonio Liberac C. Simões Pires | UFRB | Brasil
Arlindo Nkadibuala | UniRovuma | Moçambique
Juan Miguel González Velasco | UMSA | Bolívia
Luciano Brito | UFRB | Brasil
Maria Alice Resende | UFRB | Brasil
Núria Lorenzo Ramírez | UB-GREC | Barcelona
Rosy de Oliveira | UFRB | Brasil
Thayse Figueira Guimaraes | UFGD | Brasil

Preparação de texto

Carlos Otávio Flexa

Projeto gráfico

Edufes

Diagramação e capa

Glaucio Coelho

Revisão de texto

Roberto Azul
Natalia Natalino

Fotografia da capa por
{nome do fotógrafo} obtida em
<https://unsplash.com/>.

Esta obra foi composta com
a família tipográfica Crimson Text.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

E61 Envelhecimento e migração no Espírito Santo : dinâmica espacial e sociodemográfica para políticas públicas [recurso eletrônico] / Ednelson Mariano Dota ... [et al.] . — Vitória : EDUFES ; Rio de MC&G , 2021.

Dados eletrônicos (e-Pub). — (Coleção Pesquisa UFES ; 13).

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-88077-00-9 [coleção]

ISBN: 978-65-88077-37-5

1. Sociologia Urbana - Brasil – Espírito Santo. 2. Transição demográfica - Aspectos sociais. 3. Transição demográfica - Aspectos políticos. 4. Espírito Santo - Migração – Estudos transculturais. I. Dota, Ednelson Mariano. II. Coelho, André Luiz Nascentes. III. Rodrigues, Rennan Moraes. IV. Marcone Henrique Freitas V. Título. VI. Coleção.

CDU: 304.6208691

Biblioteca Priscila Pena Machado - CRB - 7/6971

EDNELSON MARIANO DOTA
ANDRÉ LUIZ NASCENTES COELHO
RENNAN MORAES RODRIGUES
MARCONE HENRIQUE FREITAS

Envelhecimento e migração no Espírito Santo:

dinâmica espacial e sociodemográfica
para políticas públicas

 **EDUFES**

Vitória, 2021

Prefácio

A partir dos meados do século XX, os países do mundo vivenciaram transformações importantes em seus padrões demográficos, tornando suas populações menos fecundas, mais longevas e mais urbanas.

A repartição da população entre os grupos etários, jovem, adulto e idoso apresentou modificações surpreendentes, decorrentes da redução da fecundidade e níveis mínimos e do declínio, mais acentuado do que o esperado, da mortalidade da população idosa. A combinação desses fatores resultou na aceleração sem precedentes do processo de envelhecimento da população. A relação entre os segmentos jovem e idoso revela a magnitude dessas mudanças e de suas tendências: o Índice de Envelhecimento do Brasil em 1970 era de 12,18 idosos (60 anos ou mais) por 100 jovens (0-14 anos), em 2020 a relação já é de 68,34, e, segundo as projeções do Ibge, em 2060 os idosos serão mais que o dobro dos jovens, com o valor do índice atingindo a marca de 218,65.

A migração, por seu turno, intensifica-se e, em consequência dos seus efeitos diretos (saldos migratórios) e indiretos (fecundidade dos migrantes), assim como de sua seletividade por idade e sexo, imprime modificações imediatas, e, ao longo do tempo, no tamanho e na estrutura etária, estudantil, fecunda, laboral das populações das regiões de origem e de destino dos fluxos.

No livro *Envelhecimento e migração no Espírito Santo: dinâmica espacial e sociodemográfica para políticas públicas*, Ednelson M. Dota, André L. N. Coelho, Rennan M. Rodrigues e Marccone H. Freitas têm o grande mérito de abordar os fenômenos de maior relevância no quadro atual das transformações demográficas que ocorrem nas sociedades. Os autores mensuram, representam e analisam o processo de envelhecimento, temática atual, complexa e multidisciplinar que, com suas múltiplas facetas, constitui um campo amplo que oferece numerosas possibilidades de estudos. Ademais, os autores colocam em evidência, com originalidade, a magnitude das inter-relações existentes entre os processos de envelhecimento e de migração em diferentes escalas geográficas de análise para explicar as múltiplas realidades do espaço.

Apresentam uma análise espaço-temporal aprofundada desses processos demográficos no Espírito Santo, que apresentou uma evolução tardia em relação às tendências gerais observadas no país, com relação ao declínio da fecundidade, à aceleração da migração rural-urbana e à conseqüente urbanização, em decorrência das especificidades históricas, políticas, socioeconômicas e culturais que condicionaram os processos demográficos. Muito significativo é o recorte espacial utilizado para análise da evolução desses processos, de 1970 até a atualidade, abrangendo o período em que ocorrem as mudanças fundamentais na estrutura socioeconômica do estado.

A análise espaço-temporal do processo de envelhecimento do Espírito Santo é feita com base nos indicadores clássicos do processo construídos com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge). Com grande maestria, os autores utilizam a representação cartográfica para descrever e analisar, segundo um conjunto extenso de mapas de excelente qualidade, características, diferenciações e inter-relações que os processos de envelhecimento e migração apresentam no espaço geográfico.

O trabalho apresenta inicialmente uma análise comparativa do processo de envelhecimento no Brasil, na região Sudeste e no Espírito

Santo, mostrando que os contextos apresentam curvas de evolução semelhantes, com níveis distintos. As diferenciações emergem quando o trabalho focaliza as trajetórias dos indicadores em recortes menores, constituídos pelos municípios no período considerado, colocando em evidência a importância da utilização da escala espacial para a compreensão da dinâmica e da diversidade do processo.

A contribuição dos autores vai mais além, o trabalho prossegue com a utilização de diversas escalas geográficas para a apreensão das diferenciações de características mais detalhadas dos processos de envelhecimento e da migração no período contemporâneo. A abordagem feita em múltiplas escalas, municípios do estado, áreas de ponderação da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), setores censitários do Município de Vitória, chama a atenção pela visibilidade que este procedimento aporta para a compreensão das diversas facetas que os fenômenos apresentam nesses espaços, bem como de suas relações subjacentes com os contextos socioeconômicos. Os resultados mostram claramente que, além da redistribuição etária que ocorre em todo o estado, a atuação diferenciada das características dos fluxos migratórios nos recortes espaciais, ora adicionando elementos na população, ora subtraindo-os, representa papel importante na conformação e na diferenciação do processo de envelhecimento nos diversos contextos analisados.

Com este trabalho, os autores apresentam um panorama espaço-temporal detalhado e bem documentado do processo de envelhecimento, de suas características e conexões, dando uma valiosa contribuição para o conhecimento de aspectos particulares do processo do envelhecimento, ainda pouco conhecidos. Além da importância científica, a obra contribui para despertar o interesse e a maturação da população com relação à importância do processo de envelhecimento em andamento, que ampliará progressivamente sua participação na composição e nas preocupações da sociedade. Utilizando diferentes níveis de escalas, o trabalho fornece subsídios importantes para a formulação de políticas públicas estaduais

e municipais integradas, voltadas às demandas e necessidades particulares da população idosa. Além disso, se propõe, como ressaltam os autores, a “suscitar debates em torno do envelhecimento e de sua dinâmica espacial tão pouco analisados até aqui”.

Aurélia Hermínia Castiglioni

Vitória, novembro de 2020

Lista de quadros, gráficos, mapas e tabelas

QUADRO

Quadro 1: Definição, conceito e cálculo dos indicadores	32
--	----

GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de crescimento geométrico médio anual da população (% a.a.).....	37
Gráfico 2: Proporção de idosos. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 1970 a 2020.....	38
Gráfico 3: Índice de Envelhecimento. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 1970 a 2020	39
Gráfico 4: Razão de dependência jovem, idosa e total. Brasil, 1970 a 2020.....	40
Gráfico 5: Razão de dependência jovem, idosa e total. Sudeste, 1970 a 2020.....	40
Gráfico 6: Razão de dependência jovem, idosa e total. Espírito Santo, 1970 a 2020	41
Gráfico 7: Proporção de pessoas residentes, segundo grupos etários. Municípios da RMGV, 2010.....	74
Gráfico 8: Proporção de domicílios dos responsáveis com 20 anos ou mais, segundo a idade do responsável. RMGV, 2010	76
Gráfico 9: Proporção de domicílios, segundo a condição de ocupação conforme o grupo de idade. RMGV, 2010	77
Gráfico 10: Proporção de responsáveis pelo domicílio, segundo grupo de idade e tempo de residência no município. RMGV, 2010	78
Gráfico 11: Proporção de idosos e rendimento médio mensal domiciliar per capita. Áreas de ponderação da RMGV, 2010.....	81

MAPAS

Mapa 1: Índice de Envelhecimento. Municípios do Espírito Santo, 1970.....	43
--	----

Mapa 2: Índice de Envelhecimento.	
Municípios do Espírito Santo, 1980.....	44
Mapa 3: Índice de Envelhecimento.	
Municípios do Espírito Santo, 1991.....	45
Mapa 4: Índice de Envelhecimento.	
Municípios do Espírito Santo, 2000.....	46
Mapa 5: Índice de Envelhecimento.	
Municípios do Espírito Santo, 2010.....	47
Mapa 6: Razão de dependência total.	
Municípios do Espírito Santo, 1970.....	48
Mapa 7: Razão de dependência total.	
Municípios do Espírito Santo, 1980.....	49
Mapa 8: Razão de dependência total.	
Municípios do Espírito Santo, 1991.....	50
Mapa 9: Razão de dependência total.	
Municípios do Espírito Santo, 2000.....	51
Mapa 10: Razão de dependência total.	
Municípios do Espírito Santo, 2010.....	52
Mapa 11: Razão de dependência jovem.	
Municípios do Espírito Santo, 1970.....	53
Mapa 12: Razão de dependência jovem.	
Municípios do Espírito Santo, 1980.....	54
Mapa 13: Razão de dependência jovem.	
Municípios do Espírito Santo, 1991.....	55
Mapa 14: Razão de dependência jovem.	
Municípios do Espírito Santo, 2000.....	56
Mapa 15: Razão de dependência jovem.	
Municípios do Espírito Santo, 2010.....	57
Mapa 16: Razão de dependência idoso.	
Municípios do Espírito Santo, 1970.....	58
Mapa 17: Razão de dependência idoso.	
Municípios do Espírito Santo, 1980.....	59

Mapa 18: Razão de dependência idoso. Municípios do Espírito Santo, 1991	60
Mapa 19: Razão de dependência idoso. Municípios do Espírito Santo, 2000	61
Mapa 20: Razão de dependência idoso. Municípios do Espírito Santo, 2010	62
Mapa 21: Idade média do imigrante. Municípios do Espírito Santo, 2010	67
Mapa 22: Idade média do imigrante intraestadual. Municípios do Espírito Santo, 2010	68
Mapa 23: Idade média do emigrante intraestadual. Municípios do Espírito Santo, 2010	69
Mapa 24: Idade média do imigrante interestadual. Municípios do Espírito Santo, 2010	70
Mapa 25: Diferença da idade média do imigrante intraestadual e interestadual. Municípios do Espírito Santo, 2010	71
Mapa 26: Diferença da idade média do imigrante e emigrante intraestadual. Municípios do Espírito Santo, 2010	72
Mapa 27: Pessoas com 60 anos ou mais. Área de ponderação dos municípios da RMGV, 2010	84
Mapa 28: Proporção de idosos. Área de ponderação dos municípios da RMGV, 2010	85
Mapa 29: Pessoas com 80 anos ou mais. Área de ponderação dos municípios da RMGV, 2010	86
Mapa 30: Proporção de idosos com 80 anos ou mais. Área de ponderação dos municípios da RMGV, 2010	87
Mapa 31: Proporção de idosos com 80 anos ou mais no total de idosos. Área de ponderação dos municípios da RMGV, 2010	88
Mapa 32: Rendimento domiciliar per capita. Área de ponderação dos municípios da RMGV, 2010	89
Mapa 33: Proporção de idosos que nasceram no município de residência. Área de ponderação dos municípios da RMGV, 2010	90

Mapa 34: Proporção de idosos que nasceram em outra Unidade da Federação. Área de ponderação dos municípios da RMGV, 2010	91
Mapa 35: Proporção de idosos entre 60 e 79 anos que vive com cônjuge ou companheiro(a). Área de ponderação dos municípios do Espírito Santo, 2010	92
Mapa 36: Proporção de idosos com 80 anos ou mais que vive com cônjuge ou companheiro(a). Área de ponderação dos municípios da RMGV, 2010	93
Mapa 37: Razão de sexo da população idosa. Área de ponderação dos municípios da RMGV, 2010	94
Mapa 38: Proporção de idosos, segundo raça ou cor. Área de ponderação dos municípios da RMGV, 2010	95
Mapa 39: Pessoas com 60 anos ou mais. Setores censitários de Vitória, 2010	100
Mapa 40: Proporção de idosos. Setores censitários de Vitória, 2010	101
Mapa 41: Pessoas com 80 anos ou mais de idade. Setores censitários de Vitória, 2010	102
Mapa 42: Proporção de idosos com 80 anos ou mais. Setores censitários de Vitória, 2010	103
Mapa 43: Razão de sexo da população idosa. Setores censitários de Vitória, 2010	104
Mapa 44: Rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio. Setores censitários de Vitória, 2010	105

TABELA

Tabela 1: Rendimento médio domiciliar em salários-mínimos dos responsáveis pelo domicílio com 20 anos de idade ou mais.....	75
--	----

Sumário

Apresentação.....	16
Introdução.....	18
Capítulo 1	
Políticas públicas e os desafios da/para a terceira idade	22
Envelhecimento e migração: breves apontamentos teóricos.....	25
Materiais e métodos.....	30
Indicadores	32
Capítulo 2	
O envelhecimento brasileiro e o Espírito Santo em comparação ao Sudeste e ao Brasil	35
O envelhecimento na escala municipal.....	41
Capítulo 3	
A migração e o envelhecimento nos municípios do Espírito Santo..	63
Capítulo 4	
Dinâmica espacial do envelhecimento na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).....	73
Capítulo 5	
A migração e o envelhecimento no município de Vitória.....	96
Considerações finais	106
Referências.....	108

Anexos.....	116
Anexo 1 - Municípios do Espírito Santo	117
Anexo 2 - Bairros do município de Vitória	118
Índice	119
Sobre os autores.....	121

Apresentação

Este livro nasceu como parte das atividades do projeto de extensão (Proex/Ufes) intitulado “Os perfis sociais dos fluxos migratórios no Espírito Santo”, desenvolvido desde 2016 no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo. Neste projeto, buscamos compreender os resultados da migração em diferentes perspectivas e, desde meados de 2019, focamos na relação entre envelhecimento e migração.

De início, o objetivo era o de apresentar como a migração — que tem desempenhado papel de grande relevância para a dinâmica demográfica no estado — estaria influenciando no envelhecimento acelerado de alguns municípios, enquanto em outros, promovendo um rejuvenescimento relativo, a partir da entrada de pessoas jovens na população.

Como parte do projeto de extensão, o plano era produzir um relatório que servisse como base para ações de planejamento de políticas públicas para os idosos, no sentido de alertar que a velocidade do envelhecimento em nível municipal não segue necessariamente a média do país ou do estado, mas está fortemente relacionada ao papel do município na tessitura dos fluxos migratórios locais, estaduais e nacionais.

Após a execução da primeira fase do relatório, outras ideias foram surgindo, novas colaborações foram agregadas, e o projeto inicial foi repensado, já que elementos relevantes daquilo que temos pesquisado e

refletido nos últimos anos não poderiam ficar de fora. Nesse sentido, o produto foi crescendo e tomando corpo, as diferentes escalas geográficas emergiram como importante forma de mostrar a dinâmica do envelhecimento e a complexidade a ela inerente; assim este livro foi sendo moldado e construído por meio de uma rica e frutífera parceria entre os membros do projeto de extensão e os pesquisadores do grupo de estudo.

Diante disso, não poderíamos deixar de agradecer a todos os que têm contribuído na construção do projeto de extensão desde o seu início: pesquisadores, alunos de doutorado, mestrado e da graduação, por acreditarem no projeto e enxergarem nele uma oportunidade de levar informações relevantes que produzimos para a sociedade. Da mesma forma, agradecemos à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo (Proex/Ufes) o apoio com a alocação de bolsa de iniciação à extensão desde o início do projeto, e à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (PRPPG/Ufes), por viabilizar a publicação dessa obra, assim como por oferecer condições para que as pesquisas fossem desenvolvidas a contento. Agradecemos também à Fapes pelo financiamento do projeto “Condicionantes da migração no Espírito Santo pós-2000” (Fapes/CNPq 80605869, TO 129/17), cujos resultados também estão presentes no debate desenvolvido.

Ao leitor, informamos que aqui se encontram unidos pesquisa, ensino e extensão, expondo mais perspectivas e desafios a serem considerados para a elaboração de políticas públicas voltadas ao envelhecimento do que respostas. É assim que esperamos contribuir com a reflexão sobre o envelhecimento populacional e sua relação com a migração.

Vitória, janeiro de 2021
Ednelson Mariano Dota
André Luiz Nascentes Coelho
Rennan Moraes Rodrigues
Marcone Henrique Freitas

Introdução

Envelhecer é um processo natural da vida e objeto de estudo em diversas áreas das ciências humanas e sociais, existindo uma diversidade de visões sobre esse fenômeno, a depender da perspectiva de quem o discute. Nesta obra, olhamos para o envelhecimento da sociedade a partir da população em seu conjunto, que é a soma das experiências individuais em termos de idade, observadas na comparação do tamanho e características do grupo de idosos com outros grupos etários.

O objetivo do livro é demonstrar a dinâmica espacial do envelhecimento no Espírito Santo por meio de indicadores consagrados para essas análises. Além disso, busca-se mostrar que o envelhecimento não é espacialmente homogêneo, havendo localidades mais ou menos envelhecidas, a depender também do papel histórico e das suas características sociais, econômicas e culturais. Ao mesmo tempo, mostramos que em cada escala geográfica de análise novos fatores surgem para explicar as diferenças na distribuição espacial da população, e colocam em evidência a importância de se considerar elementos estruturais e conjunturais na análise espacial do envelhecimento.

Esse trabalho analítico se justifica pela relevância e atualidade da temática, que também tem sido foco das agendas dos Estados nacionais desde o início do século XXI. Nesse sentido, discutir

o envelhecimento, além de envolver assuntos já enraizados nos debates como gestão pública, previdência social e saúde, também insere outros assuntos que vêm ganhando importância nos últimos anos, como as questões relacionadas ao bem-estar e ao lazer da população idosa.

Além disso, também é de fundamental importância citar a pandemia de COVID-19, que tem destacado a necessidade de se analisar a dinâmica espacial do envelhecimento, uma vez que a população idosa representa o principal grupo de risco da doença, com maior tendência em apresentar quadro grave (ZHOU *et al.*, 2020). A especificidade desta pandemia, em particular, não exclui todas as doenças crônico-degenerativas que têm na idade um elemento central. Portanto, localizar as regiões mais envelhecidas torna-se um importante instrumento de ação para o poder público, uma vez que é possível prever localidades com maiores demandas por tratamentos, leitos hospitalares ou mesmo estruturas emergenciais frente a injunções conjunturais, o que também reforça a relevância de pesquisas, como o Censo Demográfico brasileiro para o acompanhamento destas tendências.

Apesar da relevância e atualidade do envelhecimento enquanto tema, em muitos casos o enfoque dado nos debates coloca-o numa perspectiva socialmente negativa, pois associa esse período de vida do idoso à dependência financeira, com a necessidade de cuidados especiais, maiores gastos com saúde e previdência social. Essa perspectiva deriva da visão do Estado, que considera o envelhecimento uma ameaça à ordem e à estabilidade econômica (BAILEY, 2005), ótica fundada numa visão de população com estrutura jovem e com taxa de crescimento positiva, como foi o padrão ao longo do século XX.

Por outro lado, o envelhecimento é uma grande conquista da sociedade, resultado de profundas mudanças em numerosos elementos que possibilitaram viver mais (CASTIGLIONI, 2008). O maior tempo de vida foi resultado de investimentos nas áreas de saúde, saneamento, regulamentação do trabalho, educação, entre

outros, o que culminou em queda nas taxas de mortalidade em todas as idades. Isso junto à redução na fecundidade explicam o envelhecimento da população.

É importante, nesse momento, delimitar de forma precisa o que compreendemos como envelhecimento populacional. Diferente do conceito de longevidade, que considera o tempo em número de anos em que uma pessoa ou um grupo de pessoas vivem em média, o envelhecimento é amplo e considera toda a estrutura etária da população, ou seja, é resultado da queda da fecundidade e da mortalidade (CARVALHO; GARCIA, 2003; CAMARANO, 2016). Quando se fala em envelhecimento populacional, portanto, não se faz referência unicamente ao crescimento da população de idosos (envelhecimento absoluto), mas também à queda da fecundidade, que culmina em menor volume de jovens, que igualmente resulta em um envelhecimento populacional em termos relativos.

Abordar o envelhecimento com base em uma perspectiva populacional permite melhor enxergar a dinâmica espacial do processo e analisá-lo de acordo com grupos populacionais, segundo critérios como renda, escolaridade ou cor da pele, que permitem conhecer as homogeneidades e heterogeneidades que conformam a sociedade e, no limite, afetam também o tempo médio de vida das pessoas (FIORIO, *et al.*, 2011) e a própria dinâmica do envelhecimento.

Dentre os fatores de heterogeneidade do processo de envelhecimento populacional, está a feminização da velhice: a maior longevidade das mulheres, que demanda com maior intensidade o uso do sistema previdenciário, é ao mesmo tempo fator de segurança financeira nos arranjos familiares, já que famílias com idosos tendem a apresentar melhores condições econômicas em relação às famílias sem idosos (CAMARANO, 2002).

Outro importante fator que merece atenção são as desigualdades territoriais entre regiões e municípios, que também afetam o nível e a velocidade do envelhecimento, pois influenciam a redistribuição espacial da população. O fato de um município ganhar ou

perder população ao longo do tempo via migração, por exemplo, acelerar ou reduzir o envelhecimento. Isso ocorre pelo fato de a migração ser um fenômeno seletivo pela idade, implicando intensidades distintas de movimento, segundo faixa etária e padrões espaciais, ou seja, regiões envelhecidas pela saída ou rejuvenescidas pela entrada de jovens (SANTANA, 2002; MELO *et al.*, 2017).

O envelhecimento, nesse sentido, deve ser considerado como fenômeno complexo e multifacetado. É sob esta ótica que pretendemos analisá-lo no Espírito Santo, orientando-nos segundo as diferenças espaciais desse processo e em uma leitura que tentará, apesar dos limites, apresentar o envelhecimento enquanto processo em movimento.

Este livro se utiliza da leitura espacial via linguagem cartográfica como principal elemento de investigação, e não tem a pretensão de ser exaustivo em suas análises, mas suscitar debates em torno do envelhecimento e de sua dinâmica espacial tão pouco analisadas até aqui. Para isso, está dividido em cinco partes: a primeira apresenta um sucinto debate sobre políticas públicas, sobre a relação entre envelhecimento e migração, assim como apresenta os materiais e métodos utilizados nas partes subsequentes; na segunda, apresenta-se a dinâmica histórica comparativa do envelhecimento no Espírito Santo em relação ao Sudeste e ao Brasil, assim como a dinâmica em nível municipal desse envelhecimento; na terceira, é analisada a relação entre a migração e o envelhecimento no nível dos municípios do Espírito Santo; na quarta parte, analisa-se a dinâmica espacial do envelhecimento na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV); enquanto na quinta e última, são analisados dados relativos à dinâmica espacial dos idosos no município de Vitória.

Capítulo 1

Políticas públicas e os desafios da/para a terceira idade

Considerando o envelhecimento como um dos grandes desafios para as políticas públicas nos próximos anos, se faz necessário apresentar algumas formulações no entendimento do que são políticas públicas e como elas podem colaborar para uma melhor qualidade de vida para o crescente número de idosos na sociedade brasileira.

De início, é importante reconhecer que o termo “políticas públicas” não é singular, podendo apresentar diversos significados e intencionalidades, a depender do modo como é empregado. Segundo Dias e Matos (2012, p. 2), o termo refere-se “ao conjunto de atividades que dizem respeito à ação do governo”, e, por isso, pensar em políticas públicas também é pensar no exercício de poder do Estado. Além disso, considerando o Estado democrático de direito, tais ações ou políticas devem se voltar para atender aos interesses e demandas da sociedade, não podendo sucumbir aos interesses individuais (DIAS; MATOS, 2012).

Além da questão semântica, Melazzo (2010) acrescenta a existência de elementos de difícil apreensão envolvidos ao tema, pois envolvem processo e conteúdo de diferentes naturezas governamentais, além de ações relacionadas com preferências, escolhas, decisões e planejamentos. Ademais, não se deve esquecer que as políticas públicas, em qualquer dimensão, também se constituem como um espaço de lutas sociais (SANTOS, 2013).

No Brasil, até meados dos anos 1980, as políticas públicas voltadas à saúde e ao bem-estar dos idosos eram caracterizadas por apresentar uma série de defasagens e problemas estruturais, visto que, em virtude do período e da estrutura etária da população, a base destas estava direcionada ao público materno-infantil (FERNANDES; SOARES, 2012). Nos países desenvolvidos, em que a estrutura etária já se apresentava mais envelhecida, foi na década de 1970 que começaram a surgir as primeiras políticas voltadas aos idosos (CAMARANO, 2016).

As décadas seguintes foram repletas de questões relacionadas ao envelhecimento e ao desenvolvimento de leis e ações voltadas especificamente para a população idosa no Brasil. Com a criação da Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994, a qual dispõe sobre a Política Nacional do Idoso (PNI), ocorreu uma série de alterações que buscaram garantir direitos, como a assistência de saúde nos mais diversos níveis de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), a criação de serviços alternativos de saúde para os idosos, além de prevenir, promover e proteger a recuperação da saúde da população idosa (BRASIL, 1994).

O Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741, de outubro de 2003) representou um marco na sociedade brasileira. Surgiu no sentido de avançar com as demandas específicas da terceira idade e também de fortalecer da Política Nacional do Idoso. Para Camarano (2013), o Estatuto foi um reconhecimento do Estado brasileiro de que o grupo etário idoso tem necessidades próprias e que por isso deve ser foco de políticas públicas elaboradas de forma especial e exclusiva.

O Estatuto destaca o direito à vida, à liberdade, ao respeito, à alimentação, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à previdência e assistência social, à habitação e ao transporte, entre outros temas de fundamental importância para a garantia da subsistência saudável e do exercício da cidadania da população idosa.

No entanto, Camarano (2013), embora exaltando os avanços e a importância do marco criado pelo Estatuto, também apresenta algumas ambiguidades e dificuldades de se implementar os direitos, segundo ações do poder público. Entre os impeditivos apresentados pela autora, destacam-se as históricas necessidades sociais básicas não resolvidas no Brasil, que se somam aos desafios e necessidades próprias da terceira idade. Além disso, a autora destaca a dificuldade de se definir o corte de idade da população idosa, em decorrência das heterogeneidades, que dificulta estabelecer qual é a idade máxima para o trabalho ou a ideal para o uso de transporte público gratuito, além de medidas relacionadas ao cuidado do idoso dependente e a “inclusão nos serviços de saúde de ações que possam promover uma morte digna para aqueles que se encontram acometidos por uma doença terminal” (CAMARANO, 2013, p. 25).

Os serviços de saúde, nesse sentido, representam parte central no debate sobre políticas públicas no contexto do envelhecimento. As mudanças no perfil de mortalidade da população, que ficaram conhecidas como transição epidemiológica (OMRAN, 2001 [1971]), representaram também um grande desafio aos serviços públicos de saúde. No caso brasileiro, de acordo com Duarte e Barreto (2012), observou-se após a década de 1940 gradual redução da mortalidade precoce e de mortes provocadas por doenças infecciosas e parasitárias, concomitantemente ao crescimento de mortes causadas por doenças crônicas ou não infecciosas e mortes por causas externas.

A mortalidade e a fecundidade foram impactadas pelas mudanças estruturais ao longo do século XX, no Brasil e no mundo. Na tentativa de explicar tais mudanças em termos demográficos, foram propostas teorias, chamadas de transição demográfica (ZELINSKY, 1971;

CALDWELL, 1976; GRAHAM, 2000; BRITO, 2007), que interpretam como as mudanças estruturais observadas neste período resultaram em alterações na mortalidade e na fecundidade, modificando a dinâmica de crescimento da população e a estrutura etária até então observada.

O envelhecimento, que é resultado destas transformações, evidencia diversos desafios para o sistema de saúde pública (WONG; CARVALHO, 2006), uma vez que novas demandas são esperadas, principalmente porque doenças características da população idosa tendem a aumentar com a maior proporção e volume de idosos na população: em geral, estes desenvolvem doenças crônicas e múltiplas, as quais perduram por longo tempo e exigem acompanhamento, cuidados permanentes, medicação contínua e exames periódicos (LIMA-COSTA; VERAS, 2003).

Além da questão médico-hospitalar, para a população idosa, a saúde não se restringe apenas aos tratamentos e ao controle e prevenção de comorbidades, mas também às interações psíquicas, à independência financeira, à autonomia e ao suporte social necessário para manter o bem-estar (BRASIL, 1994), representando um importante desafio para a política pública brasileira.

ENVELHECIMENTO E MIGRAÇÃO: BREVES APONTAMENTOS TEÓRICOS

Pensar o envelhecimento populacional juntamente com os movimentos migratórios é desafiador, mas necessário diante da redução do crescimento demográfico e do aumento da importância relativa da migração para o crescimento da população.

Enquanto a migração é tema de longa data nos estudos populacionais, o envelhecimento ganhou destaque mais tardiamente, a partir dos anos 1980, quando os resultados da queda da taxa de fecundidade em termos de envelhecimento relativo ganharam destaque. Segundo Bailey (2005), duas formas principais de abordagem foram

observadas nos estudos: a demográfico-espacial, que foca na distribuição espacial da população segundo a idade, e a pluralista ou crítica, que analisa a idade enquanto construção social, relacionando-a com a experiência e as expectativas.

Dos avanços propiciados pelas diferentes abordagens, destaca-se o questionamento da idade enquanto elemento definidor da velhice. Como aponta Camarano (2016), nas reflexões sobre a concepção de políticas públicas há um debate sobre a pertinência do foco na idade ou nas necessidades enquanto elemento definidor. Nesse sentido, como aponta Sachs (1993), não se pode desconsiderar o papel desempenhado pela população em cada grupo de idade nos fundamentos que estruturam a sociedade e que fazem parte do cotidiano. Essa perspectiva extrapola a idade e “ilustra como a experiência de ser idoso varia de lugar para lugar e no espaço, e como a construção da velhice está ligada à produção (e reprodução) das relações sociais e do lugar” (BAILEY, 2005, p. 151).¹

A própria definição da faixa etária idosa está em constante debate: o Estatuto do Idoso e a Organização Mundial da Saúde (OMS) definem os 60 anos como o início, ao mesmo tempo que o aumento da expectativa de vida coloca em debate que talvez os 65 anos sejam mais apropriados, sobretudo no contexto de mudanças nos sistemas previdenciários de vários países que definem a idade mínima de aposentadoria aos 65 anos.

A ênfase na dimensão econômica do envelhecimento, mais especificamente na pressão que o envelhecimento causaria em vários setores da sociedade, predomina no debate desde os anos 1980 (BAILEY, 2005). Os desafios são importantes, mas outros elementos têm entrado na equação. Castiglioni (2008, p. 2), ao analisar o que que abrange setores, ações, políticas e investimentos diversificados, cita a

1 “[...] illustrated how experiences of being elderly varied from place to place and across space, and how the construction of old age was tied to the production (and reproduction) of social relations and place.”

[...] oferta de cuidados médicos e sociais especializados, o que implica nos custos crescentes dos programas de saúde pública, na estruturação de instituições para abrigo de idosos, na assistência social e psicológica, na criação de estabelecimentos que ofereçam produtos de consumo e atividades de lazer voltados para este grupo [idosos], na promoção de novas alternativas para inserção de idosos na educação e no trabalho [...]

O envelhecimento, portanto, está imerso num contexto de transição da estrutura etária propriamente dita, mas também de transição da sociedade, já que um número maior de idosos² significará necessariamente uma mudança de *status* dos idosos em relação a períodos anteriores.

A relação envelhecimento-migração tem sido estudada nos países do norte global há tempos, já que estão em fase mais adiantada no envelhecimento (CAMPOS; BARBIERI; CARVALHO, 2016). Nestes estudos, no nível dos estados, a migração tem sido considerada enquanto fenômeno com potencial de suprir a carência de mão de obra provocada pelo envelhecimento (BAILEY, 2005), numa perspectiva econômica, mas que considera também as relações sociais provocadas pelo movimento.

Outra perspectiva dos estudos é o foco na migração de idosos, que tende a crescer quanto maior a participação destes na população. Essa abordagem olha as diferenças entre a migração da população em geral comparativamente à migração de idosos, com destaque para os determinantes e as origens e destinos.

Campos, Barbieri e Carvalho (2016), em análise da migração de idosos no Brasil entre 1980 e 2000, identificaram que a idade e o sexo se mostraram importantes na caracterização dessa migração,

2 O IBGE (2018) estimava para 2019 aproximadamente 28 milhões de idosos no Brasil (13% da população) e, com o processo de envelhecimento vivido pelo país, essa proporção alcançará 25% em 2043.

inclusive em relação às origens e destinos. Além disso, verificaram que seriam três os “estímulos básicos” para a migração: a busca de amenidades, de assistência e a limitação ou incapacidade dos idosos.

A busca por amenidades se daria por volta do período de aposentadoria, para idosos mais jovens (60 a 69 anos), geralmente unidos, saudáveis e com melhores condições socioeconômicas, enquanto a migração por limitação ou incapacidade compreenderia principalmente os migrantes mais velhos para localidades que permitem o tratamento das limitações. O grupo relacionado ao segundo estímulo (busca por assistência), por fim, seriam os idosos que buscam a convivência com familiares para obter suporte, geralmente idosos não unidos e com renda baixa (CAMPOS; BARBIERI; CARVALHO, 2016; CAMPOS, BARBIERI, 2013).

Nessa mesma perspectiva, Campos e Barbieri (2013, p. 569) propõem a separação dos idosos migrantes em dois diferentes grupos:

[...] um deles composto por indivíduos com melhores condições de saúde e renda, que migram para usufruir os benefícios desta fase da vida, após a aposentadoria; e outro formado por idosos que, diante de uma insuficiência física ou financeira, migram em direção a locais onde podem encontrar suporte para as fragilidades que passaram a experimentar.

Os autores destacam também que o sistema de aposentadoria e as relações de suporte ao idoso no Brasil agregam especificidades ao fenômeno em relação às análises internacionais (idem). Se se considerar as recentes mudanças na legislação, outros elementos deverão ser considerados, pois o aumento do tempo de trabalho médio dos trabalhadores para acessar o direito ao benefício reduz o tempo útil de aproveitamento das amenidades, considerando as características do envelhecimento nas suas variadas dimensões.

Embora a população idosa migre, é importante frisar que o principal impacto da migração no envelhecimento populacional se dá nas

áreas de origem e destino pelo deslocamento dos jovens adultos, que representam a maior parcela da população migrante. A relação entre migração e idade é muito forte e foi demonstrada por Rogers e Castro (1981), cujo modelo apresentou maior probabilidade de os jovens adultos realizarem o movimento migratório. Além deles, Clark e Lisowski (2018) focaram-se na relação entre a intenção de migrar e a efetivação da migração, e verificaram que à medida que se avança a idade, decresce a intenção, e conseqüentemente a migração em si.

O deslocamento das pessoas, nesse sentido, tem papel central na distribuição espacial da população e está fortemente relacionado com a estrutura etária da população, tanto na origem como no destino.

A migração no Brasil passou por mudanças consideráveis desde os anos 1980 (PACHECO; PATARRA, 1998; CUNHA; BAENINGER, 2007; BRITO, 2015), década que marcou a inflexão dos movimentos de longa distância, o crescimento do retorno migratório e a maior importância dos movimentos de curta distância. Segue mudando e, somadas às conjunturas de crises econômicas prolongadas e agora à pandemia e seus resultados econômicos, políticos e sociais, novos rebatimentos devem ser observados na migração, mesmo que tardiamente.³

A migração, nesse sentido, contribui para a compreensão da forma como a população ocupa o espaço, mas outros elementos devem ser considerados e, a depender da escala geográfica de análise, o nível de detalhamento dá destaque a conjuntos específicos de elementos. Como exemplo, geralmente em análises das trocas inter-regionais e interestaduais os estudos costumam focar nos resultados em termos de saldo migratório, índice de eficácia migratória e mudanças no padrão, direcionamentos etc., visto que as especificidades territoriais são muitas e exigiriam esforços em outra direção.

3 Cunha (2015) mostra que mesmo com algum tempo de atraso a migração é influenciada por mudanças estruturais e injunções conjunturais.

Nas análises da migração em nível intraestadual há um aprofundamento, já que as diferenças e desigualdades territoriais aparecem enquanto elemento explicativo dos direcionamentos e das características dos fluxos, a partir de elementos estruturais e dos papéis historicamente desempenhados por municípios e regiões. Por fim, nas análises da migração no nível local, de modalidades intraurbana, intrametropolitana e de mobilidade residencial, outros elementos surgem, como custo de vida, localização das oportunidades de residência e emprego, dinâmica imobiliária etc., que se apresentam como elementos importantes, já que a escala permite uma aproximação com o cotidiano das pessoas.

De todo modo, diante da complexidade da migração (CUNHA, 2005; CASTIGLIONI, 2009) e da multiplicidade de elementos explicativos que abrangem aqueles estruturais, conjunturais e individuais, busca-se nas próximas seções apresentar alguns elementos e argumentos que, como se sabe, não dão conta de explicar os fenômenos mapeados em sua totalidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os gráficos, tabelas e mapas apresentados, cujos dados foram previamente tabulados por Dota (2019), utilizaram-se dos dados das seguintes pesquisas:

Censo Demográfico de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 – Os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge) permitiram reconstruir a trajetória de crescimento no volume e proporção dos idosos e, com base na estrutura etária da população, calcular as razões de dependência, o Índice de Envelhecimento e a proporção de idosos em cada período. Especificamente com os dados de 2010, apresentamos e analisamos os indicadores dos municípios do estado do Espírito Santo, permitindo conhecer a dinâmica espacial do envelhecimento e a relação deste com a migração. Também foram apresentados para a Região Metropolitana da

Grande Vitória (RMGV) indicadores no nível das áreas de ponderação⁴ e, para o município de Vitória, utilizou-se o nível dos setores censitários⁵ para analisar a distribuição espacial da população idosa e indicadores associados.

Projeção da população brasileira — revisão de 2018 — Os dados da projeção da população brasileira, revisão de 2018, foram utilizados como estimativa da população prevista para 2020, visto que o recenseamento inicialmente agendado para 2020 foi adiado para 2021 em virtude da crise relativa à COVID-19.

Na tabulação dos dados, assim como na apresentação, foram utilizadas as seguintes ferramentas:

- Sistema Ibge de Recuperação Automática — SIDRA — população por idade nos Censos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010;
- Microsoft Excel – organização dos dados e elaboração das tabelas e gráficos;
- IBM SPSS – tabulação dos dados do Censo de 2010 por idade e municípios;
- Importação dos dados tabulados do SPSS com extensão *XLS* para o Sistema de Informações Geografias (SIG) ArcGIS 10.5, através da junção do *GEOCODIGO* do município na tabela de atributos do Plano de Informação Limite Municipal (IJSN, 2018). Para a RMGV ocorreu à junção da Área de Ponderação *AREA_P* e para o Município de Vitória realizou-se o mesmo procedimento com a junção do código Setor Censitário *COD_SETOR*.

4 Conferir Ibge (2012) sobre as áreas de ponderação que são unidades geográficas formadas por um agrupamento de setores censitários para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo.

5 Conferir Ibge (2012), também: o setor censitário é a unidade territorial estabelecida para fins de controle cadastral, formado por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitam o levantamento por um recenseador.

- Outros Planos de Informações utilizados: Limite de UF (IBGE, 2019); Curso D'água (IBGE, 2018); Sistema Rodoviário (IJSN, 2018) e Setor Censitário do Limite Municipal de Vitória (PMV, 2020), com todo o mapeamento empregando o sistema de projeção UTM, Datum SIRGAS-2000, Zona 24 Sul (IBGE, 2005).

- O mapeamento apresentado seguiu uma padronização cartográfica com base nas propostas de Menezes e Fernandes (2013); Lo e Yeung (2007) e Slocum *et al.* (2009), no sentido de desenvolver uma comunicação cartográfica eficiente e objetiva, relacionando padrões de cores e número de classes das legendas.

Indicadores

Os indicadores foram construídos com base nos conceitos apresentados pela Rede Interagencial de Informação para a Saúde, conforme **Quadro 1** a seguir.

Quadro 1: Definição, conceito e cálculo dos indicadores

Indicador	Conceito	Cálculo
Proporção de idosos na população	Percentual de pessoas com 60 e mais anos de idade, na população total residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A definição de idoso como pessoa maior de 60 anos de idade é estabelecida na legislação brasileira.	Número de pessoas residentes de 60 e mais anos de idade, sobre a população total residente, excluída a de idade ignorada (x 100).

Indicador	Conceito	Cálculo
Índice de envelhecimento	Número de pessoas de 60 e mais anos de idade, para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A definição de idoso como pessoa maior de 60 anos de idade é estabelecida na legislação brasileira.	Número de pessoas residentes de 60 e mais anos de idade, sobre o número de pessoas residentes com menos de 15 anos de idade (x 100).
Razão de dependência total	Razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 60 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 59 anos de idade), na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.	Número de pessoas residentes de 0 a 14 anos e de 60 e mais anos de idade, sobre o número de pessoas residentes de 15 a 59 anos de idade (x 100).
Razão de dependência jovem	Razão entre o segmento jovem da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 59 anos de idade), na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A definição de idoso como pessoa maior de 60 anos de idade é estabelecida na legislação brasileira.	Número de pessoas residentes de 0 a 14 anos, sobre o número de pessoas residentes de 15 a 59 anos de idade (x 100).
Razão de dependência idosa	Razão entre o segmento idoso da população definido como economicamente dependente (os de 60 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 59 anos de idade), na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A definição de idoso como pessoa maior de 60 anos de idade é estabelecida na legislação brasileira.	Número de pessoas residentes de 60 e mais anos de idade, sobre o número de pessoas residentes de 15 a 59 anos de idade (x 100).

Indicador	Conceito	Cálculo
Razão de sexo	Número de homens para cada grupo de 100 mulheres, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.	Número de residentes do sexo masculino, sobre o número de residentes do sexo feminino (x 100).
Taxa de crescimento da população	Percentual de incremento médio anual da população residente em determinado espaço geográfico, no período considerado.	Fórmula do cálculo do indicador: $r = \left[\left(\sqrt[n]{\frac{P_t}{P_0}} \right) - 1 \right] \times 100$

Fonte: RIPSAs (2008)

Capítulo 2

O envelhecimento brasileiro e o Espírito Santo em comparação ao Sudeste e ao Brasil

Antes de abordar especificamente o cenário capixaba, faz-se necessário apresentar elementos que estão na gênese do envelhecimento da população brasileira, relacionados aos processos de transformação que ocorreram no decorrer do século XX.

Pode-se dizer que o alicerce das transformações observadas no Brasil nesse período se deu a partir do intenso e acelerado processo de industrialização e de urbanização. Segundo Martine e McGranahan (2010, p. 16), o período entre 1930 e 1980 foi marcado pelo crescimento urbano e pela concentração de população em cidades, com destaque para as grandes aglomerações. No entanto, não apenas as cidades cresceram, como também o modo de vida das pessoas metamorfoseou-se permanentemente, visto que o motor dessa urbanização foi a industrialização.

As transformações observadas ao longo do século passado foram a base para o início da transição demográfica no Brasil. No princípio, observou-se acentuado declínio das taxas de mortalidade, especialmente em relação à mortalidade infantil (BRITO, 2008; VASCONCELOS; GOMES, 2012), enquanto as taxas de fecundidade permaneceram altas. Essa discrepância na dinâmica das taxas culminou, entre 1940 a 1960, em um forte crescimento demográfico e da proporção de jovens na população total (CARVALHO; GARCIA, 2003).

Foi apenas a partir de 1965 que o Brasil passou a apresentar queda consistente nas taxas de fecundidade, evidenciando as transformações em andamento. A taxa de fecundidade total saiu de mais de 6,0 filhos por mulher na década de 1960 e chegou a 1,5 em 2015 (IBGE, 2018), o que alterou a estrutura etária da população brasileira, com destaque para o declínio do grupo etário de 0 a 14 anos nos últimos trinta anos.

Outra importante mudança foi o aumento da expectativa de vida ao nascer, resultado da queda dos níveis de mortalidade entre 1940 e 2000: nesse período, o brasileiro passou a viver trinta anos a mais, o que demonstra a intensidade das transformações (BRITO et al., 2008). Entre 1997 a 2007, a população idosa e os idosos acima de 80 anos apresentaram, respetivamente, incremento de 21,6% e 47,8% (MINAYO, 2012).

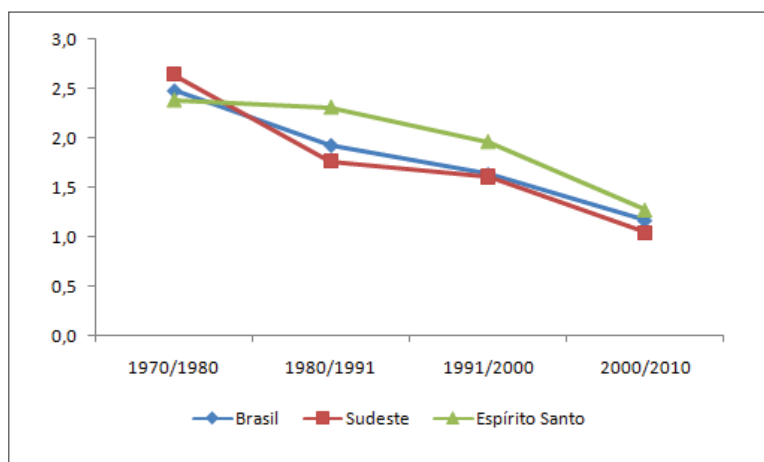
O contexto do Espírito Santo e do Sudeste passa em grande medida pelo papel que desempenham em nível nacional: por terem sido destino das principais indústrias nacionais na época, a região Sudeste apresentou maior crescimento populacional entre as décadas de 1960 e 1970, influenciados pelos fluxos migratórios campocidade, com destaque para aqueles originados no Nordeste e norte de Minas Gerais com destino a São Paulo.

A migração, apesar de seguir movimentando relevante contingente populacional nas décadas seguintes, reduziu a contribuição ao crescimento demográfico, especialmente nas principais áreas de destino pelo aumento da migração de retorno (PACHECO; PATARRA,

1998; CUNHA, 2015), chegando no século XXI a um contexto em que se considera que há maior rotatividade (BAENINGER, 2012), visto que as áreas ganham ou perdem população de modo menos intenso que nas últimas décadas do século XX.

No Espírito Santo, como resultado de todas as transformações em curso, o processo de transição demográfica ocorreu tardiamente, mas de forma vertiginosa e incisiva (CASTIGLIONI, 2006; 2008). Desde a década de 1970, o estado vem apresentando queda no crescimento populacional, seguindo a tendência da região Sudeste e do Brasil. Destaca-se também que a partir da década de 1980, com a consolidação da economia industrial após grandes investimentos estatais (IJSN, 1984), principalmente na RMGV e adjacentes, as taxas de crescimento anual foram maiores que as verificadas no Sudeste e no Brasil (Gráfico 1).

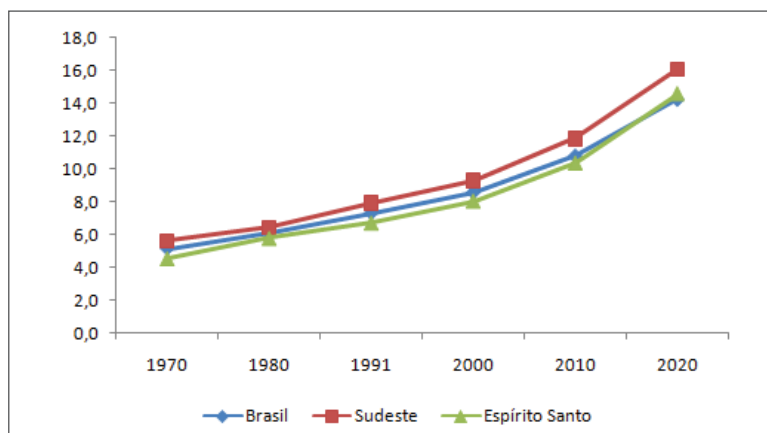
Gráfico 1: Taxa de crescimento geométrico médio anual da população (% a.a.). Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 1970 a 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1970 a 2010.

Em relação ao Índice de Envelhecimento, observa-se um aceleramento desde 1970. O Gráfico 3 mostra, para os três recortes considerados, o indicador partindo de aproximadamente 10 em 1970 e chegando a cerca de 50 e 60 em 2020, acelerando nas últimas décadas. Vale ressaltar que o processo de transição etária exerce forte influência neste indicador, uma vez que a região Sudeste, que apresenta o maior índice, foi a primeira a iniciar o processo de transformação do perfil de sua população.

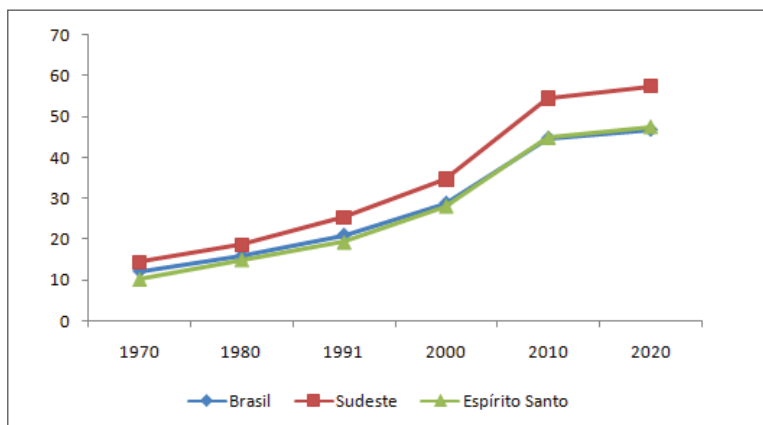
Gráfico 2: Proporção de idosos. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 1970 a 2020



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1970 a 2010 e Projeção de 2018.

Já em relação à razão de dependência, o estado do Espírito Santo, a região Sudeste e o Brasil apresentavam no ano de 1970 razões de dependência elevadas devido à grande proporção de crianças na população. A dinâmica de queda na fecundidade proporcionou redução no volume de crianças em relação à população total, e em 2010 a razão foi reduzida para praticamente 50, ou seja, em 2010 havia aproximadamente 50 pessoas em idade dependente e outras 50 em idade ativa (Gráficos 4, 5 e 6).

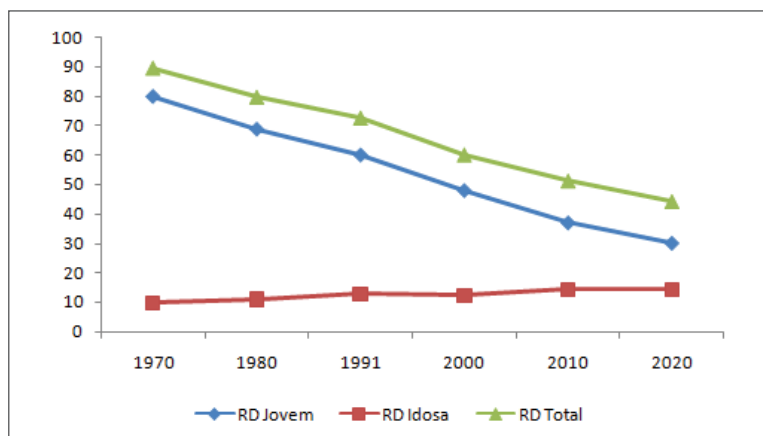
Gráfico 3: Índice de Envelhecimento. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 1970 a 2020



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1970 a 2010 e Projeção de 2018.

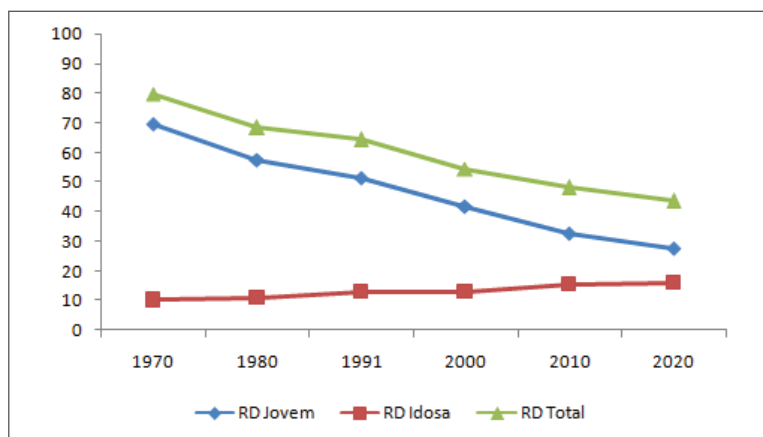
Já em relação à razão de dependência, o estado do Espírito Santo, a região Sudeste e o Brasil apresentavam no ano de 1970 razões de dependência elevadas devido à grande proporção de crianças na população. A dinâmica de queda na fecundidade proporcionou redução no volume de crianças em relação à população total, e em 2010 a razão foi reduzida para praticamente 50, ou seja, em 2010 havia aproximadamente 50 pessoas em idade dependente e outras 50 em idade ativa (Gráficos 4, 5 e 6).

Gráfico 4: Razão de dependência jovem, idosa e total. Brasil, 1970 a 2020



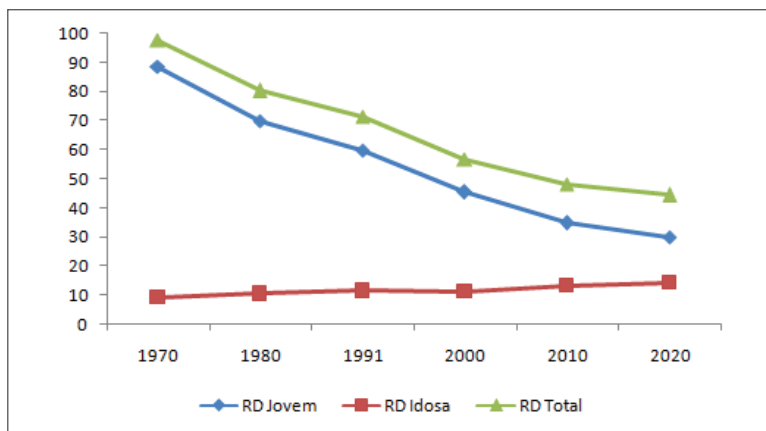
Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1970 a 2010 e Projeção de 2018.

Gráfico 5: Razão de dependência jovem, idosa e total. Sudeste, 1970 a 2020



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1970 a 2010 e Projeção de 2018.

Gráfico 6: Razão de dependência jovem, idosa e total. Espírito Santo, 1970 a 2020



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1970 a 2010 e Projeção de 2018.

Os gráficos apresentados evidenciam que o processo de envelhecimento é relativamente homogêneo no Brasil e nas subáreas analisadas (Sudeste e Espírito Santo) não há diferenças relevantes em nenhum dos indicadores. Tal fato aponta que o envelhecimento é um debate do conjunto da sociedade brasileira, em todos os níveis decisórios, mas nos subespaços (regiões, municípios, bairros), como mostraremos nas seções seguintes, o debate deve necessariamente considerar as especificidades territoriais.

O ENVELHECIMENTO NA ESCALA MUNICIPAL

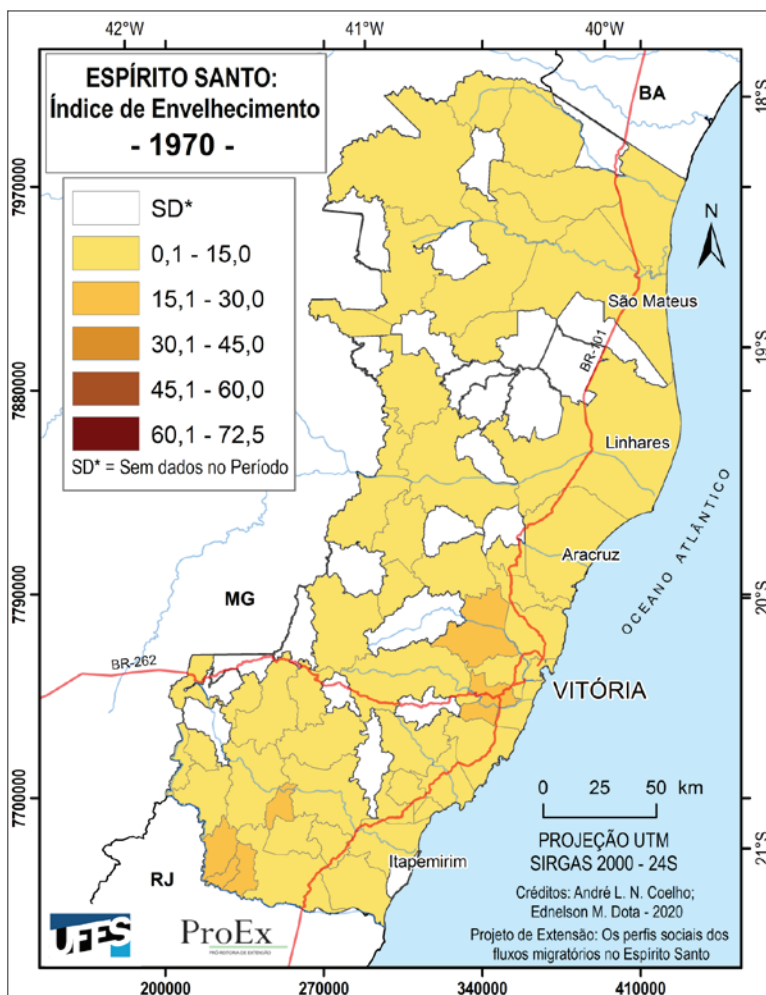
A dinâmica espacial do envelhecimento se revela quando esta é observada no nível do município, isso porque as diferenças específicas se sobressaem. Tais diferenças estão relacionadas à própria história econômica, social e política dos municípios, com destaque para a localização, a matriz econômica, o tamanho da população, as relações com outros municípios etc.

Se é relevante apontar que a tendência futura será não apenas crescente em termos de demanda, mas de necessidades que extrapolam a saúde e atividades de entretenimento, também se ressalta que a estrutura etária da população em nível municipal tem forte relação com elementos que estão além dos seus limites político-administrativos, e é neste sentido que os mapas a seguir apresentam as desigualdades espaciais do envelhecimento utilizando-se de alguns indicadores clássicos para estas medidas.

Nos **Mapas de 1 a 5**,⁶ em que o Índice de Envelhecimento é apresentado, três considerações merecem destaque: a primeira se refere ao envelhecimento da população em seu conjunto, já que entre 1970 e 2010 todos os municípios apresentaram aumento relevante do índice; a segunda se refere, precisamente entre os anos de 2000 e 2010 (**Mapas 4 e 5**, respectivamente), na aceleração do envelhecimento; e a terceira se refere às diferenciações espaciais que se evidenciaram em 2010 (**Mapa 1**: Índice de Envelhecimento. Municípios do Espírito Santo, 1970).

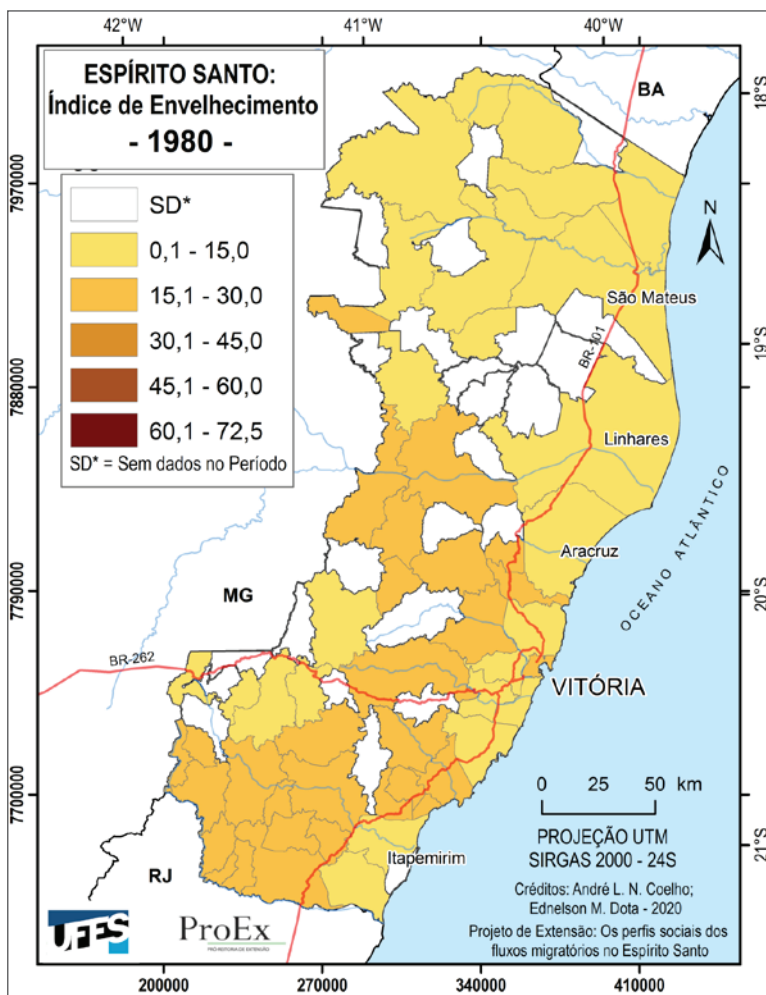
6 Nos mapas apresentados, foram privilegiados os recortes municipais de 2010. Por isso, municípios “em branco”, sem dados, foram aqueles emancipados após o período de referência do dado mapeado. No Anexo 1 são apresentados os nomes dos municípios.

Mapa 1: Índice de Envelhecimento. Municípios do Espírito Santo, 1970⁷

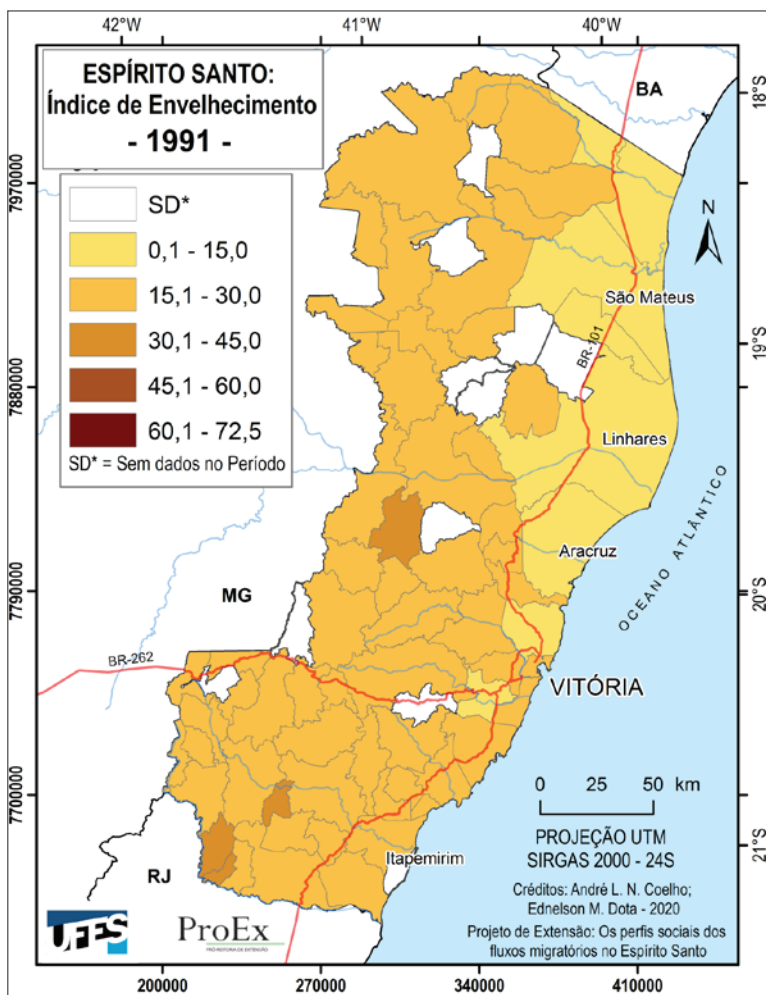


7 As fontes e formas de construção dos mapas apresentados nesse livro foram descritos na seção “Materiais e métodos” do capítulo 1.

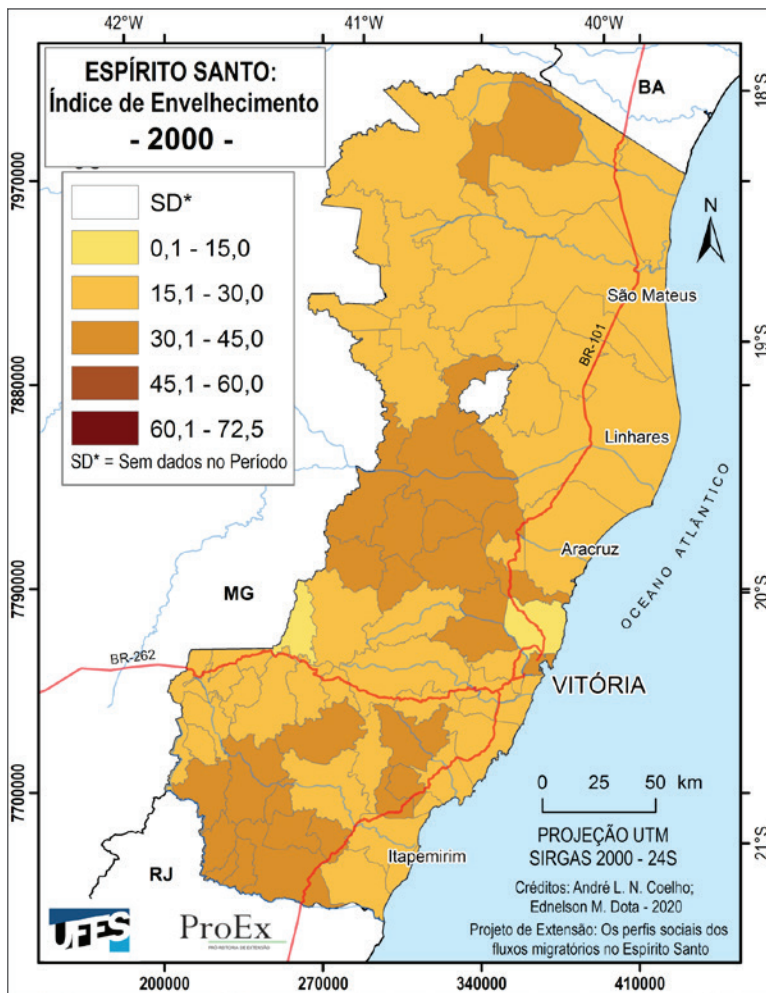
Mapa 2: Índice de Envelhecimento. Municípios do Espírito Santo, 1980



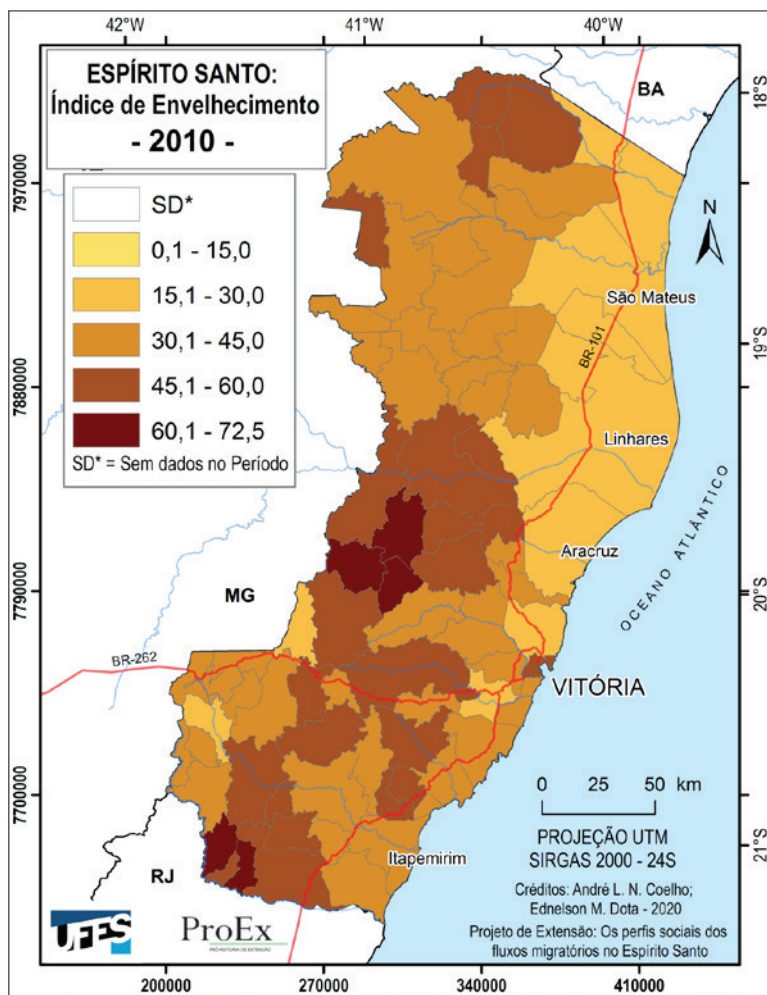
Mapa 3: Índice de Envelhecimento. Municípios do Espírito Santo, 1991



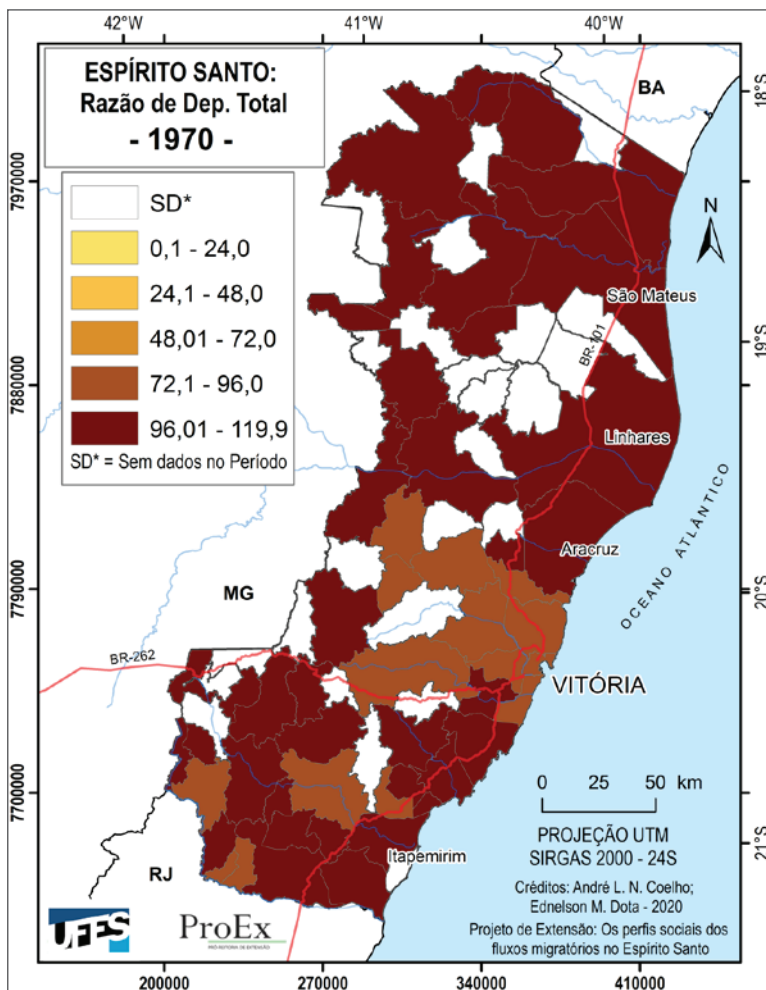
Mapa 4: Índice de Envelhecimento. Municípios do Espírito Santo, 2000



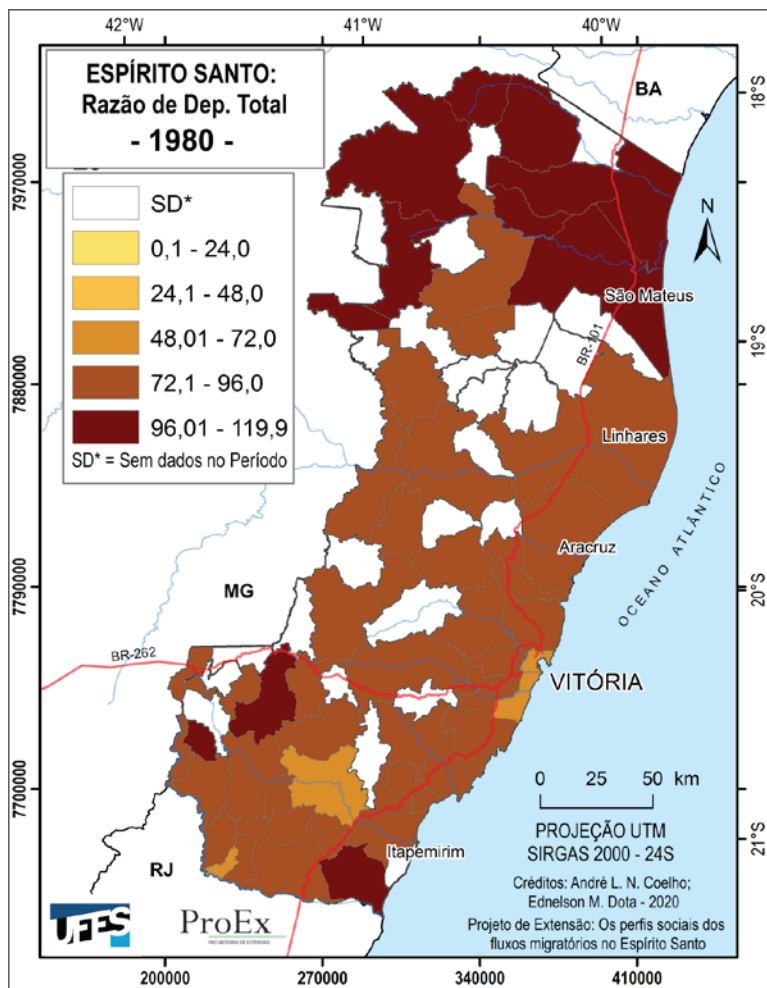
Mapa 5: Índice de Envelhecimento. Municípios do Espírito Santo, 2010



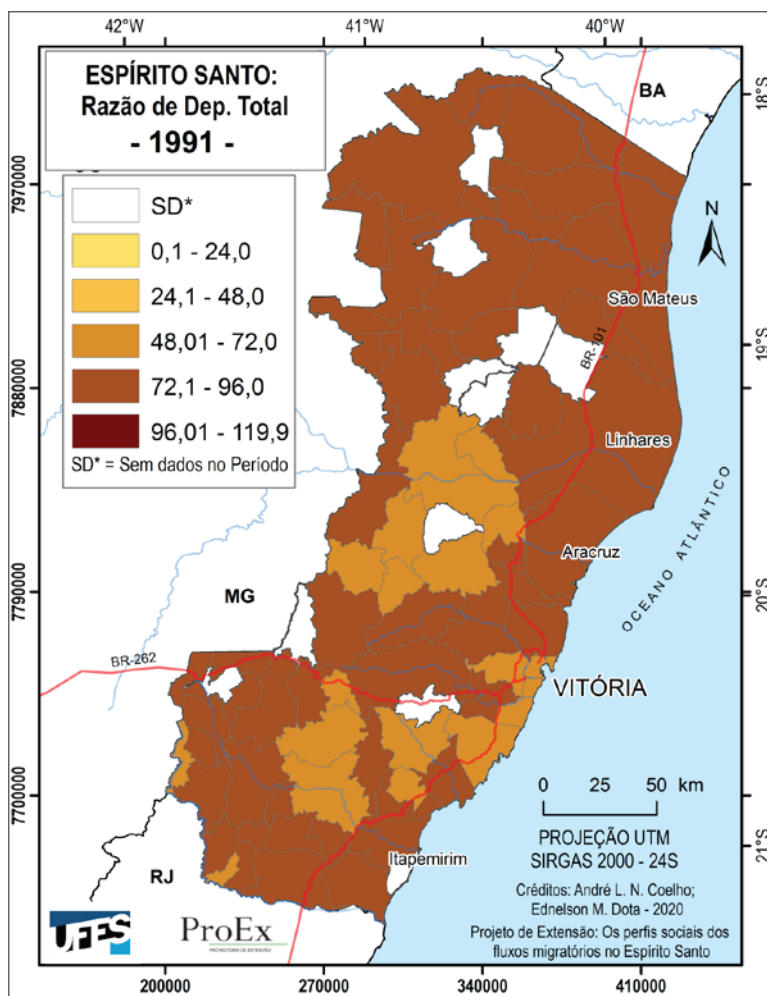
Mapa 6: Razão de dependência total. Municípios do Espírito Santo, 1970



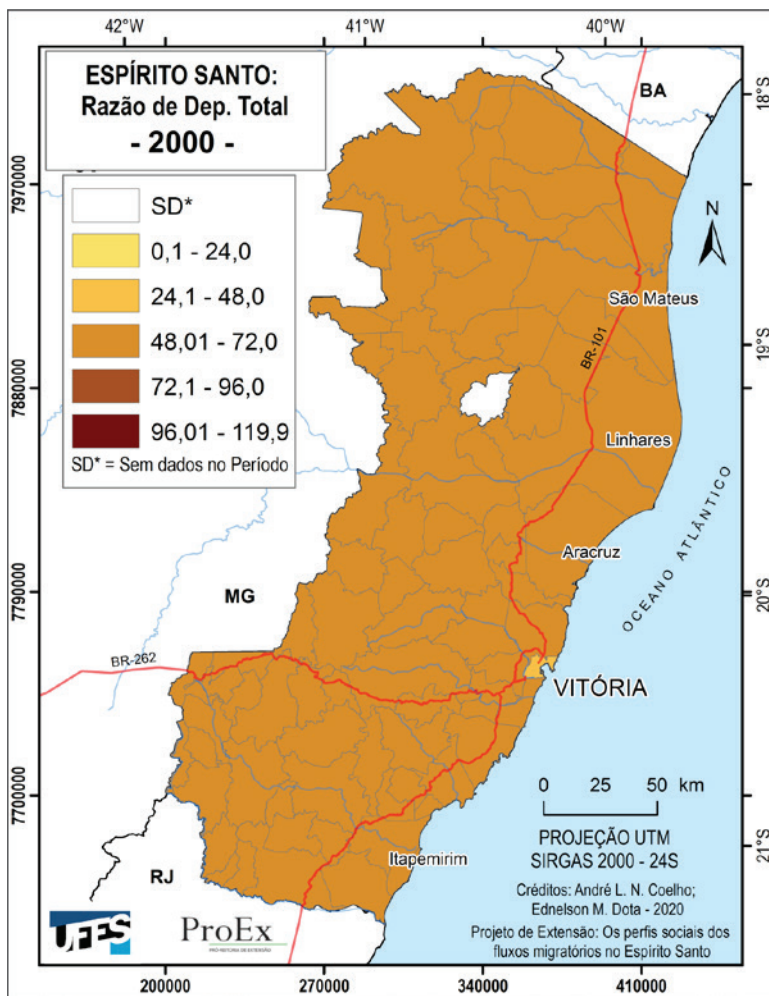
Mapa 7: Razão de dependência total. Municípios do Espírito Santo, 1980



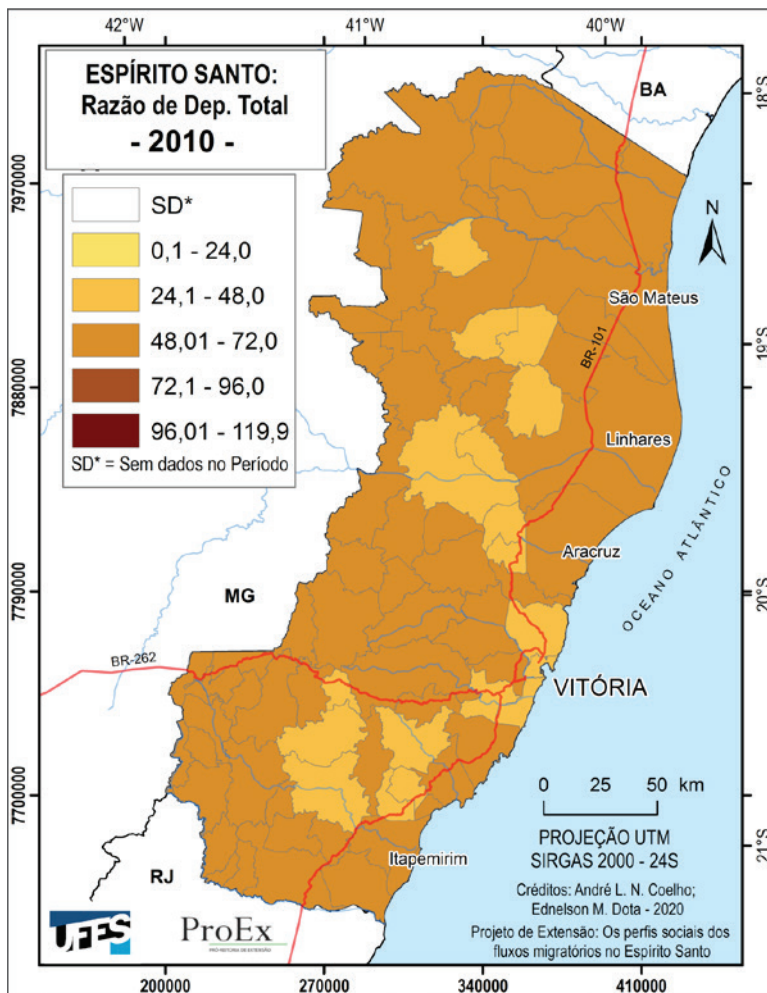
Mapa 8: Razão de dependência total. Municípios do Espírito Santo, 1991



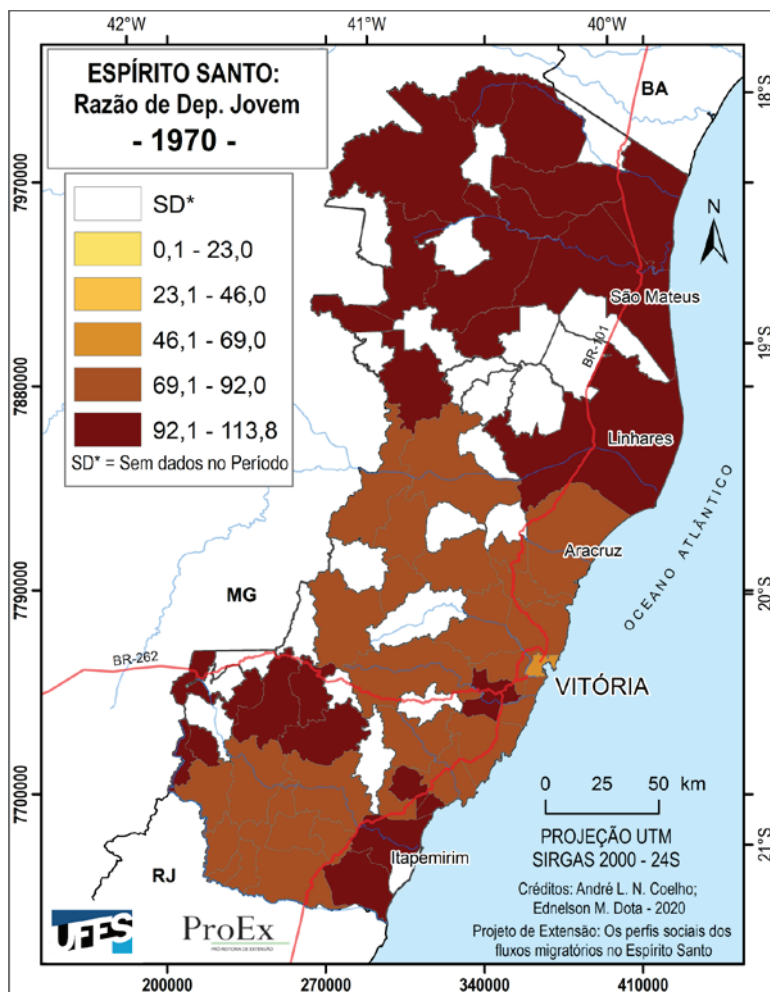
Mapa 9: Razão de dependência total. Municípios do Espírito Santo, 2000



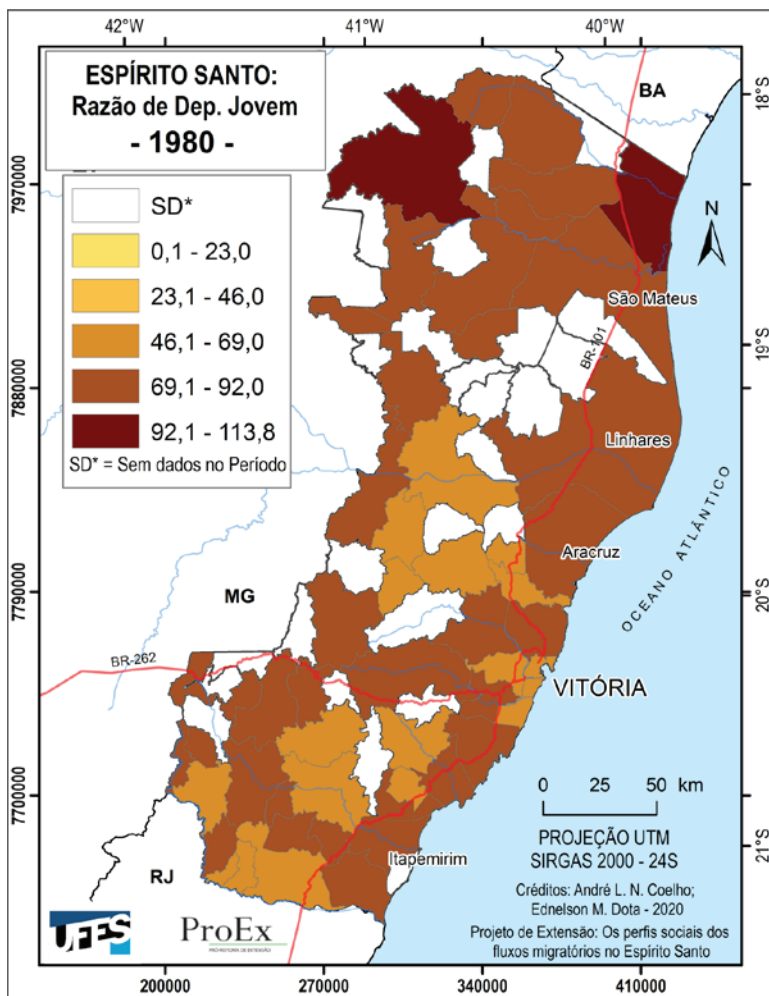
Mapa 10: Razão de dependência total. Municípios do Espírito Santo, 2010



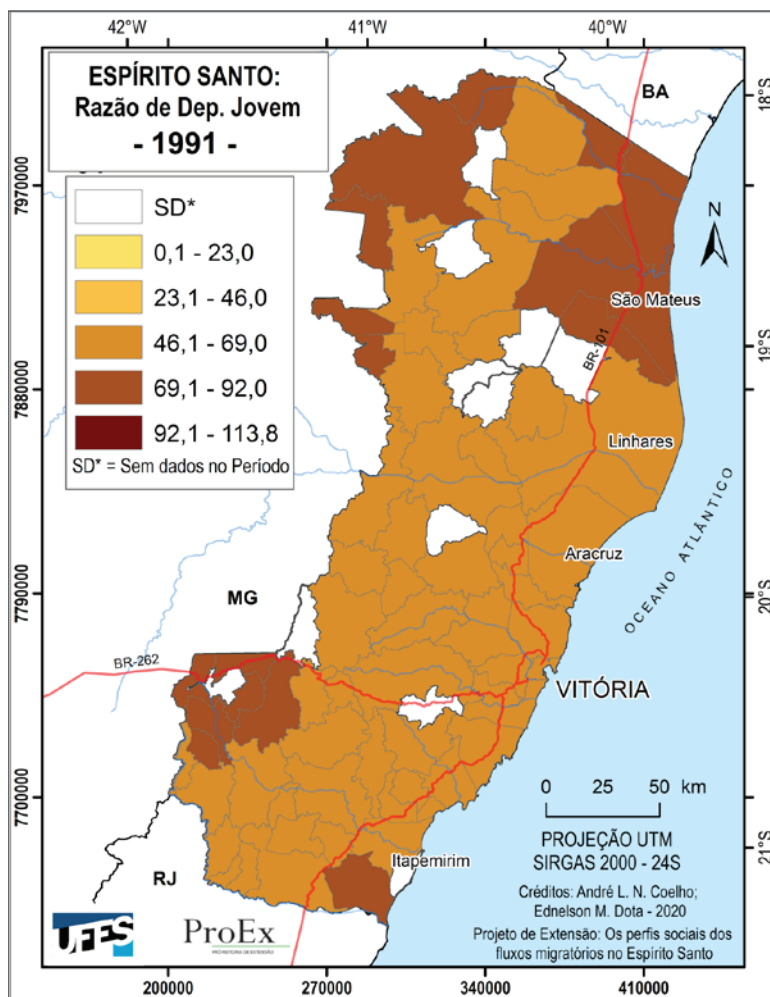
Mapa 11: Razão de dependência jovem. Municípios do Espírito Santo, 1970



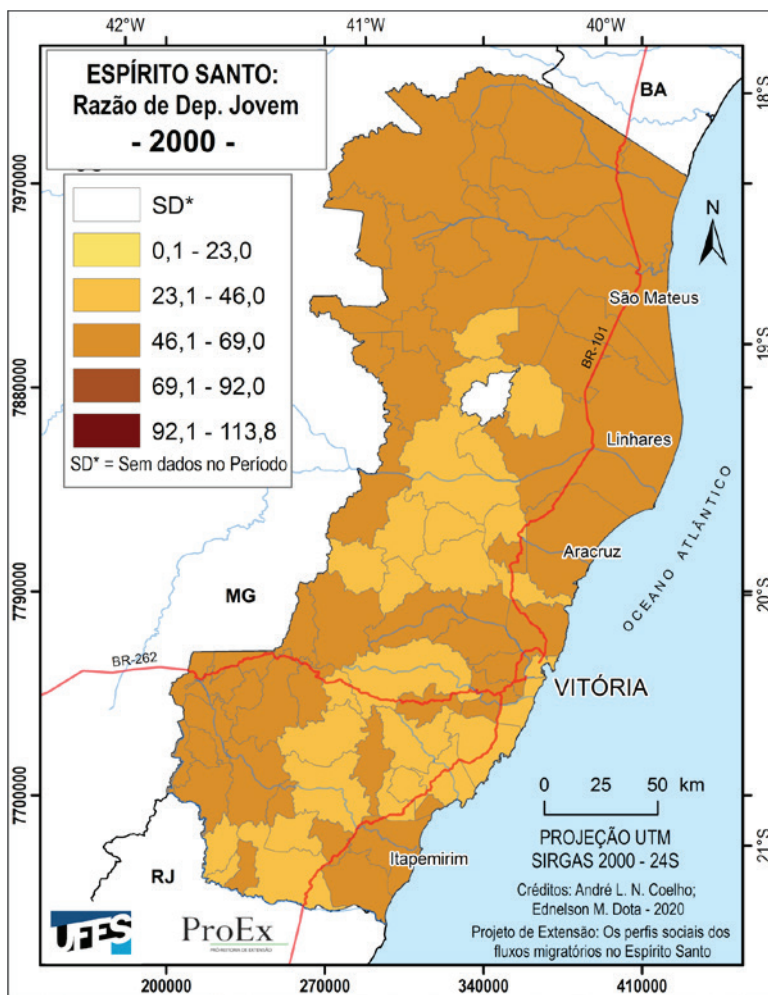
Mapa 12: Razão de dependência jovem. Municípios do Espírito Santo, 1980



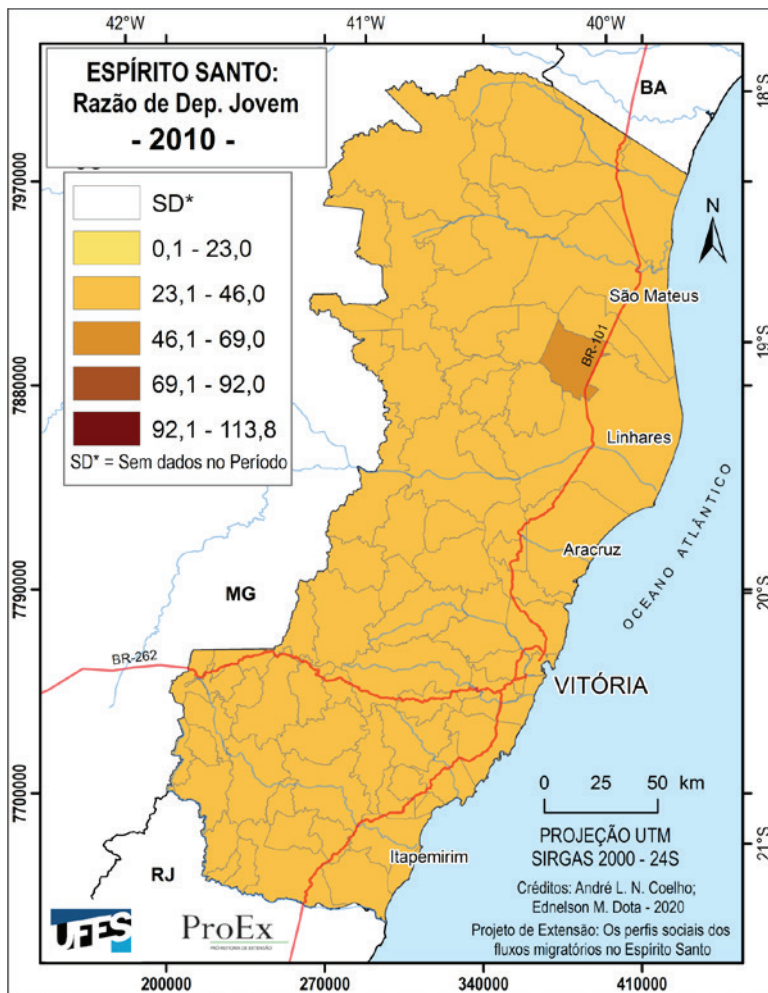
Mapa 13: Razão de dependência jovem. Municípios do Espírito Santo, 1991



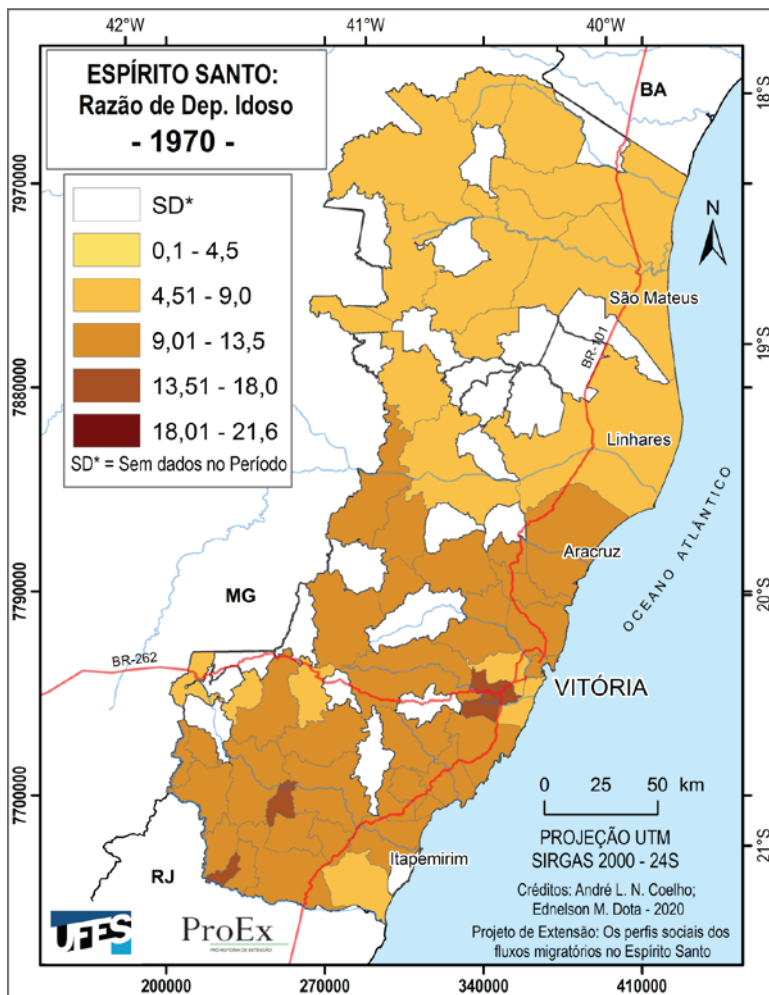
Mapa 14: Razão de dependência jovem. Municípios do Espírito Santo, 2000



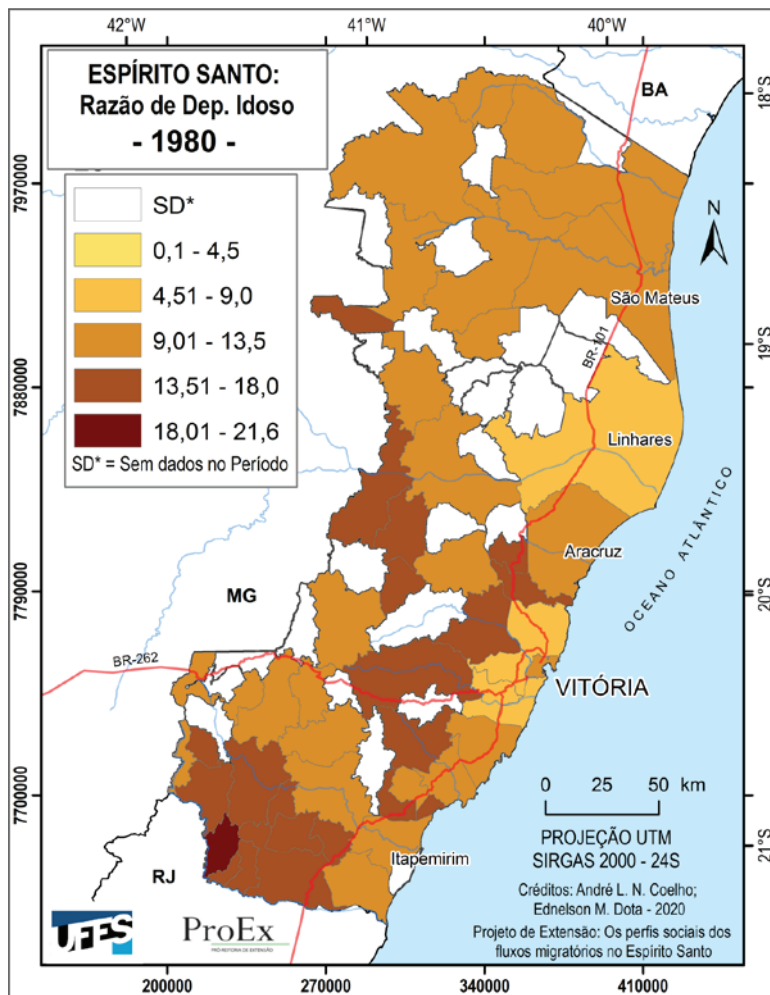
Mapa 15: Razão de dependência jovem. Municípios do Espírito Santo, 2010



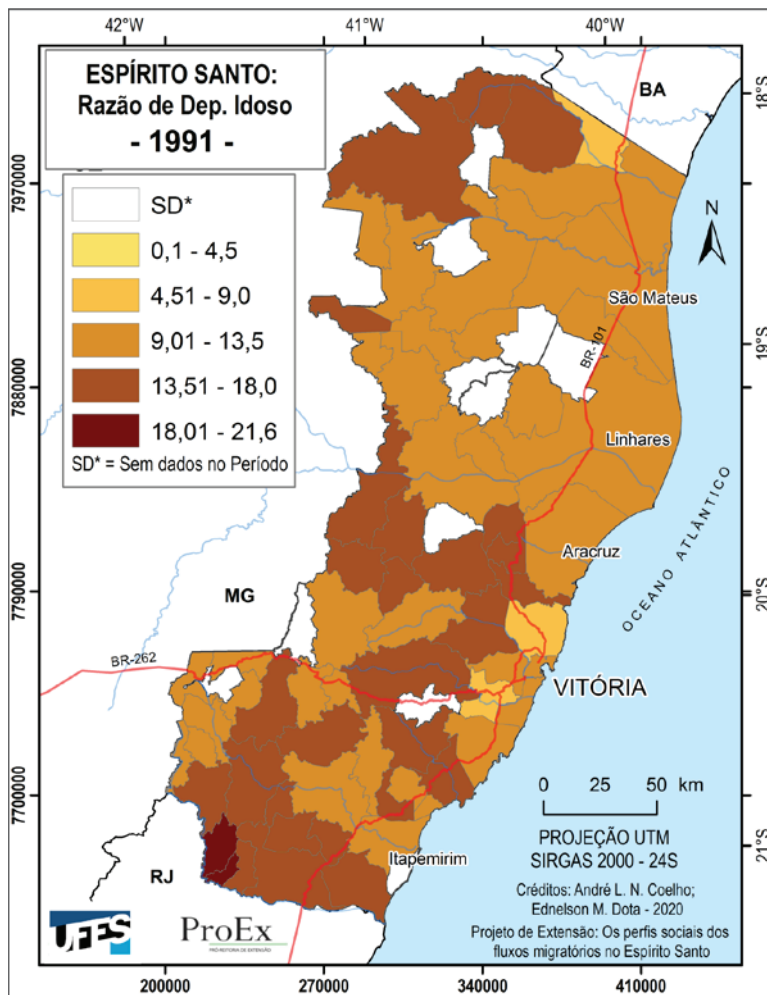
Mapa 16: Razão de dependência idoso. Municípios do Espírito Santo, 1970



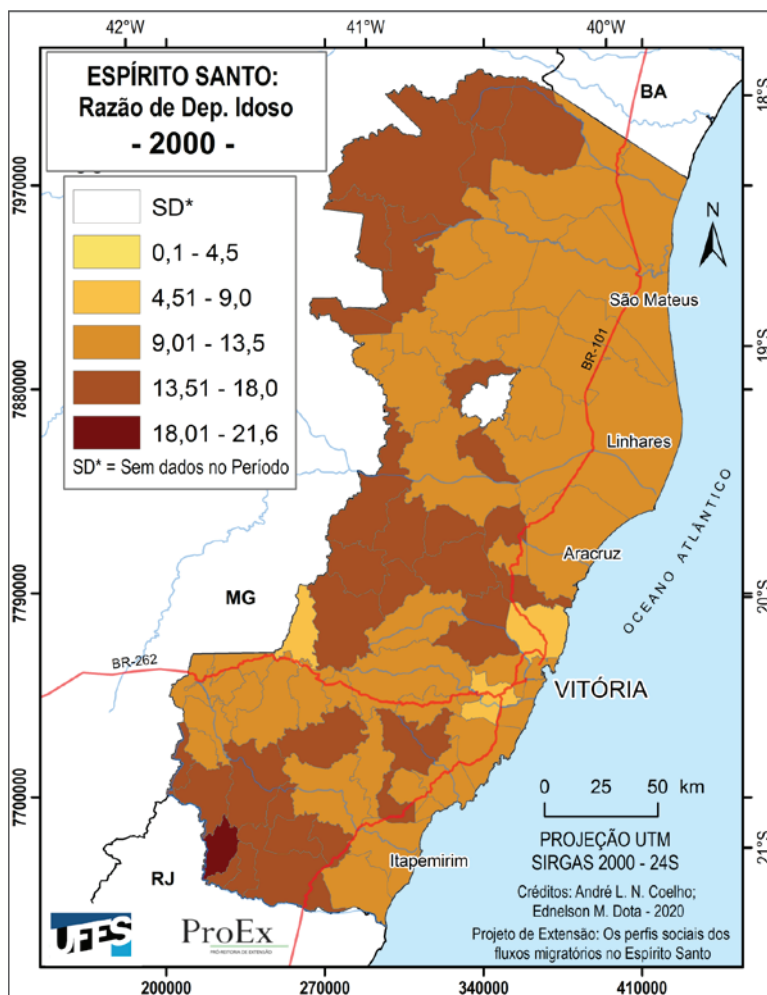
Mapa 17: Razão de dependência idoso. Municípios do Espírito Santo, 1980



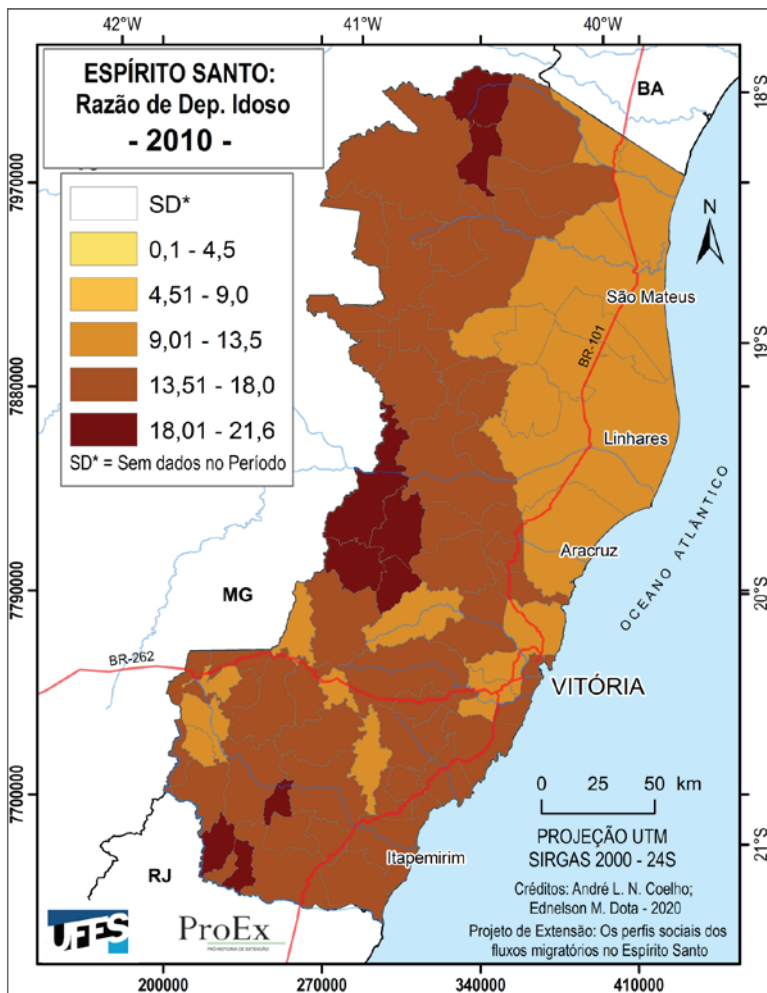
Mapa 18: Razão de dependência idoso. Municípios do Espírito Santo, 1991



Mapa 19: Razão de dependência idoso. Municípios do Espírito Santo, 2000



Mapa 20: Razão de dependência idoso. Municípios do Espírito Santo, 2010



Capítulo 3

A migração e o envelhecimento nos municípios do Espírito Santo

O mapa do Índice de Envelhecimento de 2010 (conferir **Mapa 5**) é revelador quanto às dinâmicas espaciais recentes do envelhecimento no Espírito Santo. Utilizando-o como ponto de partida, ao considerar a imigração e as trocas migratórias em nível municipal e por idade, os resultados demonstram que os movimentos migratórios têm colaborado na conformação do envelhecimento diferenciado no estado do Espírito Santo.

É relevante citar que, em se tratando da dinâmica migratória em sua perspectiva espacial, apresentamos outros elementos e resultados no *Atlas da migração no Espírito Santo* (DOTA; COELHO; CAMARGO, 2017) que merecem ser considerados nas análises e na leitura espacial dos mapas. Naquele trabalho, mostrou-se que a dinâmica espacial da migração também está relacionada com

elementos históricos e estruturais das diferentes porções territoriais do Espírito Santo e, por isso, as análises e mapas deste trabalho se complementam com aqueles.

O **Mapa 5** exprime claramente as diferenças regionais em termos de envelhecimento, pois demonstram forte associação com a dinâmica migratória, uma vez que as áreas menos envelhecidas receberam mais imigrantes nos anos 2000, como alguns municípios da região metropolitana e do litoral norte (DOTA; COELHO; CAMARGO, 2017).

Essas diferenciações ficam mais evidentes ao se analisar os dados específicos de migração: ao observar o **Mapa 21**, é possível verificar que, como esperado, os imigrantes no Espírito Santo apresentavam idade média entre 25 e 30 anos, ou seja, poderiam ser classificados como adultos jovens.

Partindo para uma análise mais específica, ao comparar os municípios do litoral sul e norte (ao sul e ao norte da RMGV),⁸ é possível melhor dimensionar essas diferenças espaciais na imigração por idade. Observa-se que o litoral sul é mais envelhecido e recebe, salvo algumas exceções, imigrantes com idade média maior; enquanto o litoral norte possui Índice de Envelhecimento menor e recebe imigrantes mais jovens (conferir **Mapas 5 e 21**).

Ao dar enfoque para a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), é possível observar que o município de Serra, que apresentou o maior saldo migratório do estado no período 2005-2010, recebeu imigrantes mais jovens, ao mesmo tempo que a capital, Vitória, recebeu imigrantes mais envelhecidos em relação aos demais municípios metropolitanos. Tal fato está ligado aos altos custos de vida em Vitória, que tende a atrair pessoas em fase da vida que usufruem

8 Conferir Zanotelli *et al.* (2019), pois a divisão dos municípios do estado entre RMGV, litoral norte, litoral sul e interior tem sido utilizada para analisar a dinâmica econômica e espacial dos resultados dos investimentos do setor de petróleo e gás que cresceram no estado a partir de meados dos anos 2000.

de melhores condições de renda. Vale lembrar também que o município de Vitória apresentou saldo migratório negativo em 2010, o que pode representar a expulsão de população mais jovem para os municípios do entorno, sendo o resultado, portanto, ligado à própria dinâmica metropolitana de redistribuição espacial da população (DOTA; FERREIRA, 2019).

Considerando a idade média dos imigrantes intraestaduais, conforme o **Mapa 22**, observam-se padrões mais nítidos, como em toda a região do litoral norte e no noroeste do Espírito Santo, que possuem imigrantes intraestaduais com idade média entre 26 e 28 anos. Nas demais regiões do estado, em boa parte dos municípios mais ao sul e aqueles ao norte, principalmente próximos da divisa com Minas Gerais, os imigrantes apresentaram idade média entre 28 a 30 anos.

Outro padrão que chamou a atenção foi o da região Central Serrana,⁹ que apresentou imigrantes mais envelhecidos, sempre acima dos 30 anos, tendência também observada para o total dos imigrantes (**Mapa 21**).

Também é importante observar que a idade média dos imigrantes intraestaduais na RMGV segue a mesma tendência para o total dos imigrantes (que é a soma dos intraestaduais e interestaduais). Essa tendência também se repete para os imigrantes interestaduais e reforça que, apesar das diferenças, há um padrão em termos de idade nos destinos dos deslocamentos (**Mapa 22**).

Já considerando a idade dos emigrantes intraestaduais (**Mapa 23**), observa-se que em muitos municípios das porções central e sul do Espírito Santo eles eram mais envelhecidos, sempre acima dos 29 anos. Em contrapartida, os municípios ao norte e no litoral norte apresentaram volume maior de emigrantes mais jovens, com idades abaixo dos 28 anos.

9 Para um debate mais aprofundado sobre o envelhecimento nesta região, ver Endringer (2017).

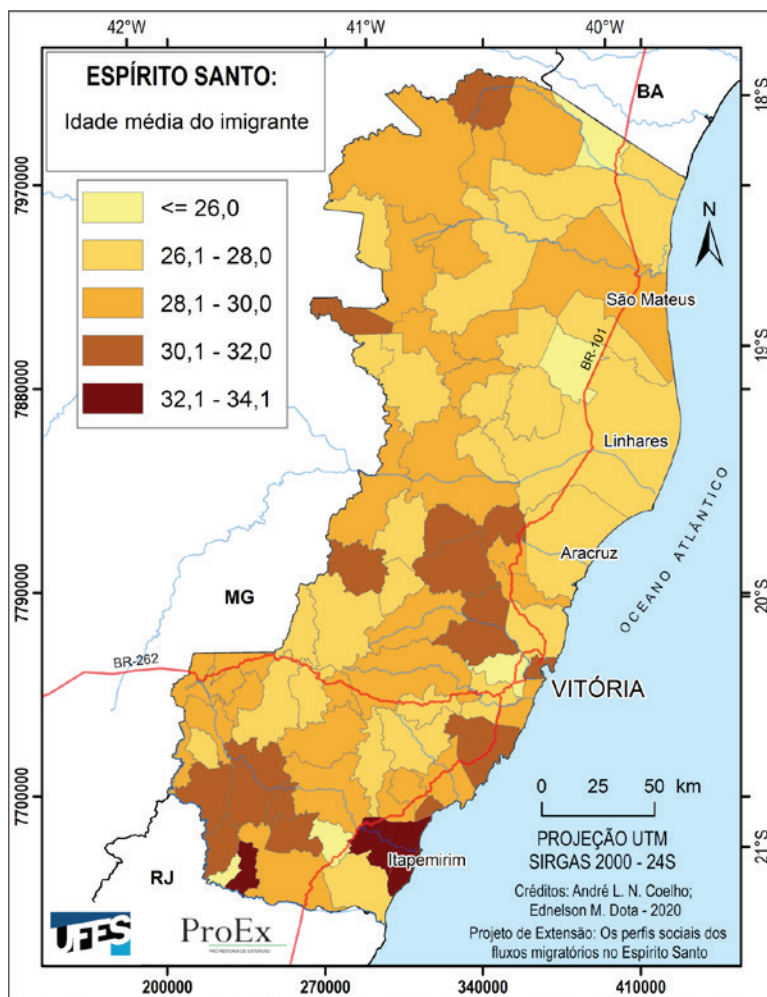
Um fato interessante que se constata, ao considerar os **Mapas 22 e 23**, é a relação inversamente proporcional da idade dos imigrantes e emigrantes em Vitória, sendo possível afirmar que o município expulsa população mais jovem e atrai população mais envelhecida.

Ao comparar a diferença entre as idades dos imigrantes intraestaduais e interestaduais, conforme o **Mapa 25**, é possível afirmar que não há um padrão espacial claro. Na maior parte do estado a diferença fica abaixo de 1,4 ano ou entre 1,4 e 2,8 anos entre aqueles que se deslocaram internamente no Espírito Santo, ou aqueles vindos de outros estados. No entanto, é possível notar que alguns municípios do sul, principalmente no interior, apresentaram maiores diferenças de idade, podendo chegar a 12 anos, diferença importante e que se destaca frente ao conjunto. Nas áreas mais dinâmicas do estado a diferença apresentada era menor.

Por fim, no **Mapa 26** é possível constatar que a maioria dos municípios do estado não apresenta grandes diferenças nas idades dos imigrantes em relação aos emigrantes intraestaduais, mas, no caso daqueles que perdem população via migração, observou-se maior distância entre as idades: é o caso de Vitória, em que as diferenças entre as idades giram entre 4,6 a 6 anos, novamente indicando a saída maciça de jovens e a chegada de adultos acima dos 30 anos.

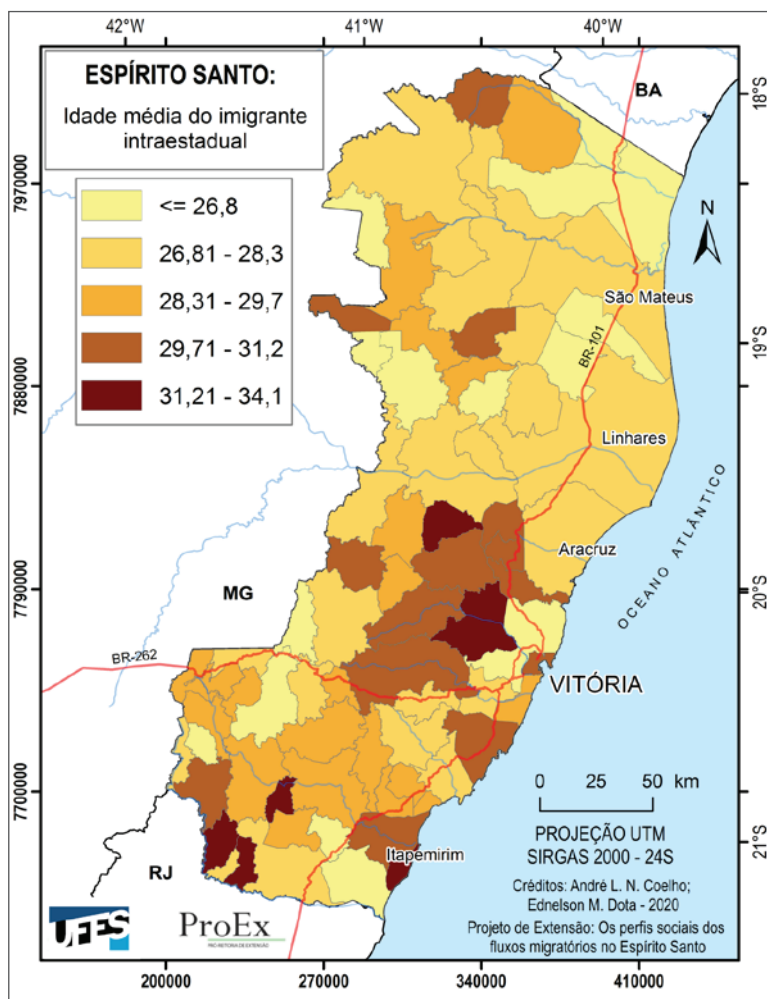
Os dados apresentados nos **Mapas 21 a 26**, portanto, permitem concluir que as pequenas diferenças constatadas em termos de idade média de imigrantes e emigrantes, nos diferentes municípios, explicam em grande medida as desigualdades espaciais do envelhecimento em nível regional, sobretudo quando considerado o efeito das trocas ao longo do tempo.

Mapa 21: Idade média do imigrante. Municípios do Espírito Santo, 2010



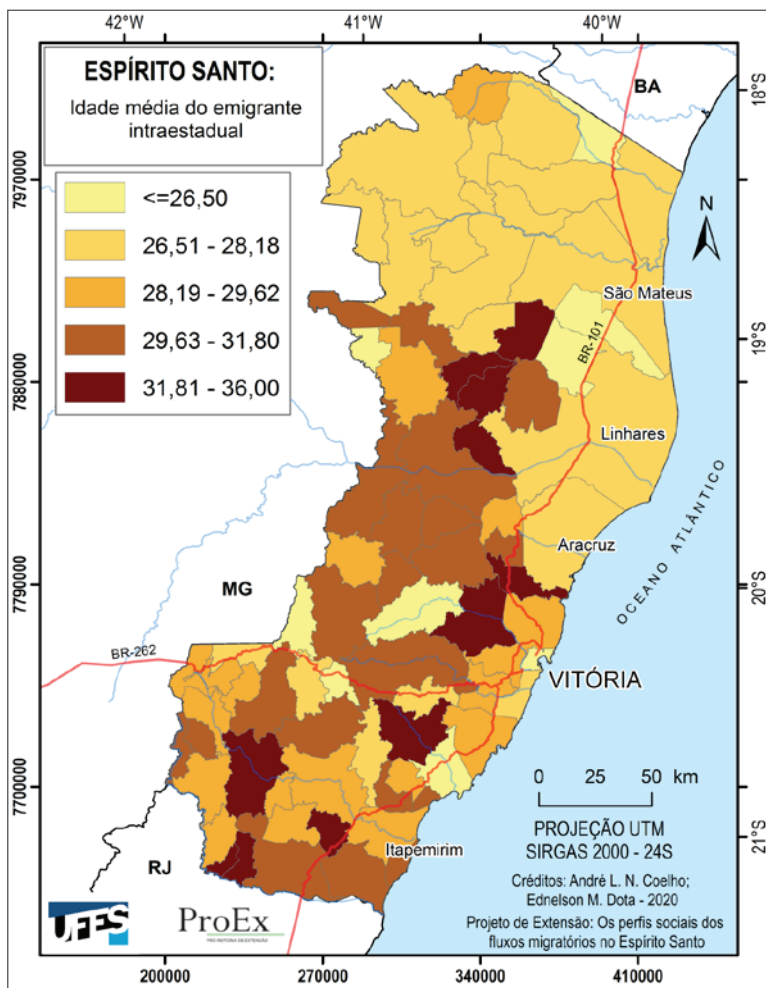
Mapa 22: Idade média do imigrante intraestadual.

Municípios do Espírito Santo, 2010



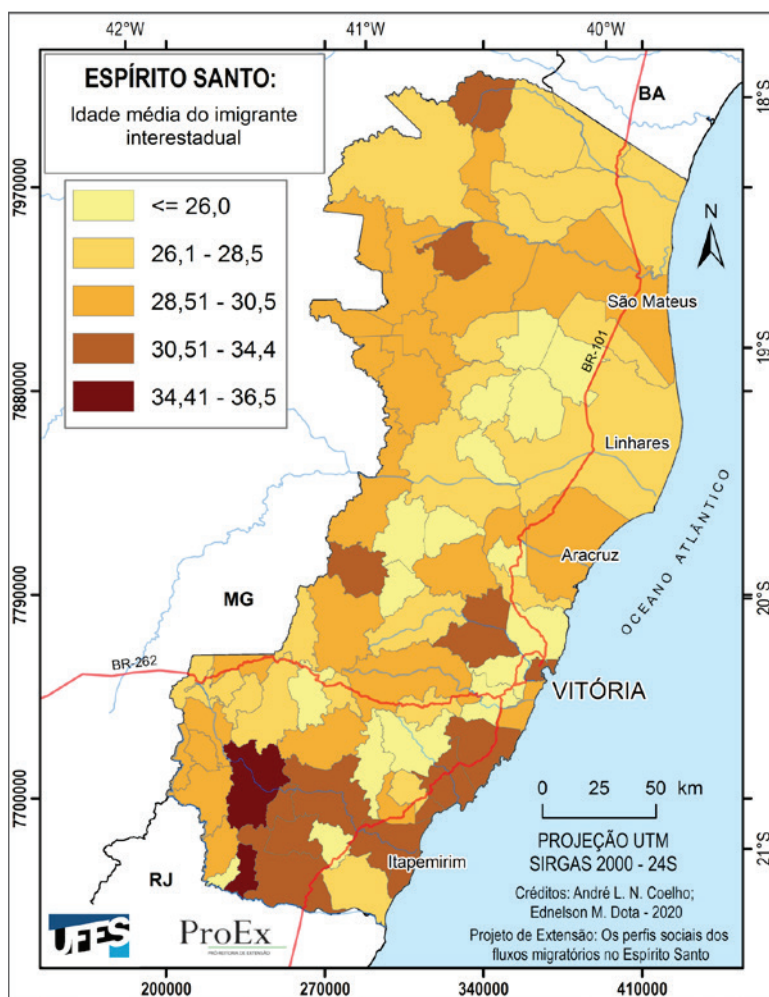
Mapa 23: Idade média do emigrante intraestadual.

Municípios do Espírito Santo, 2010

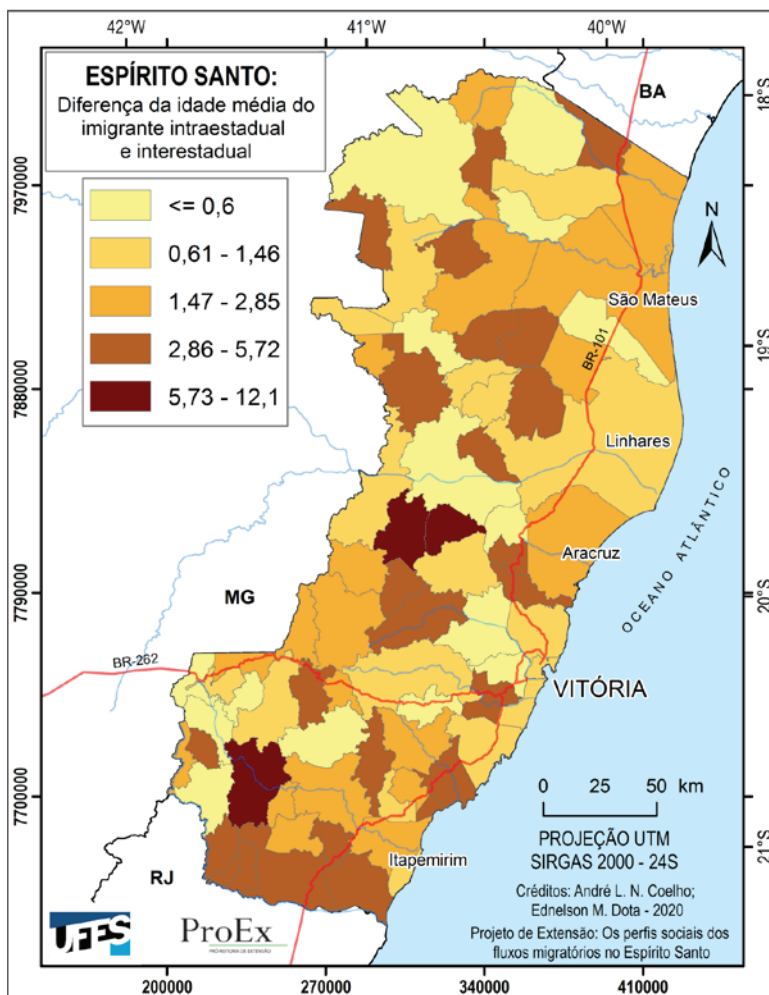


Mapa 24: Idade média do imigrante interestadual.

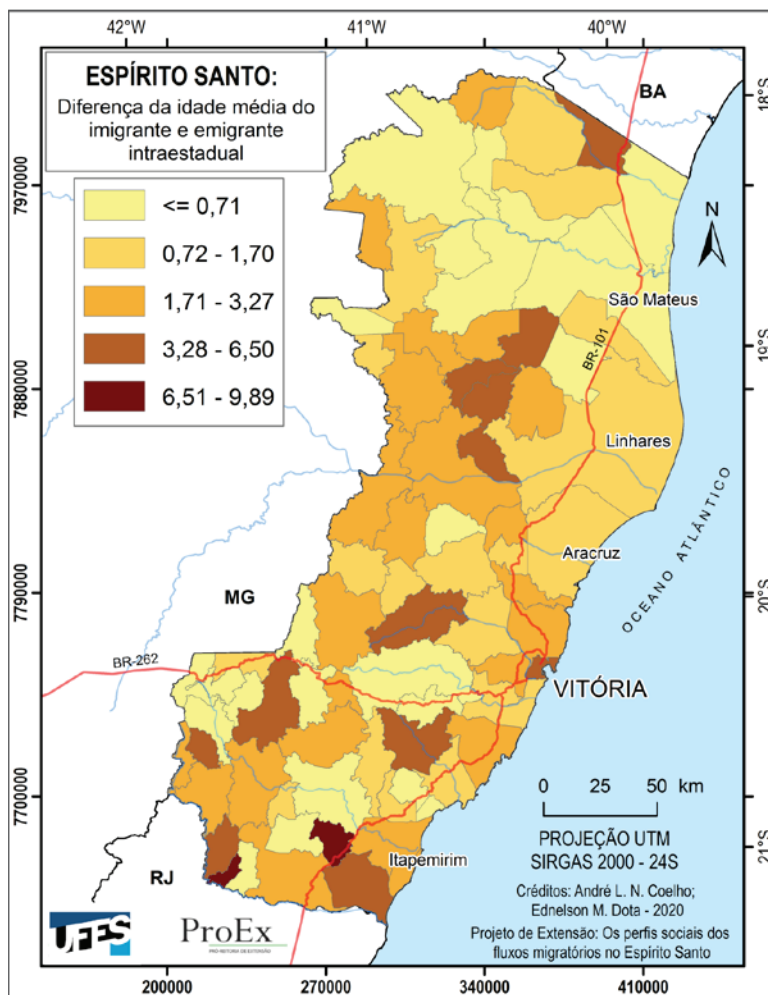
Municípios do Espírito Santo, 2010



Mapa 25: Diferença da idade média do imigrante intraestadual e interestadual. Municípios do Espírito Santo, 2010



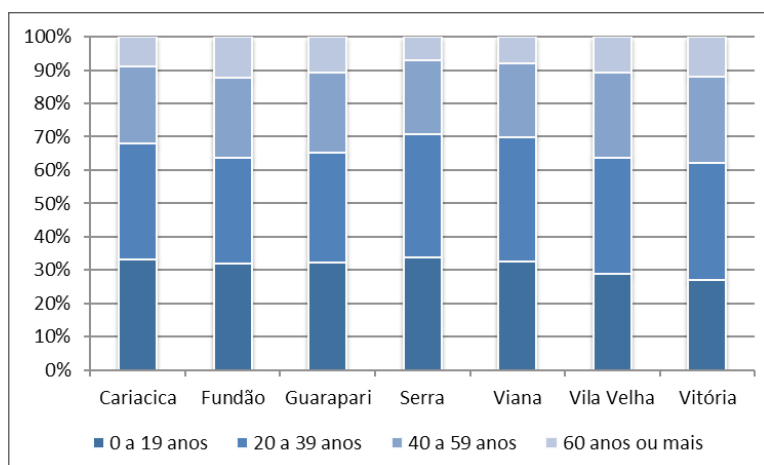
Mapa 26: Diferença da idade média do imigrante e emigrante intraestadual.
Municípios do Espírito Santo, 2010



Dinâmica espacial do envelhecimento na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV)

Analisar o envelhecimento no contexto urbano-metropolitano exige considerar as marcantes desigualdades socioespaciais que conferem diferenças relevantes a cada porção do território. Uma delas se refere à própria estrutura etária da população: apesar das fortes semelhanças no contexto comparativo do Espírito Santo em relação ao Sudeste e ao Brasil, a seção anterior mostrou heterogeneidades no nível do município, e na região metropolitana não é diferente. O Gráfico 7, por exemplo, mostra que em 2010 havia heterogeneidades relevantes na distribuição proporcional da população, segundo grupos etários. Vitória, Vila Velha e Fundão eram os municípios com maior proporção de idosos (aproximadamente 12%), e os dois primeiros tinham a menor proporção de pessoas com até 19 anos de idade (27% em Vitória e 29% em Vila Velha).

Gráfico 7: Proporção de pessoas residentes, segundo grupos etários. Municípios da RMGV, 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

O município mais rejuvenescido era Serra, e o contraste entre este e Vitória é explicado justamente pelas trocas migratórias entre os dois, assim como as trocas de Vitória com os outros municípios da RMGV, ou seja, a diferença é explicada pela proximidade, inter-relação e complementaridade. Como mostrou Dota e Ferreira (2019), as pessoas que emigram de Vitória para os municípios do entorno são mais jovens do que aquelas que saem destes para a capital, provocando o envelhecimento mais acelerado. Ao mesmo tempo, Serra recebe grande contingente de imigrantes jovens, principalmente de Vitória, pela proximidade e complementaridade, mas também de outras UFs e do interior do estado.

A interdependência nas relações cotidianas conformou as conurbações, e os quatro maiores municípios da RMGV funcionam como uma grande cidade, sendo Vitória uma espécie de centro de serviços e de residência valorizada, e os municípios do entorno como periferia deste centro. Obviamente, há que se destacar que a relação

centro-periferia como historicamente postulada não dá conta das especificidades e da complexidade existentes nestes espaços, já que nas últimas décadas houve transformações consideráveis nas várias porções que relativizaram essa conformação geral.

A Tabela 1 apresenta essas diferenças em termos do rendimento médio domiciliar em salários mínimos dos responsáveis pelo domicílio. A renda média dos domicílios de Vitória é 3,3 vezes maior que a de Viana, 2,8 vezes maior que a de Cariacica e 2,4 vezes maior que a de Serra, exemplificando as explicações estruturais por detrás das trocas desiguais, ao mesmo tempo que o desvio-padrão também reforça as desigualdades internas da capital.

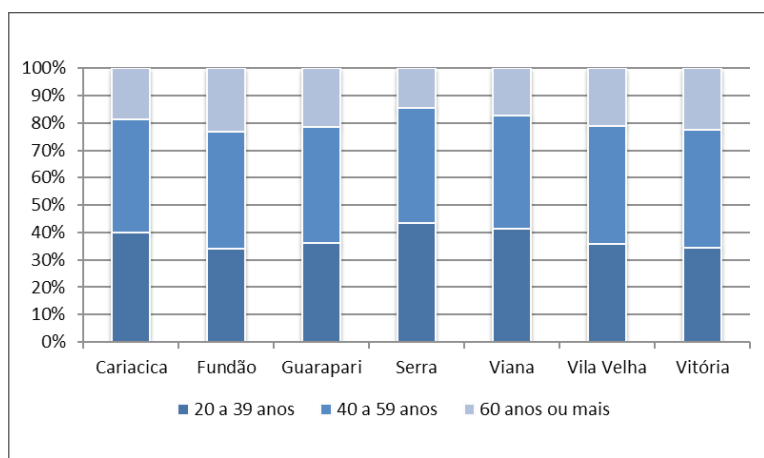
Tabela 1: Rendimento médio domiciliar em salários-mínimos (SM) dos responsáveis pelo domicílio com 20 anos de idade ou mais. Municípios da RMGV, 2010

Município	Rendimento médio domiciliar (SM)	Desvio-padrão
Cariacica	3,8	5,7
Fundão	4,0	4,9
Guarapari	4,9	14,2
Serra	4,4	6,4
Viana	3,2	3,6
Vila Velha	7,2	13,9
Vitória	10,8	29,1
RMGV	6,3	16,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010. SM de 2010 = R\$ 510,00.

No Gráfico 8, em que é observada a proporção dos domicílios, segundo a idade do responsável, a mesma diferença é notada, com Vitória, Vila Velha e Fundão como mais envelhecidos e Guarapari logo na sequência. Serra é o mais rejuvenescido, seguido por Viana.

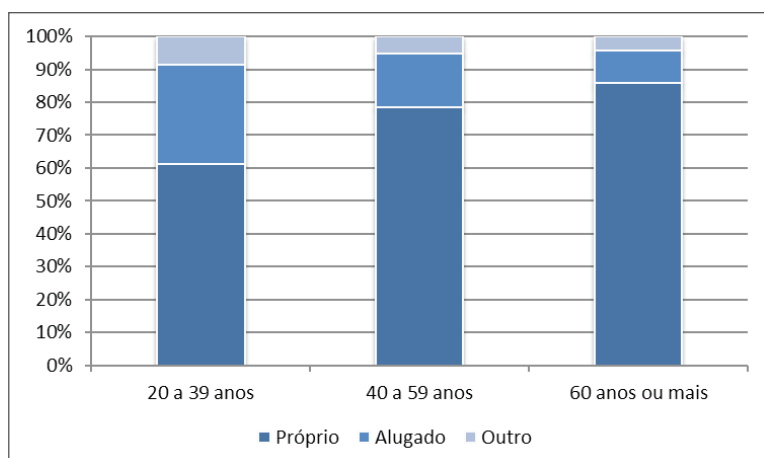
Gráfico 8: Proporção de domicílios dos responsáveis com 20 anos ou mais, segundo a idade do responsável. Municípios da RMGV, 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

A distribuição da população dos municípios por idade indica também outras relações que devem ser levadas em conta, já que a idade, como variável a ser considerada nos estudos populacionais, é importante indicadora do momento da vida, das experiências acumuladas e das possibilidades de acesso a produtos de diversas ordens, como a habitação. O Gráfico 9 reforça esse entendimento, pois mostra que, dentre os responsáveis pelo domicílio com 60 anos ou mais, 86,0% era proprietário do imóvel em que residia, enquanto no grupo de responsáveis mais jovens (20 a 39 anos) esse percentual era de aproximadamente 61,2%, com 30,1% na condição de aluguel, frente a 9,6% dos mais velhos.

Gráfico 9: Proporção de domicílios, segundo a condição de ocupação conforme o grupo de idade. RMGV, 2010



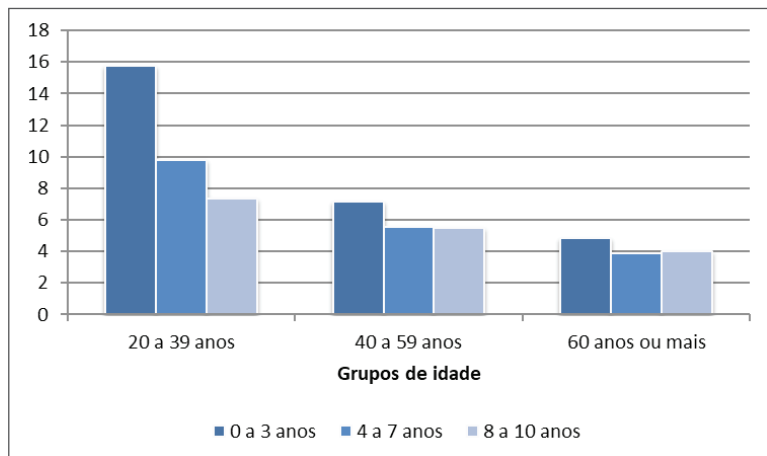
Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

Essas diferenças refletem justamente o momento de vida, ou seja, o tempo permite o acúmulo de renda, que é fundamental para aquisição de capitais físicos, como o domicílio. Como complemento, o Gráfico 10 apresenta o tempo de residência no município, segundo os grupos etários dos responsáveis, mostrando que a maior intensidade dos que se movimentam são os jovens (20 a 39 anos). Destes, 15% tinham menos de 3 anos de residência no município, e outros 9%, entre 4 e 7 anos. Esses índices são reduzidos para os outros grupos, ficando em aproximadamente 5% e 4% para os responsáveis com 60 anos de idade ou mais, respectivamente.

Essas diferenças de intensidade são explicadas por numerosos motivos, como a seletividade por idade inerente à migração; a maior proporção de proprietários entre os mais velhos, já que ser proprietário do imóvel diminui as chances de migrar (DOTA, 2015; CLARK; LISOWSKI, 2018); a necessidade de mobilidade residencial no início da fase adulta justamente para formação do domicílio,

pelo casamento ou saída da casa dos pais, assim como ajustar local de moradia aos custos de vida, tendo em vista as desigualdades socioespaciais intraurbanas.

Gráfico 10: Proporção de responsáveis pelo domicílio, segundo grupo de idade e tempo de residência no município. RMGV, 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

Há diversos fatores, portanto, que ajudam a compreender a dinâmica espacial do envelhecimento no contexto metropolitano, e há uma desigual distribuição da população, segundo a faixa etária nos municípios. No **Mapa 27**, que apresenta a distribuição espacial das pessoas com 60 anos ou mais de idade, é possível verificar algumas porções destacadas, principalmente as “centrais” da RMGV, com destaque para os municípios de Vitória, Vila Velha e Cariacica.

Em Vitória, o destaque fica justamente para o contorno sul/sudeste do município, que engloba a área central, de ocupação mais antiga, assim como a porção que liga esta área pelo litoral até bairro Mata da Praia, pegando a porção mais verticalizada e valorizada do município. Em Vila Velha, a porção litorânea a nordeste se destaca,

junto à parte rural ao sul, e em Cariacica, à porção central do município, também de ocupação mais antiga. Guarapari também apresenta uma área de destaque, enquanto Serra e Viana apresentam suas áreas de ponderação com menos idosos.¹⁰

No **Mapa 28**, em que se vê a intensidade da proporção de idosos em cada área, alguns destaques surgem, sobretudo a grande concentração da população idosa na porção central da RMGV (mancha que engloba Vitória, Vila Velha e Cariacica). No município de Vila Velha há alta proporção de idosos nas áreas urbanas e proporções relativamente menores nas áreas rurais, diferenciando-se do destaque dado nos números absolutos do **Mapa 27**. Tal processo de “centralização” idosa possivelmente tenha relação com o fato de que a urbanização traz consigo equipamentos que facilitam/auxiliam o acesso a infraestruturas essenciais para a saúde e o bem-estar da população idosa.

No **Mapa 29**, focado na população com 80 anos ou mais (quarta idade), algumas tendências são mantidas e outras se destacam. A primeira é a mais equitativa distribuição entre os municípios da RMGV, explicado pela menor quantidade de pessoas nas classes do mapa. Apesar desse efeito relacionado aos volumes, municípios como Viana, Serra e Guarapari continuam não apresentando relevância como área de concentração dessa população, como nos mapas anteriores. Em relação à distribuição espacial intramunicipal, esta seguiu a mesma tendência já observada do total de idosos.

Na análise proporcional, ou seja, a intensidade dos idosos na quarta idade em relação à população total das áreas, conforme o **Mapa 30**, percebe-se uma distribuição fortemente correlacionada com questões históricas, econômicas e estruturais, visto que essa população

10 Um fator importante a se destacar é a difícil análise intraurbana do município de Fundão, que é compreendido por apenas uma área de ponderação e não permite visualização das possíveis diferenças sobre a ocupação entre um conjunto de bairros, de zonas urbanas ou da zona rural, evidenciando apenas o índice de todo o município.

se conomicamente mais favorecidos, com destaque para os bairros Centro e Praia do Canto. Vila Velha e Cariacica são justamente os bairros centrais, também de ocupação mais antiga, que concentram maior proporção destes idosos, e Fundão também aparece em destaque, corroborando os dados dos gráficos apresentados.

Sobre Serra, os baixos percentuais de idosos da quarta idade se destacam, com forte relação com a maciça migração de jovens para o município. Em relação à proporção dos idosos com 80 anos ou mais em relação ao total de idosos, que consta no **Mapa 31**, a mesma dinâmica se mantém, com o município apresentando pouca expressão.

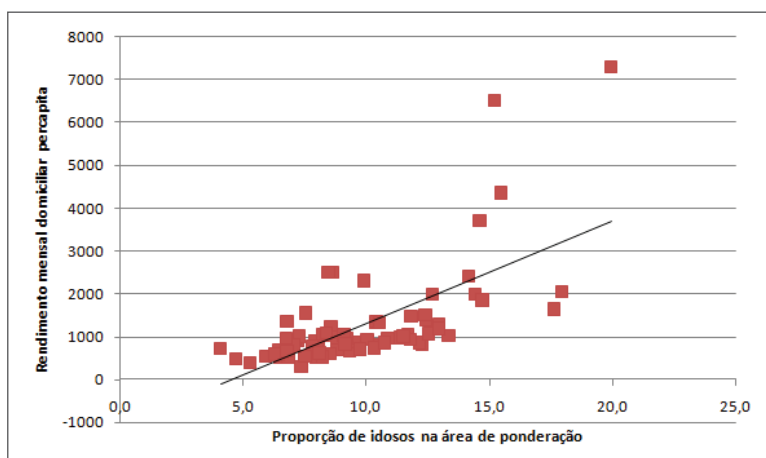
Em relação às porções mais expressivas, destacam-se Fundão, a área rural de Cariacica, a porção sul do município de Vitória e alguns setores censitários centrais e do litoral norte de Vila Velha.

O **Mapa 32**, que apresenta o rendimento domiciliar *per capita*, permite analisar as desigualdades na renda entre os municípios e dentro deles. As áreas próximas à orla da capital e de Vila Velha apresentavam maior concentração de domicílios com alto rendimento, enquanto nos municípios do entorno, especialmente Cariacica e Viana, mas também Serra, o rendimento médio era menor.

Na análise da distribuição espacial dos domicílios segundo a renda, comparativamente com os mapas anteriores, é possível chegar à seguinte conclusão: as áreas com maior concentração de idosos correspondem àquelas com melhor condição socioeconômica, assim como as porções de ocupação mais antigas, como as áreas centrais dos municípios. Para confirmar essa relação, no **Gráfico 11**, que apresenta a dispersão de ambas, é possível perceber que há uma alta correlação positiva entre essas duas variáveis ($r= 0,713$, $p<0,001$) na correlação linear de Pearson.¹¹

11 Quanto aos pressupostos da técnica, a variável rendimento médio mensal domiciliar *per capita* passou por transformação para atingir a normalidade, enquanto a variável proporção de idosos tinha distribuição normal.

Gráfico 11: Proporção de idosos e rendimento médio mensal domiciliar *per capita*.
Áreas de ponderação da RMGV, 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

De todo modo, no **Mapa 33** outros elementos surgem para refletir a relação entre o fenômeno migratório e o envelhecimento. Destaca-se neste mapa a forte presença de migrantes nas áreas urbanas dos municípios, ao mesmo tempo que nas áreas rurais há maior presença de naturais do município. Justamente nos bairros que concentram maior proporção de idosos, como visto nos mapas anteriores, são aqueles em que também há maior proporção de naturais, reforçando a relevância das áreas de ocupação mais antigas. As exceções são os bairros litorâneos de Vitória e Vila Velha, que concentram idosos e baixa proporção de naturais, cujo envelhecimento resulta da migração de pessoas com renda elevada ocupando espaços privilegiados no contexto regional.

No **Mapa 34**, que olha a naturalidade no nível estadual, é notável que há uma lógica espacial ligeiramente diferente se comparado com o anterior, denotando Serra como o grande lócus de migrantes de outras UFs. Neste, todas as localidades, urbanas e rurais, apresentam

alta concentração de pessoas não naturais do Espírito Santo. Outra área de destaque é a porção rural e litorânea do município de Vila Velha.

Os **Mapas 35 e 36**, que apresentam a proporção de idosos entre 60 e 79 anos e 80 anos ou mais que vivem com cônjuges, respectivamente, apresentam resultados interessantes e de difícil correlação com elementos mais clássicos apresentados nos mapas anteriores. Na comparação entre os dois, constata-se que poucas áreas mantiveram a densidade de população idosa vivendo com cônjuge no **Mapa 36** em relação ao **Mapa 35**, e que a dinâmica espacial de ambos tem pouca relação com a distribuição espacial dos idosos em nível regional. A explicação, em grande medida, reside nos elementos relacionados à longevidade, cujas análises aqui não dão conta de explicar.

Tais resultados exprimem as relações entre fenômenos que, apesar de diferentes, atuam conjuntamente na conformação dessas relações interpessoais: dentre eles estão a longevidade e as questões de matrimônios, uniões e recasamentos, o que faz com que os resultados não sejam plenamente comparáveis com os mapas anteriores, ou mesmo sejam explicados com base nos mesmos elementos.

A longevidade também transparece na razão de sexo, verificando no **Mapa 37**: a predominância de mulheres idosas em relação aos homens (razão menor do que 100) ocorre em praticamente toda a região, com exceção da porção rural de Guarapari. Há outras partes de Guarapari e Serra que apresentam maior equilíbrio (entre 95 e 103), mas o padrão observado na RMGV é o de predominância de mulheres, sobretudo nas porções urbanas dos municípios.

No **Mapa 38** se observa a distribuição espacial dos idosos, segundo o critério cor ou raça do Censo Demográfico.¹² Na maior parte das porções mais densas da região, com destaque para Serra, Cariacica, Viana e a porção não litorânea de Vila Velha, há predominância de idosos negros. Idosos brancos são predominantes em

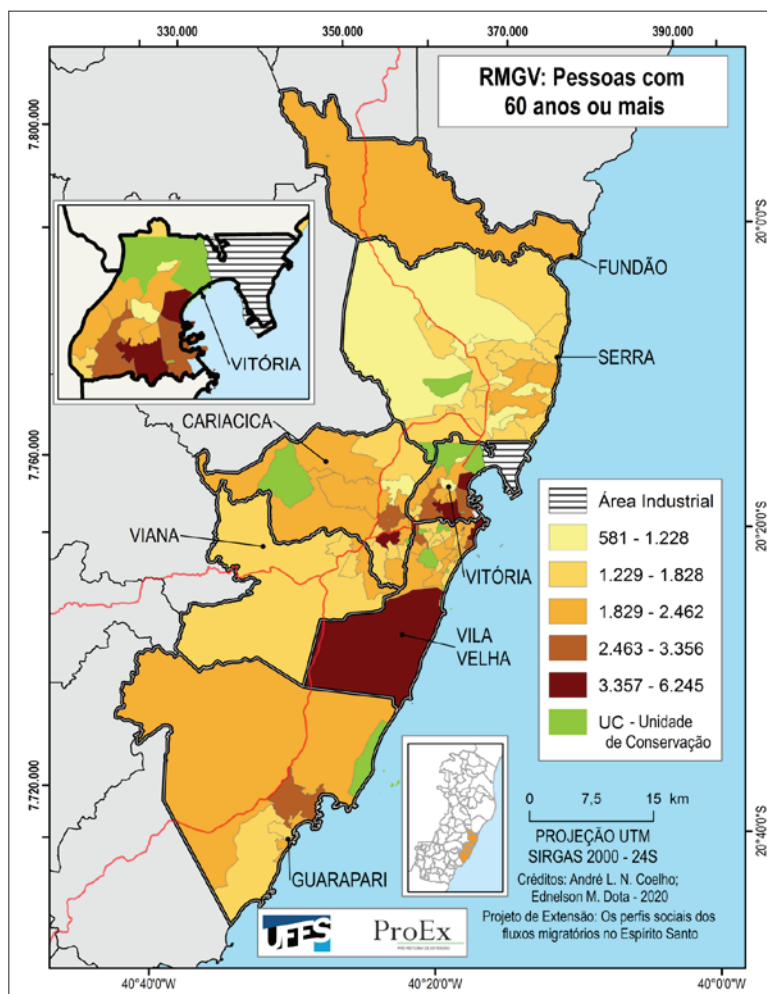
12 No mapa uniu-se pretos e pardos, formando o grupo negro. Em “outros”, estão indígenas e amarelos.

Fundão, na área rural de Guarapari e nas porções mais favorecidas economicamente de Vitória e Vila Velha. Em Vitória, especificamente, a divisão entre predominância de idosos brancos e negros é bem marcada conforme a caracterização socioeconômica dos bairros (conferir **Mapa 32**).

A análise dos mapas permite concluir que a atual distribuição espacial da população idosa tem seguido até aqui uma relação muito forte com as próprias desigualdades urbanas e consolidadas historicamente. O aumento do envelhecimento tenderá a relativizar algumas destas dinâmicas, mas muitas delas, com destaque para as desigualdades socioespaciais, são também condicionantes do envelhecimento, e continuarão a marcar a proporção de idosos residentes em cada parcela da região.

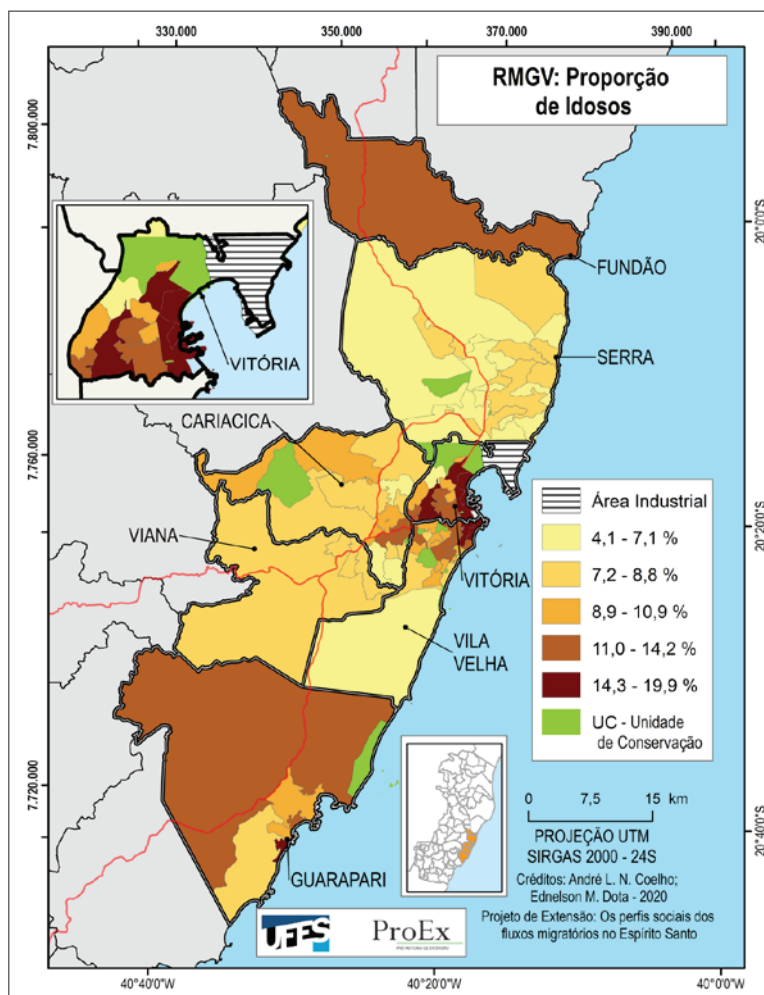
Mapa 27: Pessoas com 60 anos ou mais.

Área de ponderação dos municípios da RMGV, 2010



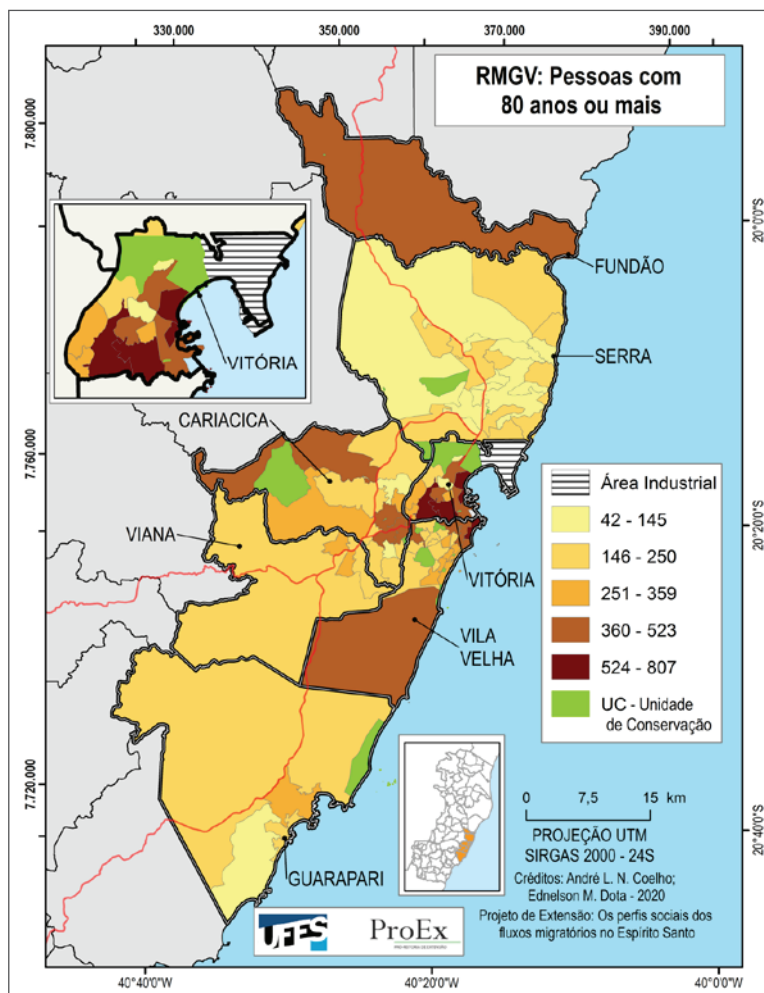
Mapa 28: Proporção de idosos.

Área de ponderação dos municípios da RMGV, 2010



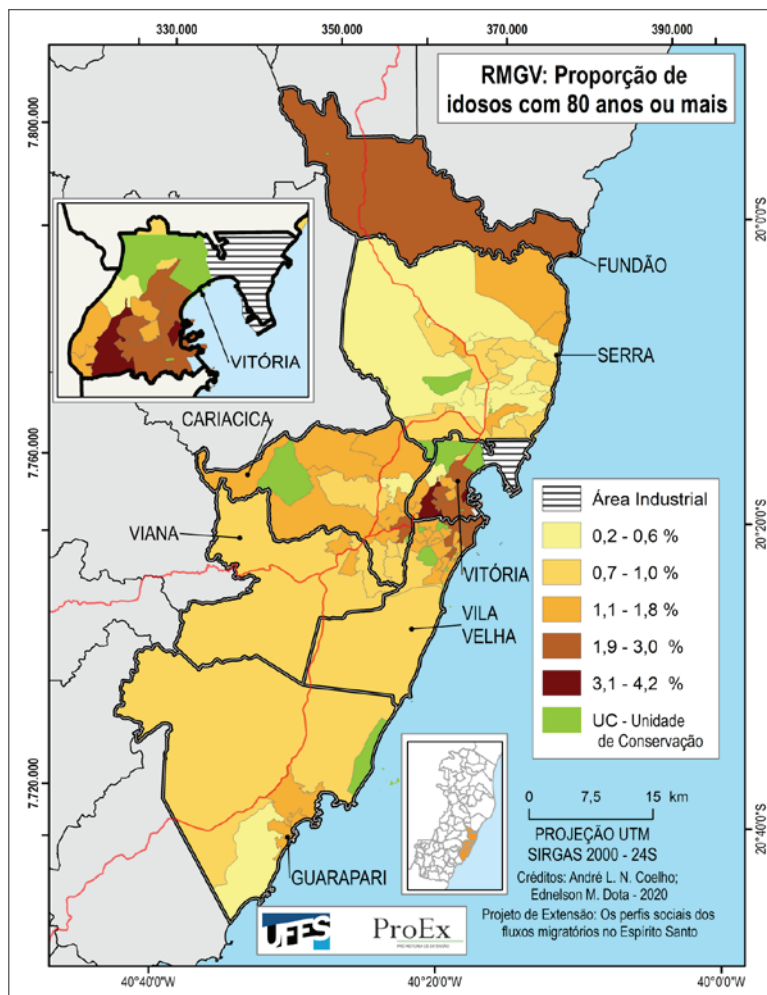
Mapa 29: Pessoas com 80 anos ou mais.

Área de ponderação dos municípios da RMGV, 2010



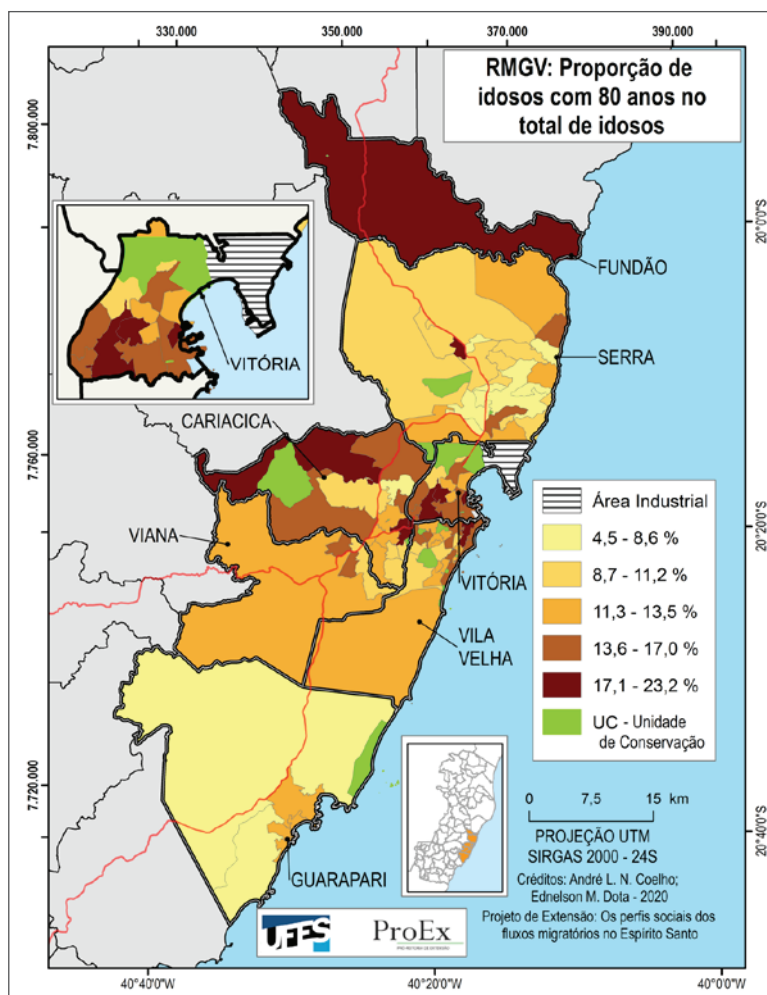
Mapa 30: Proporção de idosos com 80 anos ou mais.

Área de ponderação dos municípios da RMGV, 2010



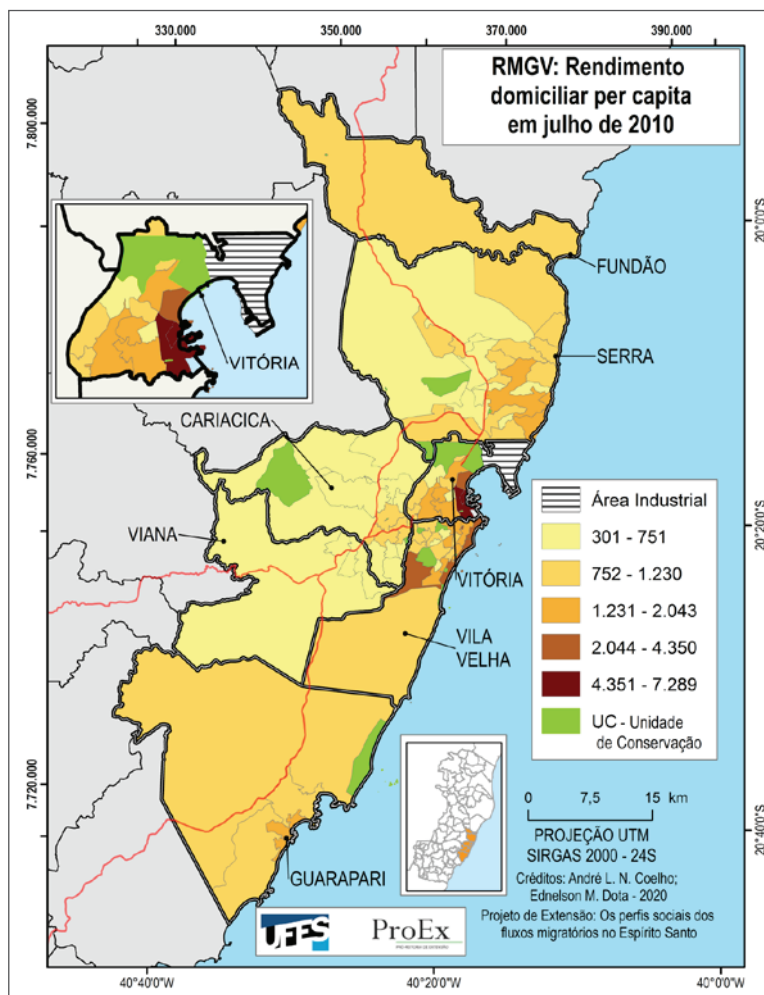
Mapa 31: Proporção de idosos com 80 anos ou mais no total de idosos.

Área de ponderação dos municípios da RMGV, 2010

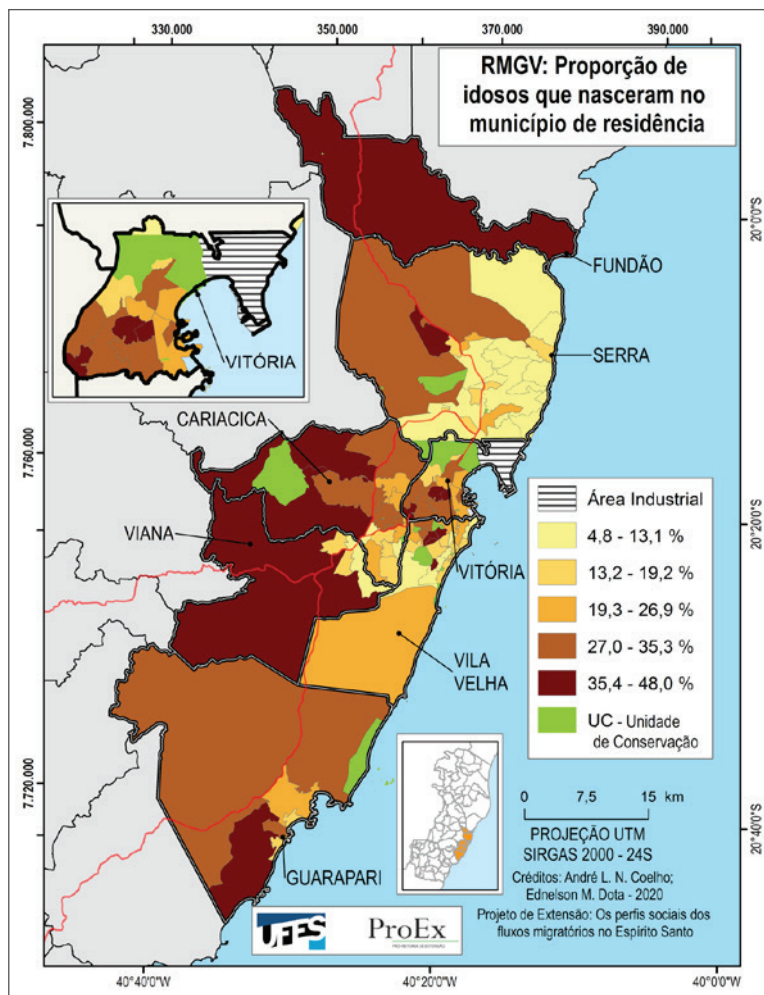


Mapa 32: Rendimento domiciliar per capita.

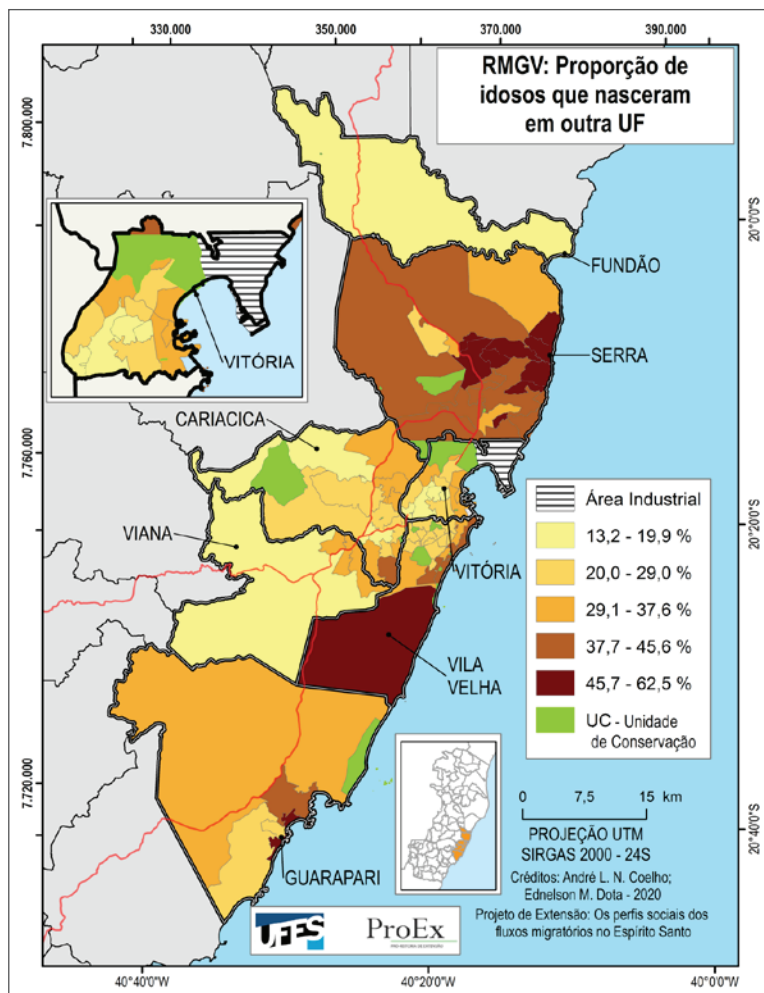
Área de ponderação dos municípios da RMGV, 2010



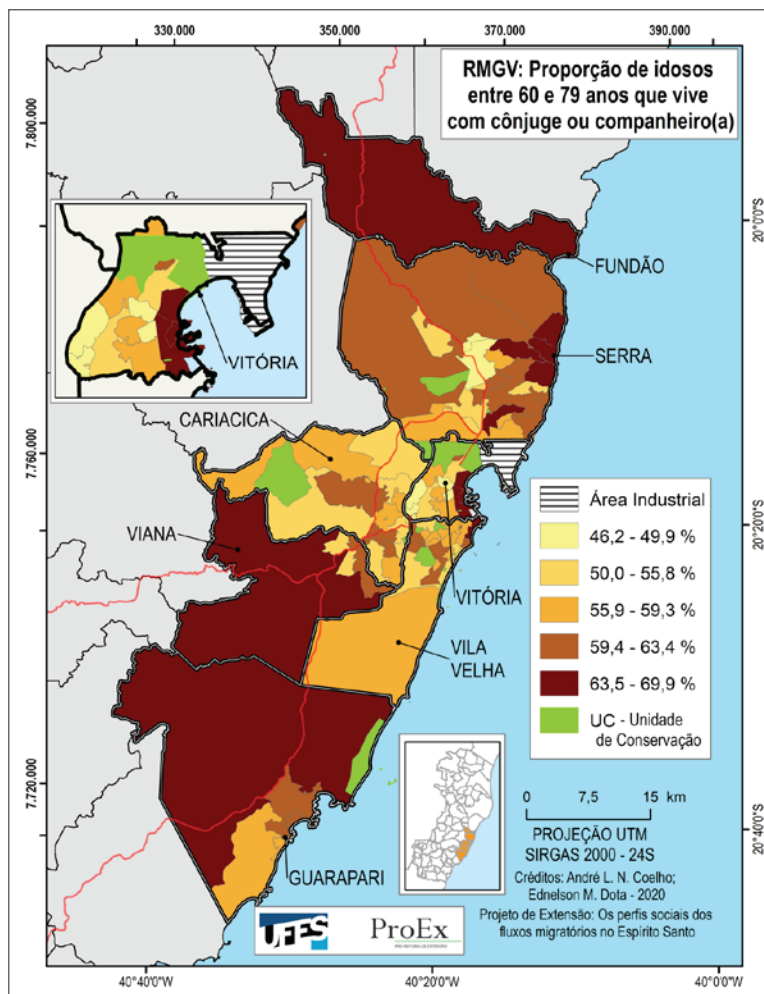
Mapa 33: Proporção de idosos que nasceram no município de residência.
 Área de ponderação dos municípios da RMGV, 2010



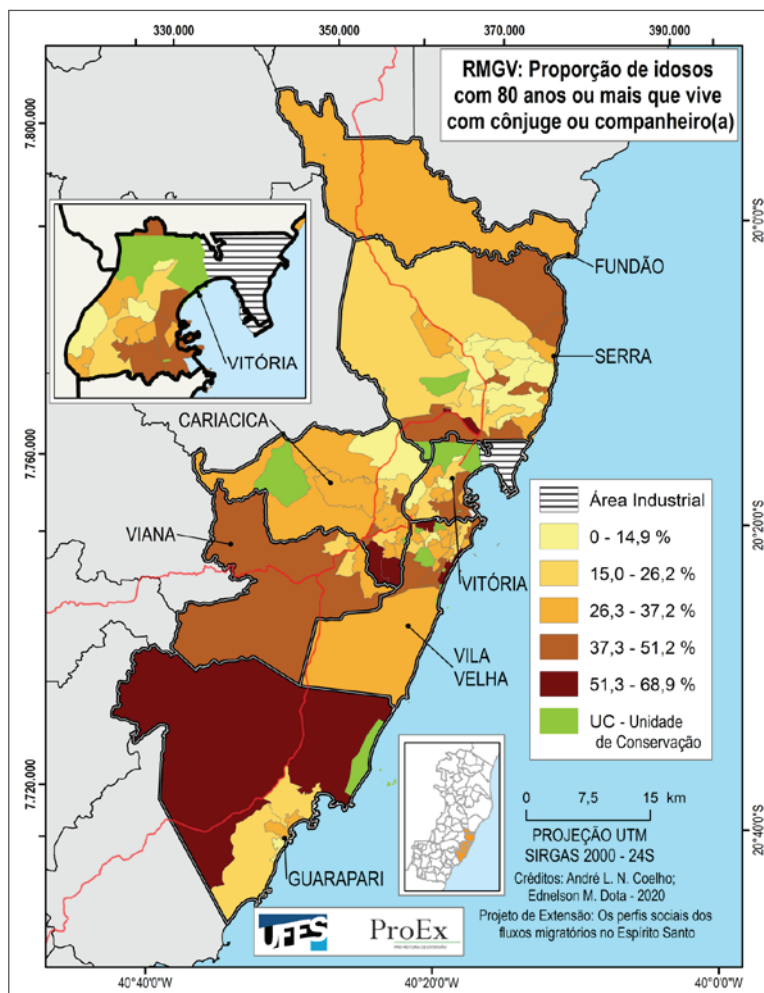
Mapa 34: Proporção de idosos que nasceram em outra Unidade da Federação.
 Área de ponderação dos municípios da RMGV, 2010



Mapa 35: Proporção de idosos entre 60 e 79 anos que vive com cônjuge ou companheiro(a). Área de ponderação dos municípios do Espírito Santo, 2010

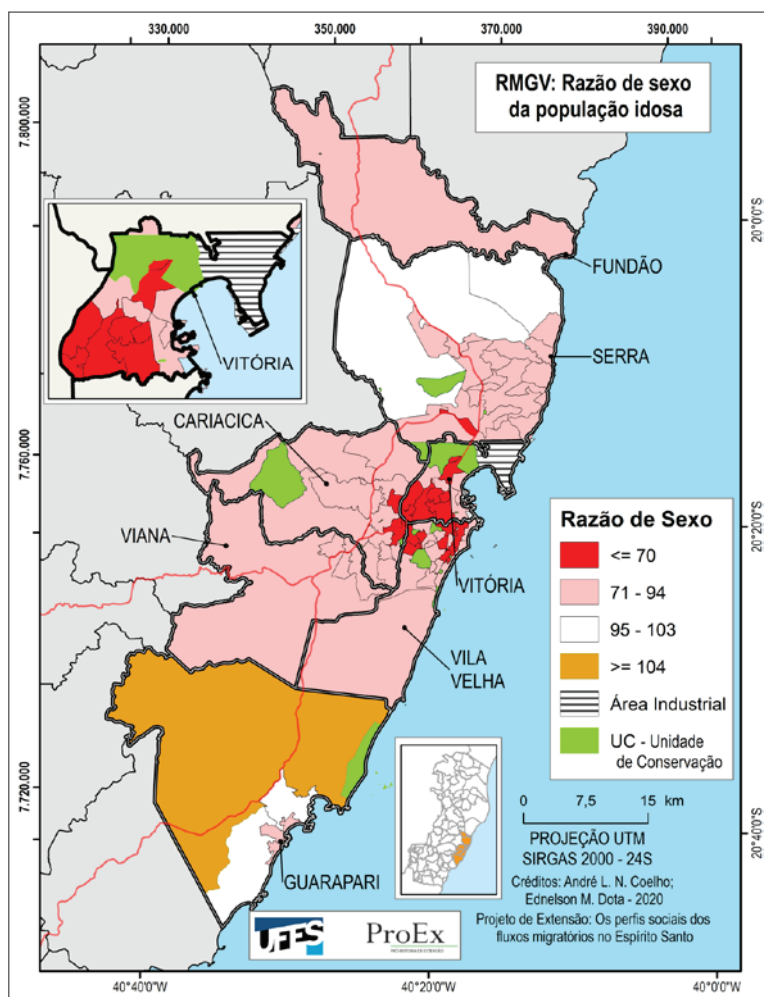


Mapa 36: Proporção de idosos com 80 anos ou mais que vive com cônjuge ou companheiro(a). Área de ponderação dos municípios da RMGV, 2010

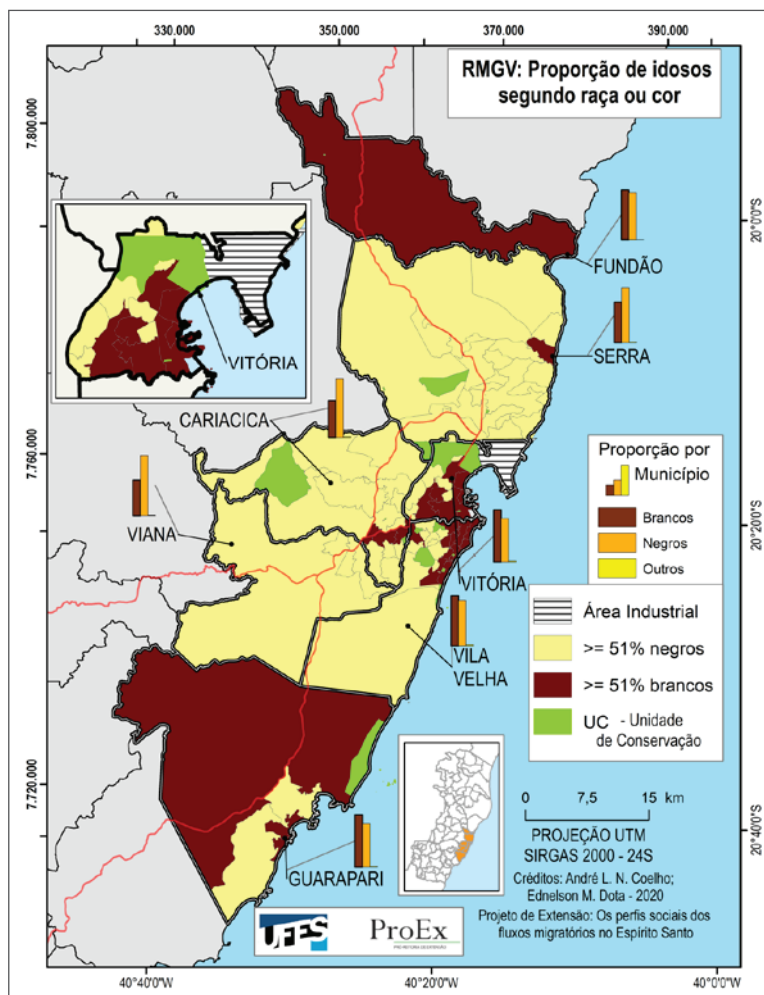


Mapa 37: Razão de sexo da população idosa.

Área de ponderação dos municípios da RMGV, 2010



Mapa 38: Proporção de idosos, segundo raça ou cor.
 Área de ponderação dos municípios da RMGV, 2010



Capítulo 5

A migração e o envelhecimento no município de Vitória

Observar a distribuição espacial da população idosa no nível dos setores censitários permite analisar ainda mais detalhadamente a dinâmica intraurbana dessa distribuição e seus elementos explicativos. Cabe destacar que a escolha pela análise detalhada de Vitória resulta da maior proporção de idosos concomitantemente às fortes desigualdades intraurbanas, cuja relação suscita curiosidade e, frente ao envelhecimento populacional acelerado da sociedade brasileira, a compreensão destas relações que emergem como necessidades de primeira ordem para o planejamento de políticas públicas.

Castiglioni (2008), em interessante análise do envelhecimento no nível das regiões administrativas de Vitória, mostrou como as desigualdades socioespaciais tinham papel decisivo para as diferenças observadas nos dados do Censo Demográfico de 2000. A autora apresenta a dinâmica temporal do envelhecimento no estado e destaca a importância da migração para a estrutura etária da população

em Vitória, capital do estado, e como a dinâmica intraurbana do envelhecimento estava relacionada com a própria história de ocupação das diferentes porções do município, analisadas naquele caso segundo as regiões administrativas.

Em outras porções territoriais do estado, Endringer (2017), analisando o envelhecimento na microrregião sudoeste serrana, uma das mais envelhecidas do Espírito Santo, apresentou elementos que reforçam as relações clássicas do debate, como a maior presença de idosos masculinos como resultado do perfil primário predominante da economia local, e analisou informações de saúde, atividades e atendimento prestados pelo município aos idosos.

No município de Viana, Oliveira (2015) destacou que a legislação prevê atendimento aos idosos nas áreas de assistência social, saúde, educação, justiça, cultura, esporte, turismo e lazer. Apesar da ampla proposição, verificou que havia apenas um Centro de Convivência e, devido a distância dos bairros mais populosos e à falta de divulgação, poucos eram os que participavam das atividades.

No levantamento das necessidades e carências apontadas pelos idosos, Oliveira (2015) e Endringer (2017) apontaram queixas focadas principalmente em atendimento especializado à saúde, seguidas por outros elementos, como esportes e atividades de lazer. Mais relevante nesse sentido é que a comparação entre os municípios reforça as particularidades do envelhecimento segundo o local de moradia, ou seja, enfatiza que as condições de atendimento não são semelhantes, independentemente do lugar em que se habita.

Os mapas seguintes, do município de Vitória, permitem analisar com maior nível de detalhamento as permanências e novidades verificadas nos dados de 2010 do recenseamento.¹³ No **Mapa 39** essas relações já aparecem com destaque. Na análise dos setores com maior contingente de idosos, é possível verificar que a concentra-

13 Destaca-se que os mapas apresentados foram elaborados com os limites municipais atualizados no Anexo 1.

ção ocorre numa faixa que engloba desde as áreas de ocupação mais antigas do município (Centro) passando pelos bairros mais litorâneos, junto a uma concentração também na porção de ocupação mais antiga do bairro Jardim Camburi. Na porção oeste do município, onde se encontram os bairros populares, todos os setores têm baixa presença de idosos, marcando claramente as diferenças de estrutura etária das diferentes porções do município.

Quando se observa, no **Mapa 40**, essa distribuição considerando a proporção de idosos em cada setor, a espacialidade fica ainda mais marcada, destacando pontos de concentração e áreas do entorno. A mesma faixa de concentração de idosos se destaca, assim como a diferença para a área atrás do maciço central (porção oeste), com destaque para os bairros de Nova Palestina, Resistência, São Pedro, Conquista, São José, entre outros.

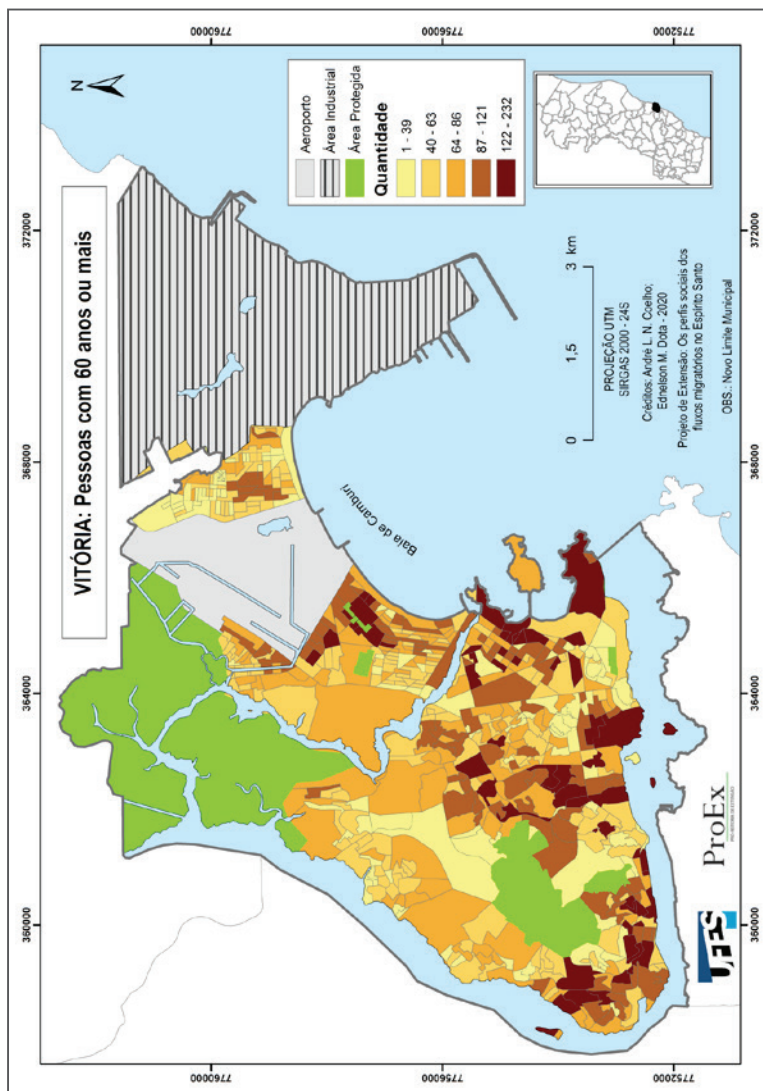
Nos dados relativos aos idosos com 80 anos ou mais (**Mapa 41**), há maior variabilidade. Esses idosos, de modo geral, concentram-se na mesma porção verificada nos mapas anteriores, mas sem conformar agrupamentos específicos, reforçando que outros elementos contribuem para compreender a longevidade na quarta idade. No **Mapa 42**, que apresenta a proporção de idosos dessa idade no setor, fica mais bem marcada a espacialidade, com as regiões próximas do centro histórico, com destaque para Bento Ferreira, Enseada do Suá, Praia do Canto e alguns setores dentro de Jardim da Penha e Mata da Praia com maior proporção de idosos. Em contrapartida, as áreas do lado oposto da ilha de Vitória e boa parte dos setores de Jardim Camburi apresentavam menor proporção.

No **Mapa 43**, fica evidente que a dinâmica intraurbana da razão de sexo em Vitória também apresenta maior concentração de mulheres, como visto no mapa da RMGV. Na maior parte das localidades, a razão é menor do que 70, ou seja, 70 homens para cada 100 mulheres, e apenas nos bairros adjacentes da Enseada de Suá, Ilha do Boi, Ilha do Frade e Praia do Canto há setores em que houve predominância masculina.

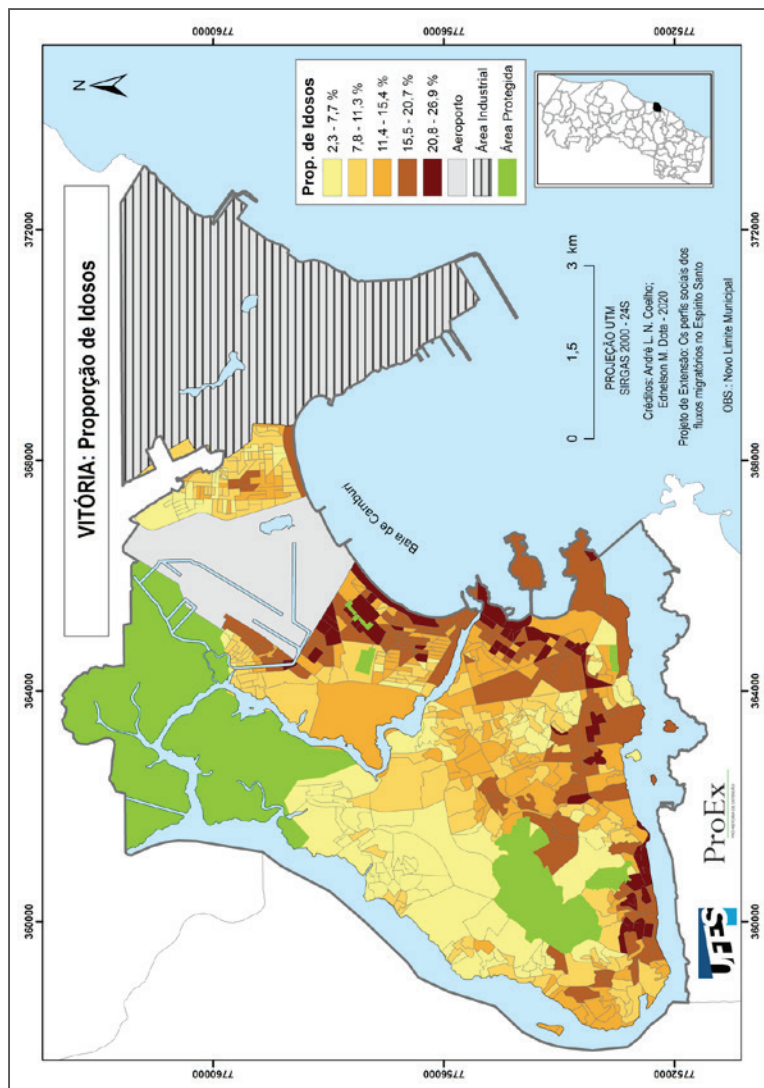
Por fim, o **Mapa 44** apresenta o rendimento nominal médio mensal dos responsáveis pelo domicílio, e três níveis de diferença são claramente observáveis: o maior nível de renda nas proximidades da orla, com destaque para as Ilhas do Boi e do Frade e bairros como Praia do Canto, Bento Ferreira e Mata da Praia. Num segundo nível aparecem Jardim da Penha e Camburi, junto ao Centro e a área de Jucutuquara/Maruípe. Por fim, um terceiro grupo, de renda média mais baixa, é formado pelos bairros na porção oeste do município, assim como algumas áreas de ocupação em morros na porção central.

Os dados e mapas, mesmo passados dez anos em relação àqueles analisados por Castiglioni (2008), apenas confirmam e reforçam os resultados por ela apresentados: a dinâmica econômica e histórica do município é um elemento central para análise desse momento inicial de aceleração do envelhecimento, não sendo a espacialização do fenômeno, portanto, aleatória ou deslocada de outros processos e fenômenos. Esse resultado é indicativo de que as políticas públicas voltadas aos idosos devem também considerar os condicionantes da distribuição espacial dos idosos, oferecendo serviços condizentes com a caracterização sociodemográfica da população em cada parcela dos municípios.

Mapa 39: Pessoas com 60 anos ou mais. Setores censitários de Vitória, 2010

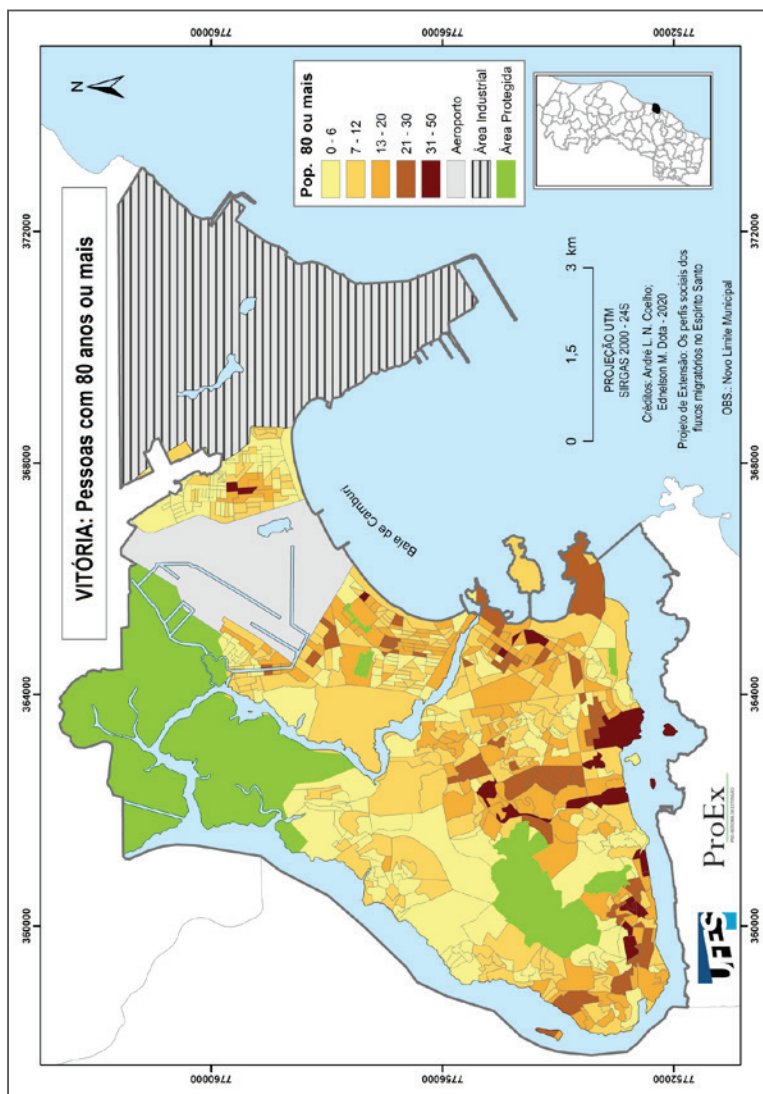


Mapa 40: Proporção de idosos. Setores censitários de Vitória, 2010



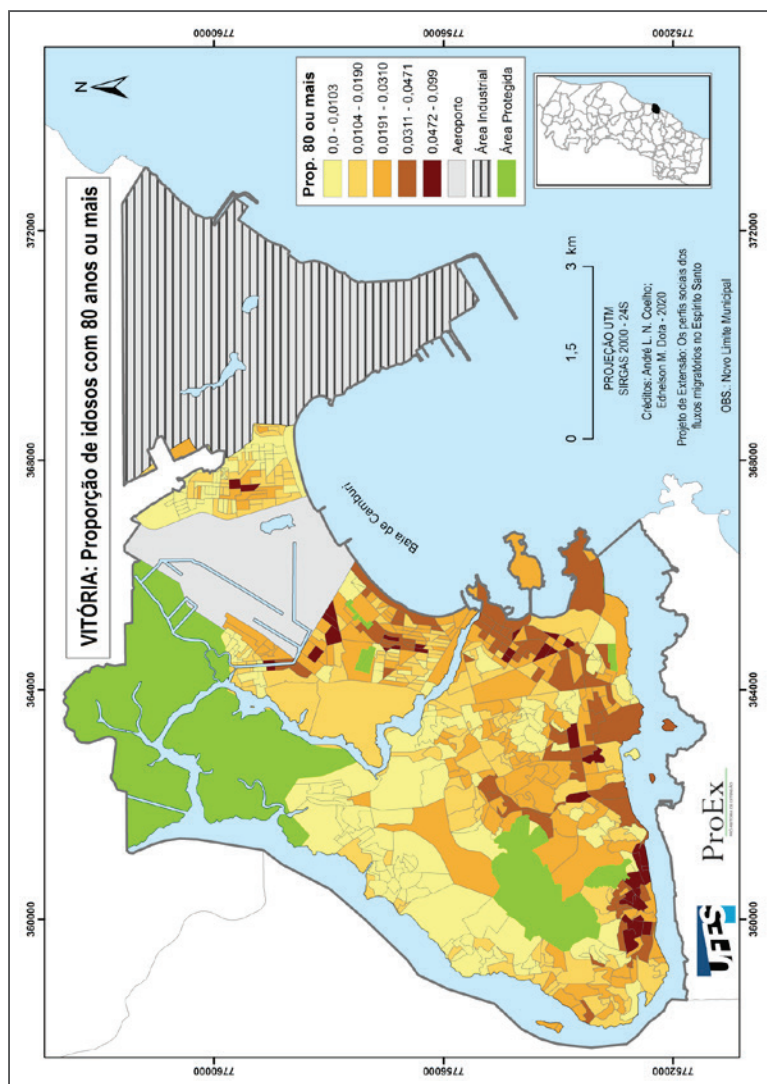
Mapa 41: Pessoas com 80 anos ou mais de idade.

Setores censitários de Vitória, 2010

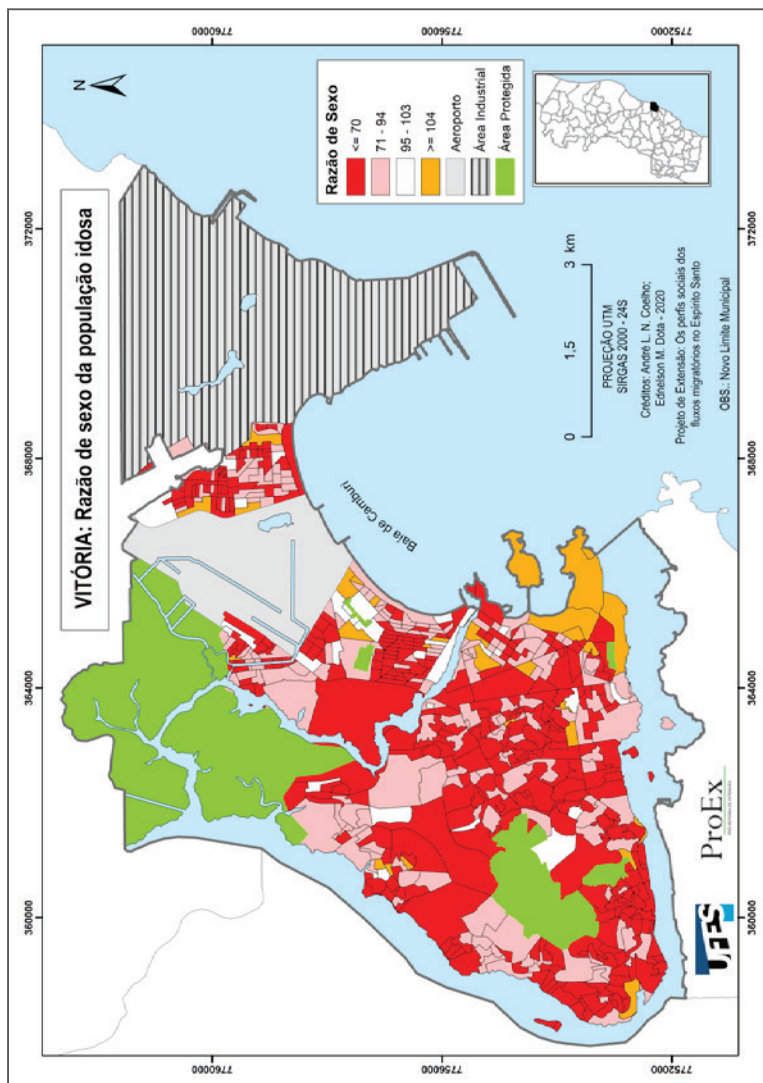


Mapa 42: Proporção de idosos com 80 anos ou mais.

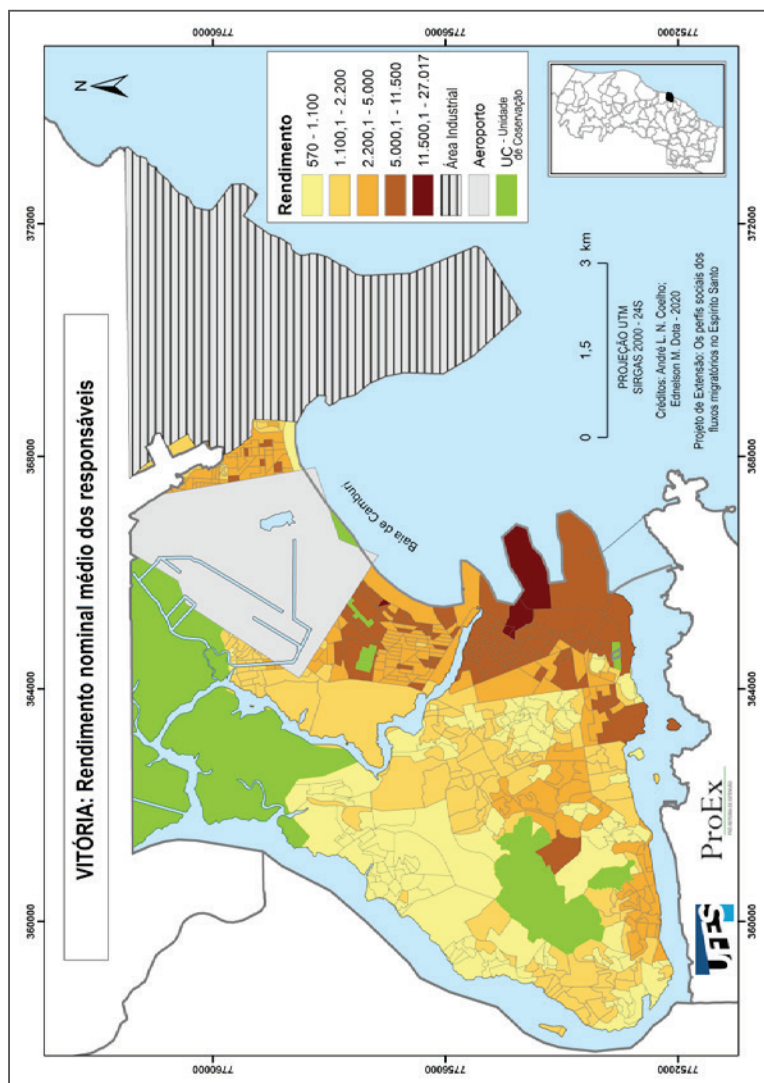
Setores censitários de Vitória, 2010



Mapa 43: Razão de sexo da população idosa. Setores censitários de Vitória, 2010



Mapa 44: Rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio.
Setores censitários de Vitória, 2010



Considerações finais

A perspectiva demográfica para as próximas décadas evidencia que o envelhecimento populacional emerge como tema central para as políticas públicas, abrangendo questões sociais e econômicas de diversas ordens, constituindo, portanto, um desafio de grande complexidade para a garantia de uma vida digna em sua plenitude ao contingente idoso em expansão. Os resultados apresentados aqui permitem conhecer alguns elementos que explicam a dinâmica espacial do envelhecimento, nas distintas escalas de análise e planejamento, indicando que as políticas para a população idosa devem considerar os elementos que explicam a distribuição desigual dos idosos pelo espaço, focando no atendimento equitativo de todos segundo as especificidades verificadas nas distintas porções territoriais.

Nesse sentido, o objetivo de apresentar uma reflexão focada na distribuição espacial do envelhecimento e da população idosa intentou mostrar que parte dessa dinâmica espacial não é explicada por elementos diretamente sob controle das administrações municipais, estaduais ou federais, mas gera demandas para estas. O olhar holístico, que entende o envelhecimento como elemento constituinte das dinâmicas demográfica, urbana e regional no seu sentido amplo, mostra-se importante, pois estas relações conformam a distribuição da população segundo a idade ao longo do tempo, como resultado de outros processos e fenômenos.

O envelhecimento, portanto, para além da idade individual e da dinâmica geral uniforme no Brasil, mostra-se como fenômeno multifacetado e heterogêneo, sobretudo nas escalas locais de análise. O perfil econômico dos municípios, as inter-relações e interdependências, os fluxos migratórios, a dinâmica de ocupação das diferentes porções territoriais se mostraram como elementos explicativos importantes para pensar o envelhecimento na escala local, intraurbana.

As análises reforçam o fato de que a migração é um importante elemento para analisar o processo de envelhecimento. No contexto de redução do crescimento natural observado no Brasil, ela ganha ainda mais importância, e por isso aprofundar o entendimento dessas inter-relações é um importante caminho analítico para proposição de políticas públicas socioespaciais que atendam a todos, independentemente do local em que habitam.

No caso específico dos municípios, cabe reforçar a necessidade de pensar as políticas de atenção ao idoso de maneira descentralizada, considerando aspectos históricos de ocupação do município. Ao mesmo tempo, deve-se planejar políticas com condições de serem expandidas, em número de atendimento e área de cobertura, já que o público será maior e territorialmente mais disperso nos próximos anos, e de forma cada vez mais acelerada.

Já que o envelhecimento é uma realidade certa e já está ocorrendo, a expectativa é a de que consigamos, como sociedade e com conhecimento do porvir, não permitir que ele se torne mais um passivo. Que seja, sim, individualmente, um momento de aproveitar a vida com a atenção necessária depois de prestar relevantes serviços para a sociedade ao longo da vida.

Como mencionado no início, este livro trouxe mais provocações a partir dos assuntos tratados do que proposições. A expectativa é a de que sirva como meio para a reflexão, assim como motive outros pesquisadores, jovens ou não, a explorar as numerosas portas abertas que apresentamos, e que são parte dos grandes desafios sociais a serem enfrentados nas próximas décadas.

Referências

ALMADA, Vilma P. Ferreira de. **Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo**. 1. ed. Vitória: SPDC/Ufes, 1993.

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 20, n. 39, 2012.

BRASIL. Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília: 1994.

BRASIL. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. D.O.U., Brasília, 2003.

BRASIL. Portaria n. 2.528, de 10 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, Brasília, 2006.

BAILEY, Adrian. **Making population geography**. Routledge, 1. ed., 240p., 2005.

BRITO, Fausto. **Transição demográfica no contexto internacional**. Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar, n. 317, 2007.

BRITO, Fausto. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 1, p. 5-26, 2008.

CALDWELL, John C. Toward a restatement of demographic transition theory. **Population and development review**, v. 2, n. 3 e 4, p. 321-366, 1976.

CAMARANO, Ana Amélia. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. **Texto para discussão n. 858**. Brasília: IPEA, 2002.

CAMARANO, Ana Amélia. Estatuto do idoso: avanços com contradições. **Texto para Discussão**. Brasília: IPEA, 2013.

CAMARANO, Ana Amélia. Introdução. In: ALCÂNTARA, A. L.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (orgs.) **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Texto para discussão n. 621** Brasília: IPEA, 1999.

CAMPOS, Marden Barbosa de; BARBIERI, Alisson Flávio; CARVALHO, José A. Magno de. Uma análise demográfica e espacial das migrações de idosos no Brasil, 1980 a 2000. **Anais...**, 2016.

CAMPOS, Marden Barbosa de; BARBIERI, Alisson Flávio. Theoretical perspectives on elderly migration. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, 2013.

CARVALHO, José A. Magno de; GARCIA, Ricardo Alexandrino. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. **Cad. Saúde Pública**, v. 19, n. 3, 2003.

CASTIGLIONI, Aurelia Hermínia. Envelhecimento da população em Vitória, Espírito Santo (Brasil). *In: Anais...*, 2008.

CASTIGLIONI, Aurelia Hermínia. Migração: abordagens teóricas. *In: ARAGÓN, Luis E (org.). Migração Internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2009.

CASTIGLIONI, Aurelia Hermínia. A revolução Grisalha. **Revista Fluminense de Geografia**, v. 2, n. 4, p. 1-17, 2006.

CLARK, William A. V.; LISOWSKI, William. Examining the life of course sequence of intending to move and moving. **Population, Space and Place**. v. 24, n. 3, 2018.

CORRÊA, Cristiane Silva; BERTOLUCCI, Luiz. Impacto da migração no envelhecimento dos municípios mineiros: uma modelagem hierárquica. *In: Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira*. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

CUNHA, José Marcos Pinto da; Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Fundação SEADE, v. 19, n. 4, p. 3-20, out-dez., 2005.

CUNHA, José Marcos Pinto da; BAENINGER, Rosana. Las migraciones internas en el Brasil contemporáneo. **Notas de Población**, CEPAL/CELADE, Año XXXII, n. 82, 2007.

CUNHA, José Marcos Pinto da; A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des) continuidades e rupturas. *In: ARRETCHE*,

M. (org.) **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: UNESP, 2015.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DOTA, Ednelson Mariano. **Mobilidade residencial intrametropolitana na RM de Campinas**: uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes. 2015. 234p. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas (SP), 2015.

DOTA, Ednelson Mariano. **Indicadores de envelhecimento dos municípios do Espírito Santo**. 1. ed., Vitória (ES): Proex/Ufes, 2019.

DOTA, Ednelson Mariano; COELHO, André Luiz Nascentes; CAMARGO, Danilo Mangaba de. **Atlas da migração no Espírito Santo**. 1. ed. Vitória (ES): Proex/Ufes, 2017.

DOTA, Ednelson Mariano.; FERREIRA, Francismar Cunha. Mobilidade espacial da população e planejamento: considerações sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), 2017. *In*: LYRA, A. P. R., FERREIRA, G. L.; FERREIRA, G. A. C.; LIRA, P. **Cidade e Metrópole**: coleção arquitetura e cidade. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2019.

DOTA, Ednelson Mariano; FERREIRA, Francismar Cunha. Evidências da metropolização do espaço no século XXI: elementos para identificação e delimitação do fenômeno. **Cadernos Metrópole**, v. 22, n. 49, p. 893-912, 2020.

DUARTE, E. C.; BARRETO, S. M. Transição demográfica e epidemiológica: a Epidemiologia e Serviços de Saúde revisita e atualiza

o tema. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 21, n. 4, p. 529-532, 2012.

ENDRINGER, L. O envelhecimento da população na Microrregião Sudoeste Serrana e no Município de Domingos Martins-ES. 2017, 200 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFES. Vitória, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2017.

FERNANDES, M. T. de O.; SOARES, S. M. O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 46, n. 6, p. 1494-1502, 2012.

FIORIO, N. M.; FLOR, L. S.; PADILHA, M.; CASTRO, D. S.; MOLINA, M. C. B. Mortalidade por raça/cor: evidências de desigualdades sociais em Vitória (ES), Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 14, p. 522-530, 2011.

GRAHAM, E. What kind of theory for what kind of population geography? **International Journal of Population Geography**, v. 6, n. 4, p. 257-272, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil). Resolução IBGE n. 1/2005. Altera a caracterização do referencial geodésico brasileiro. SIRGAS-2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

IBGE. Notas metodológicas do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. Projeções da população: Brasil e unidades da federação (revisão 201). Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática. SIDRA. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IJSN/CGEO. Instituto Jones dos Santos Neves / Coordenação de Geoprocessamento (2018) **Base de Dados Geográficos**. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/> Acesso em 22 mar 2020.

IJSN. Instituto Jones Santos Neves. **A indústria capixaba nos anos de 1980**: termo de referência. Novembro, 1984.

LIMA-COSTA, M. F.; VERAS, R. Saúde e envelhecimento. Rio de Janeiro: **Cad. Saúde Pública**, v. 19, n. 3, p. 700-701, 2003.

LO, C. P.; YEUNG, A. K. W. **Concepts and Techniques of Geographic Information Systems**, 2nd ed. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2006.

MARTINE, G.; MCGRANAHAN, G. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. **População e Cidades**: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Brasília: UNFPA, p. 11-24, 2010.

MELAZZO, E. S. Problematizando o conceito de políticas públicas: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão. **Revista Tópos**, v. 4, n. 2, p. 9-32, 2010.

MELO, L. A.; FERREIRA, L. M. B. M.; SANTOS, M. M.; LIMA, K. C. Fatores socioeconômicos, demográficos e regionais associados ao envelhecimento populacional. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 20, n. 4, p. 494-502, 2017.

MENEZES, P. M. L.; FERNANDES, M. C. **Roteiro de Cartografia**. São Paulo: Oficina de Textos, 1. ed., 2013.

MINAYO, M. C. S. O envelhecimento da população brasileira e os desafios para o setor de saúde. **Cad. Saúde Pública**. n. 28, v. 2, 2012.

OLIVEIRA, Anderson Silva. **Envelhecimento populacional e o surgimento de novas demandas de políticas públicas em Viana (ES)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2015.

OMRAN, A. R. The epidemiologic transition. A theory of the Epidemiology of population change. 1971. **Bulletin of the World Health Organization**, v. 79, n. 2, 2001.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. “Movimentos migratórios anos 80: novos padrões?”. *In*: Encontro Nacional sobre Migração, 1998. **Anais...** Curitiba: Abep/Ipardes, 1998.

PMV. Prefeitura Municipal de Vitória, **GEOWEB Vitória**: Portal do Geoprocessamento da Prefeitura de Vitória. Disponível em <https://geoweb.vitoria.es.gov.br/> Acesso em 04 Jul 2020

RIPSA. Rede Interagencial de Informação para a saúde. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.

ROGERS, A.; CASTRO, L. Model migration schedules. **Research Report**, n. 81-30. Luxemburg: IASA, 1981.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. *In*: BURZTYN, M. *et al.* (org.) **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SANTANA, J. Á. **A influência da migração no processo de envelhecimento de Minas Gerais e suas regiões de planejamento**. *In*: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Anais, Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2002.

SANTOS, V. J. Confronto Político e Luta de Classes: oportunidades e restrições aos movimentos sociais. **Perspectiva Sociológica: A Revista de Professores de Sociologia**, n. 12, p. 3-16, 2013.

SLOCUM, T. A.; MCMASTER, R. B.; KESSLER, F. C.; HOWARD, H. H. **Thematic Cartography and Geovisualization**. 3rd ed. EUA: Prentice Hall Series in Geographic Information Science, 2009.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; GOMES, Marília Miranda Forte. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 21, n. 4, p. 539-548, 2012.

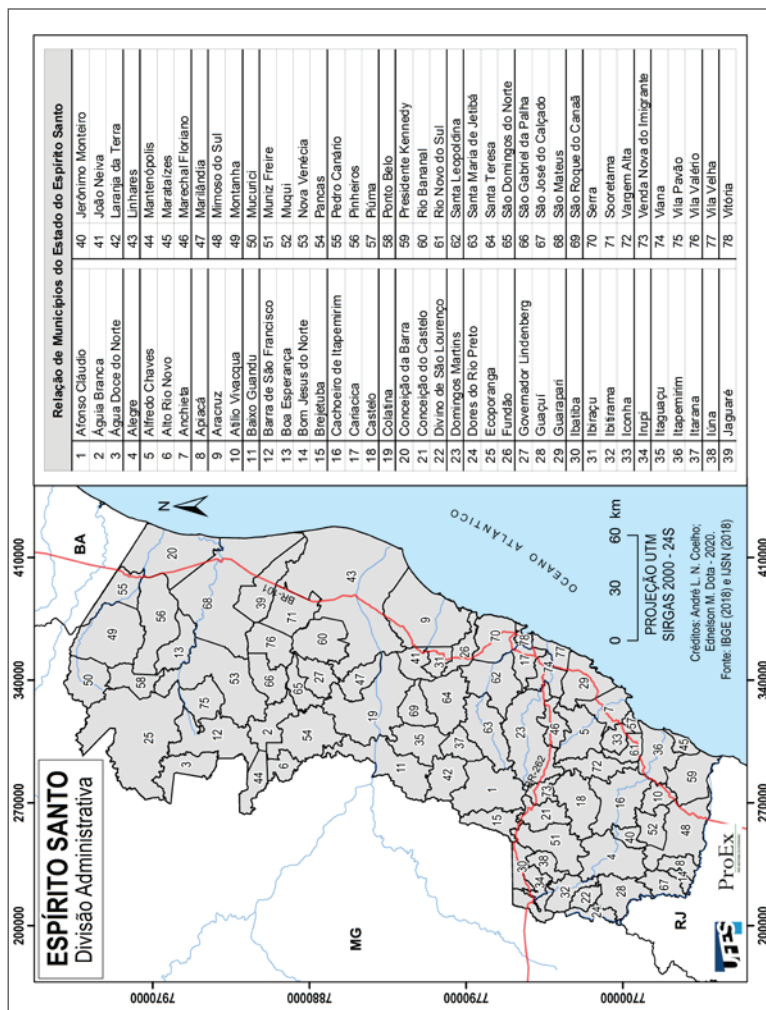
WONG, L. L. R.; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos da População**. n. 23, v. 1, 2006.

ZELINSKY, W. The hypothesis of the mobility transition. **Geographical review**, 1971, p. 219-249.

ZHOU, Fei *et al.* Clinical course and risk factors for mortality of adult inpatients with COVID-19 in Wuhan, China: a retrospective cohort study. **The Lancet**, 2020.

Anexos

ANEXO 1: municípios do Espírito Santo



Índice

A

adulto 6

D

desigualdades 20, 30,42 66,73,75,
78, 80, 83, 96, 109, 110, 112

dinâmica demográfica 16

E

Envelhecer 18

Envelhecimento 14,18, 19, 20, 21,
22, 23, 24, 25,26, 27, 28, 30,
32, 35, 38,39,41, 42, 63, 64,
65, 66, 73, 74, 78, 81, 83, 96,
97, 199, 106, 107

estrutura etária 6, 20, 23, 25, 27,
29, 30, 36, 42, 73, 98

F

fecundidade 6, 7, 20, 24, 25, 36, 39
fluxos migratórios 3, 4,

I

idoso 6, 19, 23, 24, 26, 28, 32, 33, 96,
97,198, 99, 106,107

Índice de Envelhecimento 6, 10,
11, 30, 32, 38, 39, 42, 63, 64

J

jovem 6, 10, 11, 19, 33, 40, 41, 65,
66

L

longevidade 20, 82, 98

M

migração 1, 6, 7, 16, 17, 21, 25, 27,
28, 29, 30, 36,63, 64, 66, 77,
80, 81, 96, 107

mortalidade 6, 20, 24, 25, 36, 122

P

políticas públicas 1, 7, 8, 16, 17, 21,
22, 23, 24,26, 96, 99, 106, 107

população 6, 8, 9, 16, 18, 9, 20, 21, **S**
23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, saúde 19, 23, 25, 26, 27, 28, 32,
30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 42, 79, 97, 122
37, 38, 39, 41, 42, 65, 66,
73, 76, 78, 79, 82, 83, 96, 99, **T**
106, 121, 122 transição demográfica 4, 24, 36,
37
transição epidemiológica 24

Sobre os autores

Ednelson Mariano Dota

Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo. Geógrafo, mestre e doutor em Demografia, tem suas pesquisas focadas em temas relacionados à mobilidade espacial da população, com destaque para migração e mobilidade pendular, numa perspectiva que pensa esses fenômenos à luz da dinâmica econômica e social contemporânea. Coordenador do grupo de pesquisa Mobilidade espacial da população (CNPq) e do Laboratório de análises geográficas, demográficas e da população (Lagedep).

André Luiz Nascentes Coelho

Professor Associado da Universidade Federal do Espírito Santo-U-FES no Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado). Pós-Doutor em Geografia na Universidade de Coimbra/CEGOT - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Coordenador do Laboratório de Cartografia Geográfica e Geotecnologias. Experiência em geociências, atuando nas seguintes áreas: ordenamento territorial e ambiental; Geotecnologias com ênfase em Geografia.

Rennan Moraes Rodrigues

Graduado em Geografia (licenciatura) pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente é bolsista da Capes e mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo. Realiza pesquisas com enfoque nos fenômenos migratórios a partir da abordagem da Geografia Urbana, Econômica e da População.

Marcone Henrique Freitas

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente é bolsista Capes de mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo. Desenvolve pesquisas voltadas a Geografia da Saúde com ênfase na mortalidade por doenças não transmissíveis e saúde mental.

